



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



RELATÓRIO ANUAL 2018



1. GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1.2 Estrutura

O presente relatório tem por finalidade dar cumprimento às exigências regimentais e proporcionar, de forma transparente e eficaz, uma visão completa do funcionamento do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça Militar do Estado.

A Secretaria da Presidência do Tribunal de Justiça Militar, de acordo com o art. 2º do Regulamento de Serviços Gerais, compreende:

I – Secretaria da Presidência

- a) Assessoria de Comunicação Social
- b) Assessoria Jurídica
- c) Assessoria Militar
 - 1) Serviço de Segurança e Núcleo de Inteligência
 - 2) Serviço de Portaria
 - 3) Serviço de Transporte

1.3 Competência

O Gabinete da Presidência, é dirigido pelo Secretário do Presidente, privativo de bacharel em direito, é o órgão incumbido de prestar colaboração e assistência ao Presidente do Tribunal Militar.

Elaborar o expediente do Presidente, preparar atos de sua competência exclusiva, comunicar-se com os serviços do Tribunal e órgãos ou entidades estranhas ao Poder Judiciário, acompanhar o Presidente externamente e nas audiências, organizar registros, arquivos e fichários que se tornarem necessários, estudar e pesquisar assuntos atinentes a problemas jurídicos e administrativos e desempenhar outros serviços determinados pelo Presidente, são as atribuições do cargo.

Conta com um Secretário da Presidência, um Assessor Militar, um Oficial de Gabinete II e um Encarregado Revisor.

2. Secretaria da Presidência



Ao Secretário da Presidência, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, devidamente registrado, compete assessorar o Presidente do Tribunal nos trabalhos que lhe estão afetos e coordenar os serviços do Gabinete, devendo para tanto:

- a) minutar ou redigir a correspondência da Presidência;
- b) preparar os expedientes encaminhados ao Gabinete para serem submetidos a despacho do Presidente;
- c) preparar despachos ordenados pelo Presidente;
- d) orientar os serviços dos Oficiais de Gabinete e do Pessoal Auxiliar do Gabinete, distribuindo e fiscalizando a sua execução;
- e) assinar a correspondência comum do Gabinete;
- f) promover diligências e solicitar informações necessárias ao encaminhamento ou solução dos assuntos de competência do Gabinete;
- g) auxiliar na recepção de pessoas que tenham assuntos a tratar com o Presidente do Tribunal;
- h) dirigir e coordenar as atividades protocolares, segundo as normas em vigor;
- i) providenciar no convite e recepção de autoridades federais, estaduais e municipais, civis, militares, diplomáticas ou eclesiásticas, quando das cerimônias oficiais;
- j) dar conhecimento prévio ao Presidente do programa de solenidades e recepções a que tiver de comparecer;
- l) executar e fazer executar outras funções que lhe forem cometidas pelo Presidente, dentro da competência e finalidade do Gabinete.

3. Assessoria Jurídica

À Assessoria compete prestar assessoramento em matéria jurídica e administrativa à Presidência e a análise dos serviços e atividades do Tribunal para permanente atualização do processo de modernização administrativa.

Foram emitidos 19 (dezenove) pareceres ao longo de 2018, no âmbito da Presidência.

4. Assessoria de Comunicação Social

A Assessoria de Comunicação Social desenvolve as atividades de assessoria de imprensa e de produção gráfica e audiovisual, incumbindo-lhe a coordenação, a execução e o controle das atividades relativas à divulgação, à comunicação social e às relações públicas internas e externas do Tribunal, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Presidente.

4.2 Produção e publicação de notícias (site e intranet)



No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018, a Comunicação Social publicou 542 matérias/notas e/ou artigos no site e/ou intranet, distribuídos em 5 categorias: Artigos; Tribunais; Governança Colaborativa; e Institucional.

Janeiro: 4 ocorrências

- 16/01/18: TJM-RS e TJ-RS discutem termo de cooperação
- 23/01/18: Nova administração do TJM-RS toma posse em fevereiro
- 24/01/18: TJM-RS recebe visita da nova presidente da Ajuris
- 30/01/18: Centenário do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul

Fevereiro: 8 ocorrências

- 01/02/18: JME prestigia posse da nova administração do TJ-RS
- 05/02/18: Nova gestão do TJM-RS é empossada
- 07/02/18: Juiz-militar Cel. Mendes preside primeira sessão de sua administração
- 08/02/18: JME recebe visita do procurador-geral de Justiça do RS
- 20/02/18: JME promove almoço de confraternização com membros do TJ-RS
- 21/02/18: Unidade Ambiental da JME e Comissão do PLS reúnem-se para definir ações
- 28/02/18: JME recebe visita do ex-governador Jair Soares
- 28/02/18: Ex-governadora Yeda Crusius visita TJM-RS

Março: 24 ocorrências

- 02/03/18: PLS para o biênio 2018/2020 é debatido durante reunião no TJM-RS
- 06/03/18: Presidente e vice-presidente visitam a Fundação do Ministério Público
- 06/03/18: JME homenageia servidoras pelo Dia Internacional da Mulher
- 07/03/18: JME visita TJ-RS
- 07/03/18: JME promove almoço de confraternização com membros do TRF4-RS e implantação do e-Proc na justiça castrense é debatido
- 08/03/18: Dia Internacional da Mulher
- 12/03/18: Dia do Bibliotecário
- 13/03/18: JME capacita servidores em Cerimonial Governamental
- 13/03/18: Relatório de Controle da Distribuição - Porto Alegre
- 13/03/18: JME promove almoço com agentes de segurança de Órgãos Públicos da Capital
- 14/03/18: JME visita a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
- 16/03/18: Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais empossa nova diretoria
- 20/03/18: Jurisprudência do Processo Judicial Eletrônico é integrada ao sistema de Consulta Processual
- 20/03/18: JME realiza visita cortesia ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região
- 20/03/18: Integrantes da Liga da Defesa Nacional visitam Justiça Militar
- 21/03/18: Natureza jurídica das representações e suas consequências
- 22/03/18: Corregedoria-Geral da JME descarta arquivos de feitos em depósito da 1ª Auditoria Militar de Porto Alegre
- 22/03/18: JME disponibiliza computadores às partes para audiências
- 26/03/18: Capital gaúcha completa 246 anos



27/03/18: Presidente do TRF4 recebe honraria da Marinha
29/03/18: Memorial do TJ-RS completa 20 anos
29/03/18: Operação Lava Jato: TRF4 corrige erro material no acórdão, mas modificação não altera condenação do ex-presidente Lula
29/03/18: Presidente do TRT4 palestra em evento da OAB
29/03/18: JME deseja a todos os membros e servidores uma ótima Páscoa

Abril: 44 ocorrências

02/04/18: Dia Mundial da Conscientização do Autismo
02/04/18: Novas carteiras de Identidade Funcional são entregues
03/04/18: As ideias e suas consequências
04/04/18: O centenário da presidência de Epiácio Pessoa
04/04/18: JME visita Instituto Meridional de Educação
05/04/18: Servidores da área da segurança realizam instrução de tiro
06/04/18: JME visita a UNISINOS
06/04/18: JME recebe visita de membros do TRF4 para implementação do eProc
06/04/18: JME recebe representantes da Faculdade Dom Bosco
06/04/18: Convite: Palestra sobre o saneamento público
09/04/18: JME presta condolências à Rejane Maria Di Leone e familiares, pelo óbito da genitora da servidora
11/04/18: STM entrega medalhas em cerimônia de aniversário da Justiça Militar Da União
11/04/18: Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região visita presidente nacional da OAB
13/04/18: Assinado Termo de Cooperação Técnica referente ao eproc
13/04/18: JME recebe representantes do SindijusRS que distribuem brindes aos seus filiados
13/04/18: Desembargador Dr. Cláudio Luís Martinewski realiza palestra no TJM/RS sobre o IPE Previdência
16/04/18: JME prestigia a solenidade de posse do defensor público-geral
16/04/18: JME institui seu Comitê Local para Gestão de Pessoas
16/04/18: Cedência de servidora à Auditoria de Santa Maria
17/04/18: Associação Brasileira de Estudos de Inteligência e Contraineligência realiza evento referente à segurança pública e ao cenário político
17/04/18: JME recebe a visita da jornalista Rosane de Oliveira
17/04/18: JME recebe representantes da Faculdade Estácio de Sá
18/04/18: Realizada reunião com servidores de carreira do TJM/RS
18/04/18: A Justiça Militar e a necessária modernização
19/04/18: JME recebe a visita de alunos da Unisc
20/04/18: Consulta pública: participe da elaboração das Metas do Judiciário para 2019
20/04/18: JME presta condolências ao servidor Gladimir Lemos Urrutia e familiares, pelo óbito de seu genitor
20/04/18: JME recebe representantes da Faculdade Cesuca
20/04/18: JME parabeniza o desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores, presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, pela passagem de seu aniversário



20/04/18: Centésimo Septuagésimo aniversário da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul

20/04/18: ASOFBM – Institucional

20/04/18: BM - Institucional - Secretário da Segurança Pública anuncia novo comando da Brigada Militar

20/04/18: BM - Institucional - Brigada Militar: mais um herói

20/04/18: JME prestigia a solenidade de formatura do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Bombeiros

20/04/18: Dia da Polícia Militar

23/04/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados – 11

24/04/18: JME prestigia o evento de parceria que beneficiará 120 crianças na Ilha do Pavão

25/04/18: JME prestigia o evento de passagem de comando do 24º BPM

25/04/18: JME prestigia evento de assinatura da Prefeitura de Porto Alegre com escritório das Nações Unidas

25/04/18: JME promove almoço de comemoração aos aniversariantes do mês

25/04/18: JME recebe a visita de alunos da faculdade Estácio

26/04/18: JME realiza parceria com os correios para produção de Selo Comemorativo

27/04/18: JME prestigia entrega do trecho da Obra da Copa

27/04/18: Apresentação de nova servidora

Maio: 70 ocorrências

02/05/18: JC: Jornal da Lei - Justiça Militar gaúcha adota sistema E-Proc

02/05/18: JME – Comissões para regularização dos imóveis

03/05/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados – 12

03/05/18: JME visita a Ulbra

04/05/18: Lesão Corporal Culposa. Absolvição do militar mantida pelo Tribunal

04/05/18: JME realiza visita cortesia à OABRS

04/05/18: JME firma parceria com a UNISC para realização de Pós-Graduação em Direito Militar

07/05/18: JME realiza a primeira reunião com a comissão responsável pela implementação do eproc

08/05/18: JME recebe a visita de alunos sargento da (ESFES/POA)

08/05/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados – 13

08/05/18: Documentário “Juizes Classistas Gaúchos: Origem e Trajetória” será lançado nesta quinta-feira no TRT-RS

09/05/18: JME prestigia cerimônia em homenagem ao Dia da Vitória contra o Nazismo

09/05/18: JME prestigia Ato de implantação do SINESP/CAD junto à Prefeitura de Porto Alegre

09/05/18: JME promove reunião com os comandantes da BM e do CBM iniciando tratativas referentes ao eproc

09/05/18: Reunião com a Comissão de Regularização dos Imóveis da JME inicia tratativas referentes ao 3º pavimento do TJM/RS

09/05/18: JME recebe representante da Ftec/IBGEN



10/05/18: JME realiza a primeira reunião com o Comitê Gestor Externo do Sistema eproc da JME/RS
10/05/18: JME recepciona alunos da Universidade de Passo Fundo
11/05/18: JME recebe representante do Polo/RS das Faculdades Integradas de São Paulo
11/05/18: JME prestigia inauguração da incubadora do conhecimento da OAB/RS
11/05/18: JME promove reunião com a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos
14/05/18: JME - A Corregedoria-Geral descarta arquivos de feitos em depósito na Auditoria Militar de Passo Fundo
14/05/18: JME capacita servidores para o uso do SEI
14/05/18: JME realiza reunião junto à Comissão do eproc
15/05/18: JME promove almoço de confraternização com os aniversariantes do mês
15/05/18: JME prestigia palestra do Desembargador Thompson Flores promovida pelo Comando Militar do Sul
16/05/18: JME dá continuidade ao desenvolvimento do eproc (minuta da resolução)
16/05/18: JME dá primeiros passos rumo à obtenção do habite-se e do PPCI do TJM
16/05/18: TJ/RS - Instalada oficialmente a 2ª Contadoria do Foro de Porto Alegre
16/05/18: TRF4 e TJSC firmam convênio para uso do eproc pelo Judiciário catarinense
17/05/18: JME recebe a visita de alunos da Unisc
17/05/18: JME promove vacinação para magistrados e servidores
17/05/18: JME realiza reunião por videoconferência com os TJM MG/SP - Assunto: Projeto eproc/IPM Virtual
18/05/18: JME prestigia palestra do Desembargador Thompson Flores promovida pelo B'nai B'rith RS
18/05/18: JME promove reunião com a Comissão de Regularização dos Imóveis
18/05/18: JME dá continuidade ao desenvolvimento do eproc (minuta da resolução) - Reunião 02
18/05/18: JME prestigia palestra do ministro Alexandre de Moraes promovida pela FMP
18/05/18: JME prestigia ato de apresentação de projeto de lei promovido pela prefeitura de Porto Alegre
18/05/18: JME - Reunião com o Ministro do STF, Alexandre de Moraes
18/05/18: JME concede moeda institucional ao desembargador Túlio de Oliveira Martins
21/05/18: JME promove palestra sobre Gestão de Pessoas
21/05/18: JME recepciona o presidente do TRF4
22/05/18: JME prestigia 17º aniversário do CPM
22/05/18: JME deseja um feliz dia do abraço a todos
22/05/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados – 15
22/05/18: JME participa do IV Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário na Cidade de São Paulo-SP
22/05/18: JME - Reunião de Análise Estratégica (RAE) do Planejamento Estratégico da JMERS 2015-2020
22/05/18: JME dá continuidade ao desenvolvimento do eproc (minuta da resolução)
22/05/18: JME realiza reunião com o defensor público-geral
23/05/18: JME apresenta novo assessor militar
23/05/18: JME prestigia lançamento da Campanha do Agasalho 2018



23/05/18: JME recebe a visita de alunos do IPA
24/05/18: JME parabeniza a Associação Amigos do Museu da Brigada Militar
24/05/18: JME dá continuidade ao desenvolvimento do eproc (minuta da resolução)
24/05/18: JME realiza reunião por videoconferência com os TJM MG/SP - Assunto: Projeto eproc/IPM Virtual
24/05/18: JME recepciona a deputada estadual Liziane Bayer
25/05/18: JME visita a Escola Superior da Advocacia
25/05/18: JME regulariza o Habite-se da Auditoria de Passo Fundo
25/05/18: JME participa Seminário de Gestão de Riscos e Controle Interno como Instrumento de Governança
25/05/18: JME prestigia posse da nova administração do TRE-RS
28/05/18: JME prestigia cerimônia de Ratificação de Posse de Desembargadores do TRT4
28/05/18: JME promove reunião com a Comissão de Regularização dos Imóveis
28/05/18: JME celebra o centenário da Primeira Auditoria Militar
28/05/18: JME dá continuidade ao desenvolvimento do eproc (minuta da resolução)
28/05/18: JME realiza consulta pública referente as Metas Nacionais do CNJ
29/05/18: JME prestigia palestra promovida pela Associação Brasileira de Estudos de Inteligência e Contrainteligência
29/05/18: JME promove palestra sobre Fobia Social
29/05/18: JME Inserida na Campanha do Agasalho 2018
29/05/18: JME realiza reunião almoço com assessores militares de Órgãos Públicos da Capital
29/05/18: JME realiza visita cortesia à PGE

Junho: 56 ocorrências

01/06/18: JME parabeniza ASOFBM pelos seus 28 anos
04/06/18: JME realiza visita cortesia ao CMS
04/06/18: JME dá continuidade ao desenvolvimento do eproc
04/06/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados - 17
04/06/18: JME realiza visita cortesia ao TRE
04/06/18: JME participa do IV Fórum IBGP de Governança de TI
05/06/18: JME prestigia o III Fórum Mais Segurança: impunidade gera criminalidade
07/06/18: JME presta condolências à servidora Fernanda Nedel Scalzilli e familiares, pelo óbito de sua genitora
08/06/18: JME prestigia inauguração da nova sede da Justiça Federal em Santa Maria
08/06/18: JME participa do Encontro Nacional de Gestores de Pessoas do Poder Judiciário
11/06/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados - 18
11/06/18: JME dá continuidade ao desenvolvimento do eproc
11/06/18: Opinião: Cláudio Brito se manifesta sobre PM vinculados à facções criminosas e a atuação de nossa justiça castense
12/06/18: Novo Relatório SEGA - Feitos e Processos distribuídos no ano
12/06/18: JME prestigia II Congresso Internacional de Mediação
12/06/18: JME realiza visita cortesia ao presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre
13/06/18: TRF4: CJF autoriza TRF2 a usar o eproc



13/06/18: JME assina termo aditivo do GISA
14/06/18: JME recebe homenagem na Assembleia Legislativa
14/06/18: JME entrega ofício à OAB/RS para a criação da Comissão Permanente de Direito Militar
14/06/18: JME participa da Aula Inaugural do Curso da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG)
15/06/18: Jornais noticiam o Grande Expediente alusivo ao Centenário do TJM/RS
15/06/18: JME promove ato de recepção de nova servidora
18/06/18: JME dá continuidade ao desenvolvimento do eproc
18/06/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados - 19
18/06/18: JME disponibiliza rede de comunicação de dados sem fio
18/06/18: JME dá continuidade a regularização de seus imóveis e conserto da fachada da sede do Tribunal de Justiça Militar
19/06/18: TRF4 apresenta SEI Julgar para comitiva do STF
19/06/18: Jornais noticiam o Centenário do TJM/RS
19/06/18: Jornal Zero Hora - Centenário do Tribunal de Justiça Militar
19/06/18: JME prestigia ato de apresentação de Lei sobre a Proteção do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis
19/06/18: Jornal Metro - Centenário do Tribunal de Justiça Militar
19/06/18: Jornal O Informativo do Vale - Centenário do Tribunal de Justiça Militar
19/06/18: Jornal do Comércio - Centenário do Tribunal de Justiça Militar
19/06/18: Jornal Diário Popular de Pelotas - Centenário do Tribunal de Justiça Militar
19/06/18: Jornal Diário de Canoas - Centenário do Tribunal de Justiça Militar
19/06/18: Jornal Correio do Povo - Centenário do Tribunal de Justiça Militar
19/06/18: Tribunal de Justiça Militar gaúcho comemora 100 anos
20/06/18: JME participa de curso promovido pelo ENAP
20/06/18: JME presta homenagem de despedida a Defensora Pública Dra Jussara Tereza Osório da Rocha
20/06/18: Rádio Gaúcha - Comentário de Cláudio Brito homenageando a Justiça Militar
20/06/18: JME recebe homenagem na Câmara Municipal de Porto Alegre
20/06/18: STM - Ministro em sessão ordinária registra elogios à atuação do TJM/RS face ao seu centenário
22/06/18: TRF4: eproc é o sistema eletrônico preferido do Judiciário Federal, aponta pesquisa do CJF
22/06/18: JME promove reunião com a Comissão de Regularização dos Imóveis
25/06/18: JME dá continuidade ao desenvolvimento do eproc
26/06/18: JME prestigia ato de assinatura que permite o uso de bares na Orla do Guaíba
26/06/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados - 20
26/06/18: JME realiza confraternização de aniversário para servidor
27/06/18: JME recebe doação de acervo do Juiz-Cel Aldo Ladeira Ribeiro
28/06/18: JME recepciona deputados estaduais
28/06/18: JME realiza reunião referente a inquéritos policiais eletrônicos
29/06/18: JME dá continuidade ao desenvolvimento do eproc
29/06/18: JME recepciona representantes da UNYLEYA



29/06/18: JME promove almoço de despedida de servidora

30/06/18: TRF4 - Juízes não devem ser remunerados por palestra, diz presidente do TRF-4

Julho: 51 ocorrências

02/07/18: JME prestigia homenagem promovida pelo Legislativo ao Sd. Emmanuel

02/07/18: JC: TJM é fundamental para o controle da BM

02/07/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados – 21

03/07/18: JME promove ação de doação de sangue

04/07/18: Em breve estará nascendo - inscrições abertas

04/07/18: JME homenageia o Corpo de Bombeiros Militar pelo Dia do Bombeiro

05/07/18: TJ: Integrantes do TJ participam de encontro sobre uso do eProc pela AGU

05/07/18: JME prestigia cerimônia de posse da ASSTBM

06/07/18: JME prestigia evento de lançamento do livro "180 anos 180 olhares" da Brigada Militar

06/07/18: JME participa de palestra sobre segurança institucional

09/07/18: JME dá continuidade ao desenvolvimento do eproc

09/07/18: JME prestigia posse de novo desembargador do TRF4

10/07/18: JME - A Corregedoria-Geral descarta arquivos de feitos em depósito na Auditoria Militar de Passo Fundo e do TJMRS

10/07/18: JME prestigia atividades de lançamento do Relatório Azul 2017

10/07/18: JME participa de reunião referente ao uso do eproc na instrução de IPMs

12/07/18: JME recebe medalhas e moedas comemorativas ao 100 anos TJM e 170 anos da JME

12/07/18: JME já recolheu mais de 40Kgs de doativos para a campanha do agasalho

12/07/18: Vice-presidente realiza visita ao deputado federal Pompeo de Mattos

16/07/18: JME está com página de internet renovada em comemoração ao centenário do TJM/RS

16/07/18: Realize sua pré-inscrição para o Curso de Especialização em Direito Penal Militar

17/07/18: JME presta condolências à família do juiz jubilado Mathias Nagesltein

17/07/18: JME realiza visitas institucionais a organizações Militares

17/07/18: JME visita o 5º Distrito Naval da Marinha do Brasil

17/07/18: JME realiza visita ao 6º BPM

17/07/18: JME realiza visita ao comandante do CRPO-Sul

17/07/18: JME realiza visita ao 4º BPM

18/07/18: JME promove videoconferência com BM, CBM, TJM/MG e TJM/SP

18/07/18: JME recebe exemplares da Revista Unidade

19/07/18: Artigo - Revista Unidade_Centenário do Tribunal de Justiça Militar

19/07/18: JME inicia os preparativos da 81ª Corrida do Fogo Simbólico da Pátria

19/07/18: JME assina o termo de cessão para uso do SEI Julgar

19/07/18: JME realiza palestra de capacitação para o uso do SEI Julgar

19/07/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados - 23



- 23/07/18: JME prestigia 145º aniversário de nascimento do Marechal do Ar Alberto Santos Dumont
- 23/07/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados – 24
- 23/07/18: Mais um ano a celebrar: 170 anos da Justiça Militar Estadual
- 24/07/18: JME prestigia 4º Encontro de Trabalho do Sistema Prisional
- 25/07/18: JME promove almoço de confraternização com magistrados e servidores
- 25/07/18: TJM/MG divulga a pós-graduação em Direito Penal Militar realizada pela UNISC
- 26/07/18: Revista Direito Militar, da AMAJME, publica entrevista com o presidente do TJM/RS
- 26/07/18: Revista Direito Militar, da AMAJME, publica artigo 170 anos JME - Cel Brum
- 26/07/18: Jornal da AMAJME publica artigos referentes à JME/RS
- 26/07/18: JME prestigia o II Ciclo de Palestras promovido pela AAMBM
- 26/07/18: JME prestigia palestra proferida pelo Ministro da Defesa
- 27/07/18: JME recebe a Escola La Salle Dores
- 30/07/18: TJ/SC - Diário Catarinense anuncia eproc no TJ/SC
- 30/07/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados – 25
- 31/07/18: JME promove reunião com Comitê Gestor Interno de eproc
- 31/07/18: TJM/MG parabeniza a Corte Castrense gaúcha pelo seu centenário
- 31/07/18: JME homenageia o jornalista Políbio Braga
- 31/07/18: Revista Direito Militar, da AMAJME, publica artigo 100 anos TJM/RS - Cel Brum

Agosto: 82 ocorrências

- 01/08/18: TJM comemora, em ato solene, o aniversário dos 170 anos da Justiça Militar do Estado
- 02/08/18: JME dá continuidade ao desenvolvimento do eproc
- 02/08/18: TJM/SP parabeniza a Corte Castrense gaúcha pelo seu centenário
- 02/08/18: JME realiza testes para homologação do eproc
- 03/08/18: JME prestigia Seminário Internacional 2018 da Câmara de Vereadores
- 03/08/18: JME prestigia Formatura de conclusão de Curso da Brigada Militar
- 06/08/18: JME prestigia Formatura de conclusão de Curso da Brigada Militar em Santa Maria
- 06/08/18: TJM/MG parabeniza a Corte Castrense gaúcha pelo seu centenário
- 06/08/18: TJM/SP parabeniza a Corte Castrense gaúcha pelo seu centenário
- 06/08/18: JME recebe as camisetas alusivas à 81ª Corrida do Fogo Simbólico da Pátria
- 06/08/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados - 26
- 07/08/18: JME homenageia o jornalista Telmo Ricardo Borges Flor
- 07/08/18: JME participa de almoço com chefes da segurança de órgãos públicos da Capital gaúcha
- 07/08/18: JME se reúne com a Corregedoria-Geral da BM
- 07/08/18: JME realiza palestra sobre resíduos sólidos
- 07/08/18: Projeto Memória da Justiça Militar gaúcha alia a interatividade com a preservação da memória institucional
- 08/08/18: JME visita Feevale
- 08/08/18: TJM/RS homenageia o Correio do Povo



08/08/18: JME prestigia 63º aniversário do 9º BPM
08/08/18: TRF4 recebe comitiva do TCU para apresentação do sistema eproc
08/08/18: JME homenageia o juiz federal Sérgio Tejada Garcia
08/08/18: JME realiza visita institucional à PUC
09/08/18: LEI 13.491/17 – OS CRIMES MILITARES POR EXTENSÃO E O PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE
10/08/18: JME prestigia Sessão Magna da OAB/RS
10/08/18: TJM/SP parabeniza a Corte Castrense gaúcha pelo seu centenário
10/08/18: JME caminha em direção a regularização do PPCI
10/08/18: JME promove reunião com Comitê Gestor Externo de eproc
10/08/18: JME promove reunião com o MP/RS e PGE/RS para tratar sobre o Modelo Nacional de Interoperabilidade
13/08/18: Presidente do TJM/RS realiza palestra na UNISC
13/08/18: JME apresenta nova assessora jurídica
13/08/18: JME prestigia X Jornada Lia Pires
13/08/18: JME realiza prova para seleção de estagiários
13/08/18: Evento da 81ª corrida do Fogo Simbólico
13/08/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados - 27
14/08/18: CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL COM ÊNFASE EM DIREITO PENAL MILITAR LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO)
15/08/18: JME homenageia o jornalista Maicon Bock
15/08/18: 2º Seminário Internacional São Paulo - Nuremberg
15/08/18: JME recebe representantes da Escola José Antônio da Silva
16/08/18: JME homenageia presidente do Sindicato Rural de São Gabriel
16/08/18: JME homenageia o jornalista Milton Cardoso
17/08/18: JME prestigia palestra de Prevenção ao Suicídio
17/08/18: JME prestigia o aniversário do 3º BPE
17/08/18: JME sedia o acendimento do Fogo Simbólico da Pátria
18/08/18: Servidores participam da 81ª Corrida do fogo simbólico da pátria
20/08/18: JME - A Corregedoria-Geral descarta arquivos de feitos do TJM/RS
20/08/18: TJM - Visita para entrega de convite do evento Centenário ao Exmo Presidente do TJ
20/08/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados - 28
21/08/18: Servidores da JME realizam churrasco de confraternização
21/08/18: TJM - Visita para entrega de convite do evento Centenário à Exma presidente do TRT4
21/08/18: JME participa de reunião de integração dos Tribunais Militares Estaduais de RS, MG e SP
21/08/18: JME promove palestra para uso do eproc
21/08/18: TJ-RJ cancela súmula e transfere processos disciplinares para a Auditoria Militar
22/08/18: eproc - Treinamento para Advogados
22/08/18: JME convida toda a sociedade para participar da Consulta Pública sobre as Metas do Poder Judiciário
22/08/18: UNISC - Pós-graduação Lato Sensu em Direito Penal Militar - Matricule-se já!



23/08/18: JME realizará a próxima edição do "Café com Inteligência"
23/08/18: JME é homenageada pela Escola de Educação Infantil Tio Chico da Brigada Militar
23/08/18: eproc - Cronograma de Treinamentos
23/08/18: JME homenageia IBCM e FBM
23/08/18: JME promove almoço de confraternização com os servidores
24/08/18: JME prestigia cerimônia do Dia do Soldado
24/08/18: JME prestigia homenagem póstuma ao desembargador federal Amaury Chaves de Athayde
24/08/18: JME promove intercâmbio funcional com o TJM/SP
24/08/18: TJM revitalizará a fachada do prédio da 2ª Auditoria Militar
24/08/18: Dia do Soldado
24/08/18: JME promove intercâmbio funcional com o TJM/MG
27/08/18: JME prestigia aniversário do Corpo de Bombeiros Militar
27/08/18: JME recepciona alunos da IMED em Passo Fundo
27/08/18: JME - SEI Julgar - realiza primeira sessão do Comissão Administrativa 100% com processos eletrônicos
27/08/18: JME prestigia Solenidade de Posse de novas desembargadoras do TJ/RS
27/08/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados - 29
28/08/18: TRF4 é reconhecido como o tribunal federal menos congestionado e o mais eficiente e informatizado do país
28/08/18: JME participa do XII Encontro Nacional do Poder Judiciário
28/08/18: JME com o TRF4 realiza treinamento de capacitação para o uso do eproc
29/08/18: JME homenageia Montepio MBM
29/08/18: JME homenageia SICREDIMIL
29/08/18: TRT18 Regulamenta julgamento não presencial de processos no segundo grau
29/08/18: JME realiza treinamento de capacitação para o uso do eproc - Magistrados 2º grau
30/08/18: JME visita a Escola de Municipal de Ensino Fundamental José Antônio da Silva, em Balneário Pinhal
31/08/18: JME prestigia aniversário do 15º BPM
31/08/18: TJM - Reunião da Presidência com os Magistrados de 1º grau
31/08/18: JME realiza treinamento de capacitação para o uso do eproc - Magistrados 1º grau

Setembro: 60 ocorrências

03/09/18: JME homenageia o Correio Brigadiano
03/09/18: JME realiza treinamento de capacitação para o uso do eproc - Advogados
03/09/18: JME realiza treinamento de capacitação para o uso do eproc - MP/PGE/Def
03/09/18: JME prestigia Sessão Solene em homenagem à Semana da Pátria
03/09/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados - 30
04/09/18: JME adquire novos móveis para o Plenário da Corte Castrense gaúcha
04/09/18: JME realiza treinamento de capacitação para o uso do eproc - Santa Maria



04/09/18: JME realiza treinamento de capacitação para o uso do eproc à magistrada, representante do MP e advogados
05/09/18: JME promove almoço de confraternização com os servidores
05/09/18: JME recebe a visita de alunos do IMED
05/09/18: JME realiza treinamento de capacitação para o uso do eproc a membros do MP, Defensoria e PGE em Santa Maria
05/09/18: JME realiza treinamento de capacitação para o uso do eproc à magistrada e servidores em Santa Maria
06/09/18: JME troca homenagens com a APESP
06/09/18: JME promove reunião com PGE
06/09/18: JME realiza treinamento de capacitação para o uso do eproc a servidores da JME/RS
07/09/18: JME - Estamos com o eproc no ar
09/09/18: PINHAL - Escola pública municipal homenageia em desfile cívico o centenário do TJM
10/09/18: JME recebe a primeira petição no sistema eproc
10/09/18: Livro de Registro da Ata da Sessão Solene do Centenário
10/09/18: TJM/RS celebra seu centenário no Theatro São Pedro
11/09/18: Jornal do Comércio - Sessão solene celebra centenário da Justiça Militar do Estado
11/09/18: O Sul - O centenário do TJM/RS foi comemorado em sessão solene no Theatro São Pedro com a entrega de condecorações. A Rede Pampa foi uma das homenageadas
11/09/18: Rádio Bandeirantes - Milton Cardoso elogia TJM
11/09/18: Rádio Guaíba - Rogério Mendelski enaltece cerimônia alusiva ao centenário do TJM
11/09/18: JME sedia o “Café com Inteligência”
11/09/18: Rádio Gaúcha - Cláudio Brito entrevista Juiz Presidente do TJM
11/09/18: Jornal Correio do Povo - Cerimônia celebra o centenário do TJM
12/09/18 ZH - Centenário
12/09/18 JME começa a revitalização da faixa da do prédio da Segunda Auditoria Militar de Porto Alegre
12/09/18 JME - Reunião dos Estudos Continuados - 31
12/09/18 TJM é homenageado pelo Clube Farrapos de Oficiais da Brigada Militar
13/09/18: JME promove mais uma reunião com o Comitê Gestor Interno do eproc
13/09/18: CNJ autoriza TRF4 a seguir utilizando eproc
13/09/18: TV Câmara divulga o centenário do TJM/RS
14/09/18: TJ/MS - Presidente do TJ recebe relatório sobre o sistema eproc de processo eletrônico
14/09/18: Agora rumo ao desfile farroupilha
14/09/18: JME prestigia passagem de comando do CPC e 4RPMon
17/09/18: JME realiza doação de equipamentos de informática à Brigada Militar
17/09/18: JME presta condolências ao Juiz Militar Sergio Antonio Berni de Brum, pelo óbito de sua genitora
17/09/18: JME realiza doação de equipamentos de informática ao HBMPA



17/09/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados – 32.
18/09/18: JME participa de almoço de confraternização com servidores militares de Canoas
19/09/18: JME prestigia o descerramento do retrato do desembargador Luiz Felipe Silveira Diffini
19/09/18: JME realiza Sessão Solene em Homenagem Póstuma aos ex-Magistrados do TJM/RS
19/09/18: 1º Seminário Nacional das Justiças Militares Estaduais do Brasil
20/09/18: JME participa do Desfile Farroupilha
24/09/18: JME prestigia 121 anos do HBMPA
24/09/18: Participe da palestra sobre a Conjuntura Político-Econômica do Brasil
24/09/18: Escola Judicial Militar do Estado de Minas Gerais realizará palestra sobre a Conjuntura Político-Econômica do Brasil
25/09/18: JC: SEI Julgar - Tribunal de Justiça Militar quer eliminar uso de papel em 2019
25/09/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados - 33
25/09/18: SEI Julgar - TRF4 e STJ assinam acordo para tornar julgamentos administrativos mais rápidos e econômicos
25/09/18: TJM regulariza, através de Termo de Afetação, o imóvel da 2ª Auditoria Militar de Porto Alegre
26/09/18: JME agora está conectada com o facebook
26/09/18: JME adere ao Facebook
27/09/18: Revista Direito Militar, da AMAJME
27/09/18: Jornal da AMAJME publica artigos pertinentes à JME/RS
27/09/18: JME adere ao Twitter
27/09/18: Câmara dos Deputados votará alteração na CRFB para decidir sobre a correta nomenclatura para magistrados de 2º Grau
27/09/18: JME prestigia formatura do Curso Avançado de Administração Policial Militar
29/09/18: JME - Prestigia evento de comemoração dos 10 anos de criação do Colégio Tiradentes de Santa Maria

Outubro: 40 ocorrências

01/10/18: CNJ - Justiça em Números é um dos tema de seminário na Justiça Militar
01/10/18: Concluído o primeiro dia do 1º Seminário Nacional das Justiças Militares do Brasil
02/10/18: Concluído o segundo dia do 1º Seminário Nacional das Justiças Militares do Brasil
02/10/18: JME participa da cerimônia inaugural do IPM virtual
03/10/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados – 34
03/10/18: JME realiza primeiro julgamento no eproc
03/10/18: JME/MG divulga publicação de servidor do TJM/RS
03/10/18: TRF4 - Encontro de usuários do eproc com participação de servidor do TIC do TJM/RS
04/10/18: JME adere a campanha "Outubro Rosa"
05/10/18: JME apresenta novo servidor concursado



- 05/10/18: JME - concluída revitalização da fachada da 2ª Auditoria Militar de Porto Alegre
05/10/18: Escola Paulista da Magistratura promove curso contra a corrupção
08/10/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados – 35
08/10/18: JME recebe homenagem do Montepio MBM Previdência Complementar
09/10/18: 2ª Turma do TJM/MG parabeniza a realização do 1º Seminário Nacional das Justiças Militares Estaduais do Brasil
10/10/18: TJM promove almoço de confraternização com os servidores e colaboradores do 1º Seminário Nacional das Justiças Militares Estaduais do Brasil
10/10/18: Juiz da JME/SP realiza palestra referente aos "homicídios dolosos contra civil, a competência da JME"
10/10/18: JME realiza reunião com o Comitê Gestor Interno do eproc
11/10/18: JME revitalização do tablado do plenário
16/10/18: JME convida os magistrados e servidores a participarem da palestra sobre prevenção ao câncer de mama
16/10/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados – 36
16/10/18: JME promoverá caminhada entre servidores e magistrados
17/10/18: JME promove caminhada entre Magistrados e Servidores
19/10/18: Realizado almoço de aniversário do Servidor Julio Pedro Ferreira dos Santos
19/10/18: JME prestigia solenidade de aniversário do 1º BPM
20/10/18: JME prestigia Formatura do Projeto incursão de Viamão
22/10/18: JME prestigia evento do Instituto Cultural Giuseppe e Anita Garibaldi
22/10/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados – 37
23/10/18: JME prestigia Cerimônia do Dia do Aviador
23/10/18: JME promove reunião para tratar sobre gestão de indicadores de transparência
24/10/18: ABEIC lança 1ª edição dos Cursos de Inteligência e Contraineligência EAD
25/10/18: JME prestigia abertura da VII Jornada de Soluções Autocompositivas do Poder Judiciário
26/10/18: JME - A Corregedoria-Geral descarta arquivos de feitos do TJM
26/10/18: JME promove Reunião com a Corregedoria-Geral do CBM - IPM Virtual
26/10/18: JME participa de instrução de tiro no CPM/15º BPM
26/10/18: JME promove reunião com o DINFRA TJ/RS
26/10/18: JME homenageia Alexandre Davi Piazza Schiffner
29/10/18: JME promove palestra de prevenção ao câncer de mama
29/10/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados – 38
30/10/18: EJM realizará palestra referente à corrupção e improbidade administrativa

Novembro: 56 ocorrências

- 01/11/18: JME homenageia o Cel. Carlos José Sampaio Malan
01/11/18: JME - eproc - reunião com Promotoras atuantes nas Auditorias Militares de Porto Alegre.
01/11/18: JME homenageia o Instituto Cultural Giuseppe e Anita Garibaldi
01/11/18: JME promove almoço de confraternização na Ilha da Pintada
05/11/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados – 39
06/11/18: TJM Arquivo administrativo militar



07/11/18: JME - Justiça Militar na campanha Novembro Azul
07/11/18: JME realiza primeira sessão ordinária com transmissão ao vivo
07/11/18: JME concede honorarias ao Ex-Governador Alceu de Deus Collares e à Juíza Natascha Maldonado Severo
07/11/18: JME promove reunião pertinente ao eproc com JMU, BM e CBM
08/11/18: TRF4 disponibiliza novo site
08/11/18: JME participa de reunião-almoço com o Grupo Papo-Roxo
08/11/18: CNJ - Participe da Consulta Pública
08/11/18: JME homenageia o Policial Federal Ubiratan Sanderson e o Ten. Cel. EB. Luciano Zucco
08/11/18: JME - Realizada a primeira palestra promovida pela EJM
09/11/18: TJM participa da 7ª Reunião da Coordenadoria da Justiça Militar
10/11/18: JME participa de evento comemorativo aos 70 anos da PUCRS
12/11/18: JME participa de almoço comemorativo ao dia do inativo
13/11/18: JME promove palestra de prevenção ao câncer de próstata
13/11/18: JME se reúne com integrantes do TRF4 para tratativas referentes ao sistema SEI Julgar
13/11/18: JME prestigia troca de comando da Legião da Reserva Ativa da BM
13/11/18: JME reunião ENGEF projeto PPCI 2a. Aud e TJM
13/11/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados – 40
14/11/18: JME realiza sessão solene em homenagem ao aniversário da Brigada Militar
16/11/18: JME prestigia solenidade de formatura de cursos da Brigada Militar
16/11/18: Jornal Correio do Povo - TJM homenageia Brigada Militar
19/11/18: 19 de novembro - Dia da Bandeira
19/11/18: TJM participa de reunião com a BM/DS para iniciar tratativas de convênios na área médica
19/11/18: TJM publica cumprimentos a Brigada Militar pela passagem de seu aniversário - 181 anos
19/11/18: JME celebra o culto à Bandeira
19/11/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados – 41
20/11/18: Colégio dos Ex-Comandantes-Gerais da BM realiza reunião
20/11/18: JME promove reunião com Comitê Gestor Interno do eproc
20/11/18: JME prestigia evento de instalação da 2ª Vara Judicial em Estância Velha
21/11/18: JME prestigia evento Banda de concertos da Brigada Militar
22/11/18: JME convida a todos para Sessão Solene de Imposição de Comendas
22/11/18: JME celebra Termo de Cooperação com Banco do Brasil
22/11/18: JME promove reunião com Thema Informática
23/11/18: JME prestigia evento da 59ª edição do festival hipo noturno 4º RPMon
23/11/18: Jornal da AMAJME n.º 134 publica artigos pertinentes à JME/RS
23/11/18: Revista Direito Militar n.º 131 publica artigos pertinentes à JME/RS
23/11/18: JME homenageia o Vice-Presidente da República eleito Gen. Mourão e o Gen. Padilha
26/11/18: Correio do Povo - Registra visita do Gen Antônio Hamilton Martins Mourão, vice-presidente eleito



26/11/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados – 42
26/11/18: JME homenageia o Dr. Adão Jose Paiani
26/11/18: JME homenageia a Vereadora Mônica Leal
26/11/18: JME participa do 1º Curso de Formação de Soldados da Brigada Militar em Lajeado
27/11/18: JME participa de evento em homenagem aos 83 anos da Intentona Comunista
28/11/18: JME troca homenagens com a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil
28/11/18: JME homenageia o Desembargador Túlio de Oliveira Martins e a Desembargadora Denise Oliveira Cezar
28/11/18: TJ/RS divulga evento ocorrido no Tribunal de Justiça Militar
29/11/18: JME realiza treinamento de capacitação para o uso do eproc a servidores das 1ª e 2ª Auditorias
29/11/18: TJM participa de Seminário sobre desburocratização do Poder Judiciário
29/11/18: O Juiz Militar Sergio Antonio Berni de Brum palestra em evento promovido pela Comissão de Direito Militar da OAB/PR
30/11/18: JME homenageia o Vereador Nedel
30/11/18: JME recebe visita da Academia de Bombeiro Militar

Dezembro: 47 ocorrências

03/12/18: JME realiza treinamento de capacitação para o uso do eproc na Auditoria de Passo Fundo
03/12/18: JME realiza treinamento de capacitação para o uso do eproc na Auditoria de Santa Maria
04/12/18: JME homenageia o Ministro Dias Toffoli
04/12/18: JME participa de reunião para o estabelecimento de metas no seguimento das Justiças Militares
04/12/18: JME participa do XII Encontro Nacional do Poder Judiciário
06/11/18: Nota sobre a premiação do TJM - Selo Bronze
06/11/18: JME promove treinamento de capacitação para o uso do eproc a integrantes do CBM
06/11/18: JME/EJM Promove palestra sobre a Lei da Ficha Limpa
06/11/18: JME prestigia a 10ª edição do Prêmio FALA 2018
07/11/18: Correio Brigadiano publica notícias referentes à JME/RS
10/11/18: Presidente do TJRS assume o Conselho dos Tribunais de Justiça do Brasil
10/11/18: Muito em breve....
10/11/18: JME promove reunião com Comitê Gestor Interno do eproc
10/11/18: JME promove a digitalização de autos de IPM
10/11/18: Servidora da JMERS participa de seminário nacional sobre licitação e contratação direta
11/12/18: JME - Reunião dos Estudos Continuados – 43
11/12/18: JME recepciona alunos do Curso Básico de Formação Policial Militar em Passo Fundo/RS
12/12/18: Relatório de atividades 2018 (Resumo)
12/12/18: Comunicado - Recesso forense na JME



- 12/12/18: JME apresenta cumprimentos de final de ano ao Presidente do TJRS
13/12/18: JME se reúne com integrantes do MP para tratativas finais referentes ao sistema eproc
13/12/18: Presidente do TJMRS recebe homenagem da Assembléia Legislativa
13/12/18: JME realiza treinamento de capacitação para o uso do eproc a membros do MP e Defensoria
13/12/18: Corregedoria-Geral da JME promove reunião com magistrados da primeira instância
13/12/18: JME prestigia a formatura da Creche Tio Chico da Brigada Militar
14/12/18: JME conclui meta de digitalização de IPM físicos
14/12/18: JME promove treinamento de capacitação para o uso do eproc a integrantes da BM
14/12/18: JME prestigia a formatura da Academia de Bombeiro Militar
14/12/18: JME prestigia a posse da Corregedoria-Geral do MP
16/12/18: JME prestigia evento do V Distrito Naval - no Clube Veleiros do Sul
17/12/18: JME apresenta cumprimentos de final de ano ao Comando da BM
17/12/18: JME apresenta cumprimentos de final de ano ao Comando do CBM
17/12/18: Mensagem de Natal
18/12/18: JME realiza treinamento de capacitação para o uso do eproc a assessores do 2º Grau
18/12/18: JME apresenta cumprimentos de final de ano ao Presidente do TRF4
18/12/18: JME promove almoço com chefes de segurança de Órgãos Públicos da Capital
18/12/18: JME participa de reunião de Planejamento do eproc Nacional
19/12/18: JME visita a 1ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar
19/12/18: JME e MP formalizam acordo de cooperação técnica
19/12/18: JME promove almoço de confraternização de fim de ano
19/12/18: JME realiza reunião do Comitê de Governança de TIC
19/12/18: JME investe em equipamentos para promover a virtualização de processos
19/12/18: TJMRS realiza última sessão do ano nesta quarta-feira
19/12/18: JME prestigia Formatura do 3º Ano do Colégio Tiradentes
20/12/18: JME apresenta cumprimentos de final de ano ao Comandante Militar do Sul
20/12/18: JME - Facebook em evolução
20/12/18: CNJ divulga Ranking da Transparência do Poder Judiciário

4.3 CNJ (Portal do Conselho Nacional de Justiça)

Durante o ano de 2018, uma pauta gerada na JME/RS foi publicada no Portal de Notícias do CNJ (<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/87728-justica-em-numeros-e-um-dos-tema-de-seminario-na-justica-militar>).



Página Inicial > Notícias > CNJ > Justiça em Números é um dos tema de seminário na Justiça Militar

Justiça em Números é um dos tema de seminário na Justiça Militar

01/10/2018 - 08h00

TWEETAR

COMPARTILHAR



1º Seminário Nacional das Justiças Militares Estaduais do Brasil, em Porto Alegre, ocorre nos dias 1º e 2 de outubro. FOTO: Arquivo

O Relatório Justiça em Números, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), será um dos temas do 1º Seminário Nacional das Justiças Militares Estaduais do Brasil, em Porto Alegre, nos dias 1º e 2 de outubro. O conselheiro Valdetário Monteiro e a diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, Gabriela Soares, serão os palestrantes.

O evento, uma homenagem aos 100 anos do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul (TJM/RS), acontecerá no Centro de Convenções da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUC/RS) e terá como conferencista inaugural o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Além do Justiça em Números, o seminário abordará outros temas como a questão de gênero na esfera militar e as alterações do Código Penal Militar (Lei Federal n. 13.491/2017).

Estatísticas da Justiça

A Justiça Militar é o ramo do Poder Judiciário responsável por processar e julgar os militares. No caso da Justiça Militar Estadual, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar. No caso da Justiça Militar da União, ela julga os militares das Forças Armadas e civis que cometerem crimes militares previstos em lei. A Justiça Militar da União é o segmento mais antigo do Brasil, tendo sido criado em 1808 pelo príncipe regente Dom João VI.

De acordo com dados do [Justiça em Números 2018](#), a Justiça Militar Estadual conta com 41 magistrados e 321 servidores em todo o País. Todas as unidades da federação possuem Justiça Militar Estadual, sendo que três estados dispõem de Tribunal de Justiça Militar (Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo). No ano passado, foram sentenciados 4.853 casos e há 3.308 processos pendentes. No caso da Justiça Militar da União, há 53 magistrados e 801 servidores.

Veja a programação [aqui](#).

As inscrições são livres, pelo e-mail assessoria-imprensa@tjms.jus.br, e serão fornecidos certificados de participação ao final do evento.

Paula Andrade
Agência CNJ de Notícias

4.4 Eventos realizados



05/02/18: Nova gestão do TJM-RS é empossada

25/04/18: JME promove almoço de comemoração aos aniversariantes do mês

15/05/18: JME promove almoço de confraternização com os aniversariantes do mês

29/06/18: JME promove almoço de despedida de servidora

25/07/18: JME promove almoço de confraternização com magistrados e servidores

23/08/18: JME promove almoço de confraternização com os servidores

05/09/18: JME promove almoço de confraternização com os servidores

10/09/18: TJM/RS celebra seu centenário no Theatro São Pedro

19/09/18: JME realiza Sessão Solene em Homenagem Póstuma aos ex-Magistrados do TJM/RS

01/11/18: JME promove almoço de confraternização na Ilha da Pintada

07/11/18: JME concede honrarias ao Ex-Governador Alceu de Deus Collares e à Juíza Natascha Maldonado Severo

14/11/18: JME realiza sessão solene em homenagem ao aniversário da Brigada Militar

23/11/18: JME homenageia o Vice-Presidente da República eleito Gen. Mourão e o Gen. Padilha

28/11/18: JME homenageia o Desembargador Túlio de Oliveira Martins e a Desembargadora Denise Oliveira Cezar

19/12/18: JME promove almoço de confraternização de fim de ano no Clube Veleiros do Sul

5. ASSESSORIA MILITAR

Período: 01 de Janeiro a 31 de dezembro de 2018.

À Assessoria Militar incumbe assessorar o Presidente do Tribunal no que se refere a assuntos militares e de serviços de segurança, inteligência, portaria e transporte.

5.1 Funções exercidas:

- Assessoria Militar do Tribunal de Justiça Militar do RS
- Chefia do Setor de Segurança e Transportes do TJM/RS
- Coordenador do Núcleo de Inteligência
- Integrante do Núcleo de Governança Colaborativa
- Integrante da Comissão Permanente de Segurança
- Integrante da Comissão de prevenção de incêndios
- Integrante da Unidade socioambiental
- Assessoramento da Direção Geral do TJM RS em demandas administrativas

deliberadas à Assessoria Militar.



5.2 Ofícios Expedidos:

Of 001 Gab. Pres. AssMil 2018	06 Jan	Remessa de documentos ref. res. 83/CNJ
Of 002 Gab. Pres. AssMil 2018	06 Jan	Providências de PPCI
Of 003 Gab. Pres. AssMil 2018	11 Jan	Renovação Passe Ônibus Gratuito para Assessor Militar e Servidor Damaceno
Of 004 Gab. Pres. AssMil 2018	11 Jan	Providências de PPCI
Of 005 Gab. Pres. AssMil 2018	07 Fev	Renovação Assinatura Jornal Zero Hora
Of 006 Gab. Pres. AssMil 2018	27 Fev	Encaminhamento de Elogio
Of 007 Gab. Pres. AssMil 2018	28 Mar	Comunicação Sobre Escala de Plantão
Of 008 Gab. Pres. AssMil 2018	12 Abr	Renovação Passe Ônibus Gratuito para Assessor Militar e Servidor Damaceno
Of 009 Gab. Pres. AssMil 2018	18 Abr	Encaminhamento de Recibo de Armamento Recolhido ao EB
Of 010 Gab. Pres. AssMil 2018	12 Set	Renovação Assinatura Correio do Povo
Of 011 Gab. Pres. AssMil 2017	12 Set	Reserva de Hotel ao Ministro Alexandre de Moraes

5.3 Ordens de Serviço

01/AssMil/2018	23/01/2018	Viagem Aud de Santa Maria e Alegrete
02/AssMil/2018	21/01/2018	viagem TI a Santa Maria
03/AssMil/2018	29/01/2018	Translado do Cel Fabio
04/AssMil/2018	15/06/2018	Translado do Dr. Amilcar
05/AssMil/2018	31/01/2018	Translado do Dr. Fernando e Cel Mendes
06/AssMil/2018	30/01/2018	Posse da Presidencia TJM
07/AssMil/2018	01/02/2018	Translado do Cel Fabio
08/AssMil/2018	01/02/2018	Translado Juiz São Paulo
09/AssMil/2018	30/01/2018	Translado do Cel Mendes e Cel Maciel
10/AssMil/2018	20/02/2018	Translado Cel Mendes e Cel Fábio
11/AssMil/2018	26/02/2018	Translado Cel. Brum Brasília.
12/AssMil/2018	09/03/2018	Translado Cel. Mendes e Dr. Amilcar
13/AssMil/2018	14/03/2018	Translado Cel. Mendes e Cel. Maciel
14/AssMil/2018	14/03/2018	Translado Cel Fabio Brasília
15/AssMil/2018	29/03/2018	Translado Formatura Geral no TJM
16/AssMil/2018	29/03/2018	Translado solenidade de entrega acervo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



17/AssMil/2018	10/04/2018	Palestra Saneamento Básico
18/AssMil/2018	11/04/2018	Translado Juiz Minas Gerais
19/AssMil/2018	13/04/2019	Translado Magistrado MP - TR4
20/AssMil/2018	13/04/2018	Translado do Cel Fabio
21/AssMil/2018	13/04/2018	Aud.Pas.Fundo e Sta Maria Arquivo
22/AssMil/2018	26/04/2018	viagem Dr. Amilca 12º BPM Caxias do Sul
23/AssMil/2018	03/05/2018	viagem Presidente Cel Mendes UNISC
24/AssMil/2018	08/05/2018	viagem Aud. Pas.Fundo e Sta Maria Arquivo
25/AssMil/2018	15/05/2018	Translado do Dr. Amilcar
26/AssMil/2018	22/05/2018	Translado do Dr. Amilcar
27/AssMil/2018	22/05/2018	Aud. Pas.Fundo e Sta Maria Arquivo
28/AssMil/2018	23/05/2018	viagem TI a Santa Maria
29/AssMil/2018	04/06/2018	Transporte Magistrados
30/AssMil/2018	12/06/2018	Translado Cel MENDES Presidente TJM
31/AssMil/2018	12/06/2018	Desl. Correg. Presídio Policial Militar
32/AssMil/2018	13/06/2018	Sessão Solene em Homenagem ao Centenário do Tribunal de Justiça Militar, no Palácio Farroupilha – Assembleia Legislativa do RS.
33/AssMil/2018	15 Jun	Sessão Solene em Homenagem ao Centenário do Tribunal de Justiça Militar, no Plenário Otávio Rocha – Câmara de Vereadores de Porto Alegre RS.
34/AssMil/2018	20 Jun	Participação do TJMRS por ocasião da 81ª CORRIDA DO FOGO SIMBÓLICO DA PÁTRIA no ano de 2018, onde o TJM será homenageado a nível Estadual
35/AssMil/2018	26 Jun	Motorista Mario Roque Freitas da Luz deslocamento a 4º Auditoria Militar de Passo fundo
36/AssMil/2018	27 Jun	Motorista Irajá Martins de Araújo, deslocamento a 4º Auditoria Militar e 1º RPMon de Passo fundo
37/AssMil/2018	28 Jun	Motorista Edson Jairo Damaceno Pereira deslocamento a Capitania dos Portos cidade Rio Grande .
38/AssMil/2018	29 Jun	acesso de funcionários terceirizados da empresa WYNTECH manutenção terminal do Banrisul no 1º Andar do TJM.
39/AssMil/2018	03 Jul	Irajá Martins de Araújo (motoristas), para



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



		deslocarem a 3ª Auditoria Militar em Santa Maria
40/AssMil/2018	05 Jul	Motorista Edson Jairo Damaceno Pereira - translado da Presidência TJM - visita institucional a Capitania dos Portos do <i>Rio Grande</i> do Sul
41/AssMil/2018	12 Jul	Motorista Jorge Riback e Servidora Rejane Maria deslocamento p/ entrega em mão dos ofícios as Instituições de Ensino
42/AssMil/2018	31 Jul	acesso de funcionários terceirizados da empresa WYNTECH manutenção terminal do Bannisul no 1º Andar do TJM.
43/AssMil/2018	23 Ago	Célio Theodolindo dos Santos Franco (motorista), no translado do Juiz Corregedor do Tribunal de Justiça Militar, Dr. Amilcar Fagundes Freitas Macedo, até Caxias do Sul para realizar a representação do TJM na formatura de passagem de comando do 5º Batalhão de Bombeiros em Caxias do Sul
44/AssMil/2018	23/08/2018	Translado Cel Fabio
45/AssMil/2018		
46/AssMil/2018	03 Set	Motorista Luís Carlos Boulanger da Luz desloca a Auditorias Militar de Santa Maria e Passo Fundo com equipe do TI - Treinamento do Sistema EPROC
47/AssMil/2018	04/set/2018	O viagem Presidente Cel Mendes UNISC
48/AssMil/2018	05 Set	Regular as atividades da Assessoria Militar durante evento comemorativo Alusivo aos 100 anos do Tribunal de justiça Militar no Teatro São Pedro
49/AssMil/2018	03 Set	Recepção Exmo Sr. PAULO PRAZAK, Presidente do TJM SP - Solenidade Alusiva aos 100 anos do TJM RS
50/AssMil/2018	03 Set	Recepção Presidente do TJMMG e Vice Presidente do TJMMG - Solenidade Alusiva aos 100 anos do TJM RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



51/AssMil/2018	04/set/2018	viagem Aud. Pas.Fundo.TI
52/AssMil/2018	03 Set	Recepção Vice Presidente do TJM SP - Solenidade Alusiva aos 100 anos do TJM RS
53/AssMil/2018	06 Set	Recepção Ministra Superior Tribunal de Justiça - Solenidade Alusiva aos 100 anos do TJM RS
54/AssMil/2018		O_Recepção e traslado da comitiva do TJMSP em 10 Set 18
55/AssMil/2018	06 Set	Recepção Presidente da AMAJME - Solenidade Alusiva aos 100 anos do TJM RS
56/AssMil/2018	18 Set	Participação do TJM no desfile cívico-militar - Semana Farroupilha
57/AssMil/2018	26 Set	Recepção Ministro do STF - Seminário 100 anos do TJM RS
58/AssMil/2018	28/09/2018	Recepção e traslado da comitiva do TJMMG em 10 Set 18
59/AssMil/2018	28/09/2018	Recepção e traslado do Desembargador Getúlio AMAJME
60/AssMil/2018	28/09/2018	Recepção e traslado Exma. Ministra do STM Maria Elizabeth
61/AssMil/2018	28/09/2018	Recepção e traslado do PAULO CASSEB
62/AssMil/2018	28/09/2018	Recepção e traslado do Cel Clovis Santinon
63/AssMil/2018	28/09/2018	Traslado do Sr. Juiz Civil Paulo Adib do TJM/SP
64/AssMil/2018	28/09/2018	Recepção e traslado do JAYME MARTINS ASSOC.MAGIST.
65/AssMil/2018	12 Out	Acesso ao TJM - Transportadora MAUÁ e Banrisul – substituição Terminal
66/AssMil/2018	06/11/2018	Traslado do Cel Fabio
67/AssMil/2018	06/11/2018	Seminário das Justiças do Brasil
68/AssMil/2018	10/11/2018	Traslado do DG
69/AssMil/2018		Traslado do Cel Mendes
70/AssMil/2018	22/11/2018	Traslado do Cel Mendes e DG
71/AssMil/2018	13/11/2018	Traslado do Cel Mendes
72/AssMil/2018	27/11/2018	Traslado do Cel BRUM
73/AssMil/2018	28/11/2018	Traslado do Presidente e Corregedor
74/AssMil/2018	28/11/018	Traslado do Diretor Geral TJM
75/AssMil/2018	29/11/2018	Traslado do Diretor Geral TJM Assembleia Legislativa
76/AssMil/2018	29/11/2018	Traslado do Diretor Geral TJM Câmara



		Municipal
77/AssMil/2018	29/11/2018	Translado do presidente TJM
78/AssMil/2018	12/12/2018	Solenidade assembleia Legislativa
79/AssMil/2018	14/12/2018	Translado do Presidente e Vice Presidente do TJM

5.4 Relatórios

01/2018	09 Out	Avaliação do sistema de segurança eletrônica necessário aos prédios do TJM
02/2018	09 Out	Avaliação do sistema de segurança eletrônica necessário aos prédios do TJM
03/2018	25 Out	Avaliação da aquisição de dispositivos luminosos de emergência para os veículos do Tribunal de Justiça cedidos ao TJM.

5.5 Eventos

- Entrega de Moedas Comemorativas aos 100 anos do TJM
- Entrega de Medalhas comemorativas aos 100 anos do TJM
- Assessoramento ao Evento do Centenário do TJM no Teatro São Pedro.
- Assessoramento ao 1º Seminário Nacional da Justiças Militares Estaduais do Brasil.
- Assessoramento logístico ao evento de homenagem da Câmara Municipal de Porto Alegre ao TJM.
- Assessoramento à homenagem prestada ao Vice-Presidente eleito, Gen Ex Mourão.
- Assessoramento prestado a Solenidade da Liga de Defesa Nacional, Corrida do Fogo Simbólico, em homenagem aos 100 anos do TJM

5.6 Ações realizadas

- Visita as Assessorias Militares do Tribunal de Justiça do RS, Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região, Tribunal Regional Federal, a fim de verificar o equipamento de segurança eletrônica existente;
- Verificação dos itens de segurança do TJM e segunda Auditoria de Porto Alegre;
- Participação nas reuniões da Comissão de Segurança.



- Emissão de pareceres para aquisição de itens ao setor de segurança, inteligência e transportes.
- Controle dos Programas de Viagens aéreas dos Magistrados.
- Controle de reservas, emissões e cancelamentos de passagens aéreas da JME/RS.

6 SECRETARIA DE PLENÁRIO

Ao Secretário de Plenário compete dirigir, supervisionar e secretariar os trabalhos do Plenário, elaborar as pautas dos trabalhos das sessões, proceder às intimações dos advogados e dos defensores para a sessão de julgamento e administrativas, confeccionar e assinar as súmulas de julgamento e administrativas, lavrar as atas da sessão de julgamento e administrativas, colher a assinatura do Presidente nas súmulas e nas atas e executar as demais atividades previstas no Regulamento de Serviços Auxiliares da JME.

6.1 Relatório das atividades desenvolvidas

No decorrer do ano de dois mil e dezoito, o Tribunal de Justiça Militar do Estado realizou 146 sessões (ordinárias e administrativas), das quais foram lavradas as respectivas atas.

Para a organização dos trabalhos do Pleno do Tribunal, foram elaboradas 44 pautas e após julgados 238 processos, conforme respectivas súmulas exaradas pela Presidência.

Ao longo do ano, foram julgados os seguintes processos:

1. Apelações Criminais: 86

1. Apelação Criminal nº 1000251-65.2017.9.21.0000
2. Apelação Criminal nº 1000254-20.2017.9.21.0000
3. Apelação Criminal nº 1000257-72.2017.9.21.0000
4. Apelação Criminal nº 1000260-27.2017.9.21.0000
5. Apelação Criminal nº 1000268-04.2017.9.21.0000
6. Apelação Criminal nº 1000271-56.2017.9.21.0000
7. Apelação Criminal nº 1000273-26.2017.9.21.0000



8. Apelação Criminal nº 1000001-95.2018.9.21.0000
9. Apelação Criminal nº 1000002-80.2018.9.21.0000
10. Apelação Criminal nº 1000010-57.2018.9.21.0000
11. Apelação Criminal nº 1000012-27.2018.9.21.0000
12. Apelação Criminal nº 1000013-12.2018.9.21.0000
13. Apelação Criminal nº 1000014-94.2018.9.21.0000
14. Apelação Criminal nº 1000016-64.2018.9.21.0000
15. Apelação Criminal nº 1000018-34.2018.9.21.0000
16. Apelação Criminal nº 1000020-04.2018.9.21.0000
17. Apelação Criminal nº 1000021-86.2018.9.21.0000
18. Apelação Criminal nº 1000022-71.2018.9.21.0000
19. Apelação Criminal nº 1000023-56.2018.9.21.0000
20. Apelação Criminal nº 1000024-41.2018.9.21.0000
21. Apelação Criminal nº 1000026-11.2018.9.21.0000
22. Apelação Criminal nº 1000035-70.2018.9.21.0000
23. Apelação Criminal nº 1000036-55.2018.9.21.0000
24. Apelação Criminal nº 1000037-40.2018.9.21.0000
25. Apelação Criminal nº 1000039-10.2018.9.21.0000
26. Apelação Criminal nº 1000041-77.2018.9.21.0000
27. Apelação Criminal nº 1000042-62.2018.9.21.0000
28. Apelação Criminal nº 1000044-32.2018.9.21.0000
29. Apelação Criminal nº 1000050-39.2018.9.21.0000
30. Apelação Criminal nº 1000052-09.2018.9.21.0000
31. Apelação Criminal nº 1000053-91.2018.9.21.0000
32. Apelação Criminal nº 1000054-76.2018.9.21.0000
33. Apelação Criminal nº 1000056-46.2018.9.21.0000
34. Apelação Criminal nº 1000057-31.2018.9.21.0000
35. Apelação Criminal nº 1000058-16.2018.9.21.0000
36. Apelação Criminal nº 1000059-98.2018.9.21.0000
37. Apelação Criminal nº 1000060-83.2018.9.21.0000
38. Apelação Criminal nº 1000061-68.2018.9.21.0000
39. Apelação Criminal nº 1000064-23.2018.9.21.0000



40. Apelação Criminal nº 1000065-08.2018.9.21.0000
41. Apelação Criminal nº 1000066-90.2018.9.21.0000
42. Apelação Criminal nº 1000067-75.2018.9.21.0000
43. Apelação Criminal nº 1000069-45.2018.9.21.0000
44. Apelação Criminal nº 1000070-30.2018.9.21.0000
45. Apelação Criminal nº 1000071-15.2018.9.21.0000
46. Apelação Criminal nº 1000072-97.2018.9.21.0000
47. Apelação Criminal nº 1000079-89.2018.9.21.0000
48. Apelação Criminal nº 1000081-59.2018.9.21.0000
49. Apelação Criminal nº 1000085-96.2018.9.21.0000
50. Apelação Criminal nº 1000086-81.2018.9.21.0000
51. Apelação Criminal nº 1000087-66.2018.9.21.0000
52. Apelação Criminal nº 1000088-51.2018.9.21.0000
53. Apelação Criminal nº 1000091-06.2018.9.21.0000
54. Apelação Criminal nº 1000092-88.2018.9.21.0000
55. Apelação Criminal nº 1000093-73.2018.9.21.0000
56. Apelação Criminal nº 1000095-43.2018.9.21.0000
57. Apelação Criminal nº 1000102-35.2018.9.21.0000
58. Apelação Criminal nº 1000103-20.2018.9.21.0000
59. Apelação Criminal nº 1000104-05.2018.9.21.0000
60. Apelação Criminal nº 1000106-72.2018.9.21.0000
61. Apelação Criminal nº 1000108-42.2018.9.21.0000
62. Apelação Criminal nº 1000113-64.2018.9.21.0000
63. Apelação Criminal nº 1000114-49.2018.9.21.0000
64. Apelação Criminal nº 1000115-34.2018.9.21.0000
65. Apelação Criminal nº 1000116-19.2018.9.21.0000
66. Apelação Criminal nº 1000117-04.2018.9.21.0000
67. Apelação Criminal nº 1000118-86.2018.9.21.0000
68. Apelação Criminal nº 1000119-71.2018.9.21.0000
69. Apelação Criminal nº 1000124-93.2018.9.21.0000
70. Apelação Criminal nº 1000128-33.2018.9.21.0000
71. Apelação Criminal nº 1000132-70.2018.9.21.0000



72. Apelação Criminal nº 1000133-55.2018.9.21.0000
73. Apelação Criminal nº 1000134-40.2018.9.21.0000
74. Apelação Criminal nº 1000136-10.2018.9.21.0000
75. Apelação Criminal nº 1000138-77.2018.9.21.0000
76. Apelação Criminal nº 1000139-62.2018.9.21.0000
77. Apelação Criminal nº 1000148-24.2018.9.21.0000
78. Apelação Criminal nº 1000150-91.2018.9.21.0000
79. Apelação Criminal nº 1000151-76.2018.9.21.0000
80. Apelação Criminal nº 1000154-31.2018.9.21.0000
81. Apelação Criminal nº 1000155-16.2018.9.21.0000
82. Apelação Criminal nº 1000159-53.2018.9.21.0000
83. Apelação Criminal nº 1000165-60.2018.9.21.0000
84. Apelação Criminal nº 1000166-45.2018.9.21.0000
85. Apelação Criminal nº 1000149-09.2018. 9.21.0000
86. Apelação Criminal nº 1000152-61.2018.9.21.0000

Nível Hierárquico	Absolvido	Condenado	Tipo Penal	MP	Defesa
Coronel	0				
Total	0				
Tenente-Coronel	0				
Total	0				
Major	0				
Total	0				
Capitão		1	Art. 322	x	
Total	1				
Tenente	1		Art. 305	x	
	1		Arts. 216 e 218	x	
		1	Art. 303		x
Total	2	2			
Total Oficiais	2	2			
Sargento		1	Art. 209		x
		1	Art. 209		x
		1	Art. 299	x	
	1		Arts. 202 e 223		x
	1		Art. 209		x
		1	Art. 216		x
		1	Arts. 303		x
		1	Art. 301		x
		1	Art. 209		x



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



		1	Art. 238		x
	1		Arts. 309 e 312	x	
		1	Art. 209		x
		1	Arts. 298 e 301		x
		1	Art. 216		x
	1		Art. 179	x	
		1	Art. 203		x
		1	Art. 240		x
	1		Art. 209	x	
	1		Art. 319		x
		1	Art. 195		x
	1		Art. 223		x
		1	Art. 202		x
	1		Art. 202		x
	1		Art. 196		x
	1		Art. 216	x	
		2	Arts. 155 e 322		x
		1	Arts. 209 e 217		x
		1	Art. 195		x
		1	Arts. 298 e 299		x
	1		Art. 195	x	
	1		Art. 209		x
Total	12	20			
Soldado		7	Art. 209		x
	1		Art. 209		x
		1	Art. 202		x
		2	Art. 305		x
	1		Art. 177		x
	1		Art. 210	x	
		2	Arts. 312 e 324		x
		1	Art. 312		x
		1	Art. 349		x
	1		Art. 223	x	
		1	Art. 305		x
	2		Art. 209		x
		2	Art. 209		x
		1	Art. 312	x	
		1	Art. 326		x
		1	Art. 209		x
	1		Art. 216		x
		2	Art. 254		x
		1	Art. 242		x
	2		Art. 209	x	
1		Art. 299	x		
		3	Art. 209		x
	2		Art. 305	x	
		1	Art. 298		x
		1	Art. 312		x



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



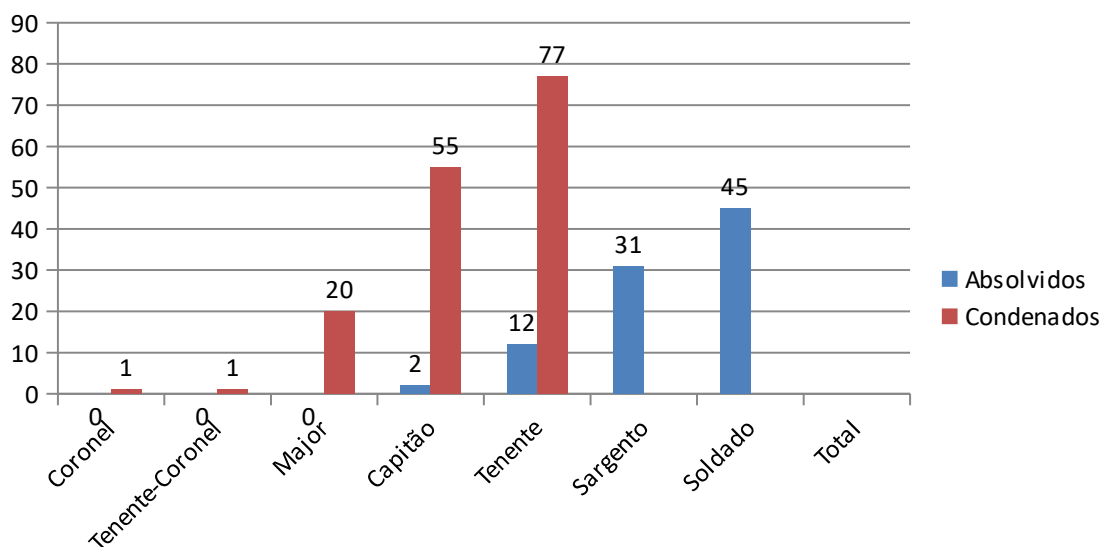
Soldado		2	Arts. 309		x
		1	Art. 301		x
		2	Arts. 209 e 217		x
	1		Art. 223	x	
	1		Art. 209		x
	1		Art. 216		x
	1		Art. 319		x
		2	Art. 305		X
	1		Art. 223		x
	1		Arts. 219 e 223		x
	2		Art. 209	x	
	1		Art. 209	x	
	1		Art. 209	x	
		1	Art. 195		x
		1	Art. 216		x
		2	Art. 209		x
	1		Art. 209		X
		1	Art. 298		x
		1	Art. 195		x
	1		Art. 223		x
	1		Art. 223		x
		1	Arts. 162 e 319		x
		1	Arts. 162 e 319		x
	1		Art. 319	x	x
		1	Art. 187	x	
	1	Art. 209		x	
1		Art. 209	x		
	3	Arts. 209 e 217		x	
1		Art. 195		x	
	1	Art. 240	x		
	1	Art. 210		x	
	4	Arts. 209, 305 e 319	x		
2		Arts. 216 e 218	x		
2		Arts. 287 e 312		x	
	1	Art. 209		x	
Total	31	55			
Total Oficias e Praças	45	77			

Conclui-se que as 86 apelações criminais envolveram 122 militares estaduais, havendo 45 absolvições e 77 condenações:

Nível Hierárquico	Absolvidos	Condenados
Coronel	0	0
Tenente-Coronel	0	0
Major	0	0



Capitão		1
Tenente	2	1
Sargento	12	20
Soldado	31	55
Total	45	77



Os tipos penais mais incidentes foram:

a. Envolvendo Oficiais do Quadro de Estado Maior:

Nível Hierárquico	Absolvição	Condenação	Tipo Penal
Coronel			
Tenente-Coronel			
Major			
Capitão		1	Art. 322

b. Envolvendo Tenentes:

Tipo Penal	Quantitativo
Contra a Administração (Corrupção passiva e falsidade ideológica)	2

c. Envolvendo Sargentos:

Tipo Penal	Quantitativo
------------	--------------



Contra a Administração (Documento Falso, Do Dano, Corrupção, Desacato a Superior, Desacato a Militar, Peculato, Falsidade Ideológica) (Dos Crimes Contra a Liberdade) (Dos Crimes Contra a Honra) (Dos Crimes Contra os Meios de Transporte e de Comunicação)	21
(Da Aliciação e do Incitamento Contra a Pessoa), (lesões Corporais Leves e Culposas)	15
Contra o Dever Funcional (Prevaricação)	6
Contra o Patrimônio (Roubo, Extorsão e Dano)	1
Contra o Serviço e o Dever Militar (Abandono de Posto, Embriaguez ao Serviço, Dormir em Serviço)	4

d. Envolvendo Soldados

Tipo Penal	Quantitativo
Contra a Pessoa (lesões Corporais Leves e Culposas)	25
(Da Aliciação e do Incitamento Contra a Pessoa) (Contra a Administração (Falsidade de Documento, Uso de Documento Falso, Desobediência Desacato a Superior, Peculato, Falsidade Ideológica, Concussão)	14
Contra o Dever Funcional (Prevaricação, Extravio de Documento e Violação de Sigilo Funcional)	3
Dos Crimes Contra a Honra (Contra a Liberdade (Constrangimento Ilegal, Ameaça, Violação de Domicílio, Violação de Segredo Profissional)	13
Contra o Serviço e o Dever Militar (Abandono de Posto, Dormir em Serviço, Embriaguez ao Serviço, Deserção) (Do Desrespeito a Superior)	14

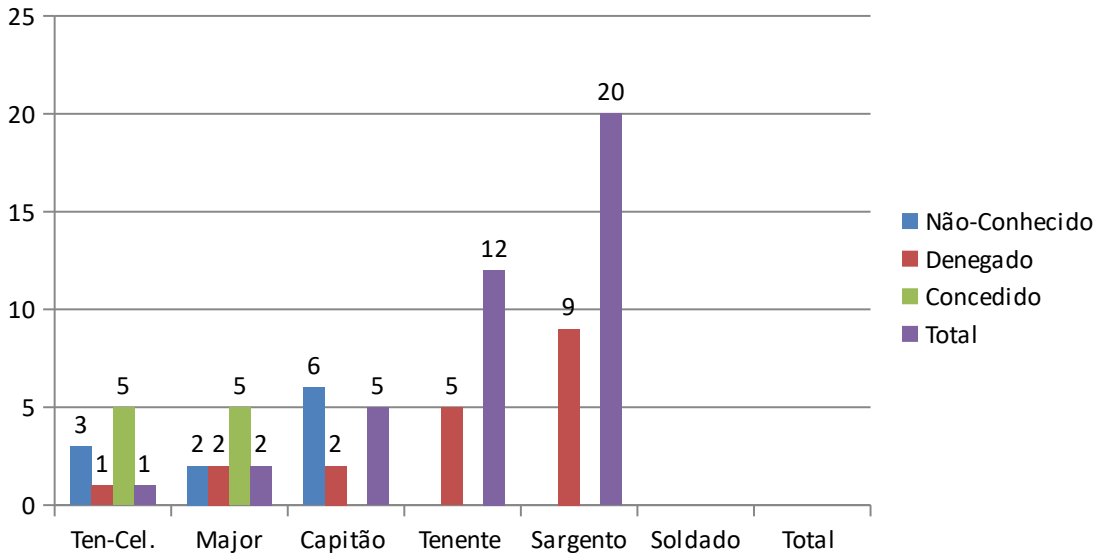
2. Habeas-Corpus: 20

1. Habeas Corpus nº 0900027-85.2018.9.21.0000



2. Habeas Corpus nº 1000047-84.2018.9.21.0000
3. Habeas Corpus nº 1000063-38.2018.9.21.0000
4. Habeas Corpus nº 1000075-52.2018.9.21.0000
5. Habeas Corpus nº 1000096-28.2018.9.21.0000
6. Habeas Corpus nº 1000100-65.2018.9.21.0000
7. Habeas Corpus PJe nº 0900002-72.2018.9.21.0000
8. Habeas Corpus nº 0090002-46.2018.9.21.0000
9. Habeas Corpus nº 0090005-98.2018.9.21.0000
10. Habeas Corpus nº 0090007-68.2018.9.21.0000
11. Habeas Corpus PJe nº 0900006-12.2018.9.21.0000
12. Habeas Corpus PJe nº 0900008-79.2018.9.21.0000
13. Habeas Corpus PJe nº 0900010-49.2018.9.21.0000
14. Habeas Corpus PJe nº 0900011-34.2018.9.21.0000
15. Habeas Corpus PJe nº 0900012-19.2018.9.21.0000
16. Habeas Corpus PJe nº 0900013-04.2018.9.21.0000
17. Habeas Corpus PJe nº 0900015-71.2018.9.21.0000
18. Habeas Corpus PJe nº 0900032-10.2018.9.21.0000
19. Habeas Corpus nº 0900033-92.2018.9.21.0000
20. Habeas Corpus nº 0900031-25.2018.9.21.0000

Nível Hierárquico	Não-Conhecido	Denegado	Concedido	Total
Ten-Cel.		1		1
Major				
Capitão				
Tenente		2		2
Sargento	3	2		5
Soldado	2	5	5	12
Total	5	10	5	20



3. Reclamação: 1

1. Reclamação PJe nº 0900003-57.2018.9.21.0000

4. Recurso inominado: 0

5. Restauração de Autos: 0

6. Recurso em Sentido Estrito: 4

1. Recurso em Sentido Estrito nº 1000062-53.2018.9.21.0000
2. Recurso em Sentido Estrito nº 1000109-27.2018.9.21.0000
3. Recurso em Sentido Estrito nº 1000120-56.2018.9.21.0000
4. Recurso em Sentido Estrito nº 1000141-32.2018.9.21.0000

7. Recursos de Ofício: 0

8. Correição Parcial: 17

1. Correição Parcial nº 1000269-86.2017.9.21.0000
2. Correição Parcial nº 1000277-63.2017.9.21.0000
3. Correição Parcial nº 1000011-42.2018.9.21.0000
4. Correição Parcial nº 1000015-79.2018.9.21.0000
5. Correição Parcial nº 1000017-49.2018.9.21.0000
6. Correição Parcial nº 1000027-93.2018.9.21.0000
7. Correição Parcial nº 1000038-25.2018.9.21.0000
8. Correição Parcial nº 1000068-60.2018.9.21.0000



9. Correição Parcial nº 1000073-82.2018.9.21.0000
10. Correição Parcial nº 1000105-87.2018.9.21.0000
11. Correição Parcial nº 1000125-78.2018.9.21.0000
12. Correição Parcial PJe nº 0900004-42.2018.9.21.0000
13. Correição Parcial PJe nº 0900007-94.2018.9.21.0000
14. Correição Parcial nº 0090014-60.2018.9.21.0000
15. Correição Parcial nº 0090018-97.2018.9.21.0000
16. Correição Parcial PJe nº 0900025-18.2018.9.21.0000
17. Correição Parcial nº 1000162-08.2018.9.21.0000

9. Representação Para Perda da Graduação: 2

1. Representação para Perda da Graduação nº 1000263-79.2017.9.21.0000
2. Representação para Perda da Graduação nº 0900023-48.2018.9.21.0000

Graduação	Tipo Penal	Acolhida	Rejeitada	Total
Sargento	Arts. 242, 243, 290 e 315,		2	2
Total			2	2

10. Representação Para Declaração de Indignidade do Oficialato e Perda do Posto e Patente: 0

Graduação	Tipo Penal	Acolhida	Rejeitada	Total
Total				0

11. Revisão Criminal: 3

1. Revisão Criminal nº 1000019-19.2018.9.21.0000
2. Revisão Criminal nº 0090011-08.2018.9.21.0000
3. Revisão Criminal nº 0900030-40.2018.9.21.0000

12. Embargos Infringentes Crime: 10



1. Embargos Infringentes Crime nº 1000249-95.2017.9.21.0000
2. Embargos Infringentes Crime nº 1000008-87.2018.9.21.0000
3. Embargos Infringentes Crime nº 1000009-72.2018.9.21.0000
4. Embargos Infringentes Crime nº 1000043-47.2018.9.21.0000
5. Embargos Infringentes Crime nº 1000076-37.2018.9.21.0000
6. Embargos Infringentes Crime nº 1000089-36.2018.9.21.0000
7. Embargos Infringentes Crime nº 1000121-41.2018.9.21.0000
8. Embargos Infringentes Crime nº 1000122-26.2018.9.21.0000
9. Embargos Infringentes Crime nº 1000123-11.2018.9.21.0000
10. Embargos Infringentes Crime nº 1000172-52.2018.9.21.0000

Nível Hierárquico	Tipo Penal	Acolhida	Rejeitada	Total
Coronel	Arts. 251 e 303		1	
Ten-Cel				
Capitão				
Tenente				
Sargento	Arts. 216 e 226		2	
Soldado	Arts. 209,242, 303, 305, 312 e 324	1	6	
Total		1	9	10

13. Embargos Infringentes Cíveis: 0

14. Embargos de Declaração Crime: 16

1. Embargos de Declaração Crime nº 1000276-78.2017.9.21.0000
2. Embargos de Declaração Crime nº 1000004-50.2018.9.21.0000
3. Embargos de Declaração Crime nº 1000005-35.2018.9.21.0000
4. Embargos de Declaração Crime nº 1000007-05.2018.9.21.0000
5. Embargos de Declaração Crime nº 1000028-78.2018.9.21.0000
6. Embargos de Declaração Crime nº 1000034-85.2018.9.21.0000
7. Embargos de Declaração Crime nº 1000046-02.2018.9.21.0000



8. Embargos de Declaração Crime nº 1000080-74.2018.9.21.0000
9. Embargos de Declaração Crime nº 1000084-14.2018.9.21.0000
10. Embargos de Declaração Crime nº 1000098-95.2018.9.21.0000
11. Embargos de Declaração Crime nº 1000112-79.2018.9.21.0000
12. Embargos de Declaração Crime nº 1000135-25.2018.9.21.0000
13. Embargos de Declaração Crime nº 1000142-17.2018.9.21.0000
14. Embargos de Declaração Crime nº 1000143-02.2018.9.21.0000
15. Embargos de Declaração Crime nº 1000153-46.2018.9.21.0000
16. Embargos de Declaração Crime nº 1000182-96.2018.9.21.0000

15. Embargos de Declaração Cível: 9

1. Embargos de Declaração Cível nº 1000030-48.2018.9.21.0000
2. Embargos de Declaração Cível nº 1000031-33.2018.9.21.0000
3. Embargos de Declaração Cível nº 1000032-18.2018.9.21.0000
4. Embargos de Declaração Cível nº 1000045-17.2018.9.21.0000
5. Embargos de Declaração na Apelação Cível PJe nº 0800001-10.2017.9.21.0002
6. Embargos de Declaração na Apelação Cível PJe nº 0800002-95.2017.9.21.0001
7. Embargos de Declaração na Apelação Cível PJe nº 0800005-50.2017.9.21.0001
8. Embargos de Declaração na Apelação Cível PJe nº 0800006-35.2017.9.21.0001
9. Embargos de Declaração na Reclamação nº 0900003-57.2018.9.21.0000

16. Exceção de Suspeição: 0

17. Conflito de Competência: 1

1. Conflito de Competência nº 1000144-84.2018.9.21.0000

18. Apelação Cível: 35

1. Apelação Cível PJe nº 0800004-62.2017.9.21.0002
2. Apelação Cível PJe nº 0800005-50.2017.9.21.0001
3. Apelação Cível PJe nº 0800006-35.2017.9.21.0001
4. Apelação Cível PJe nº 0800007-17.2017.9.21.0002
5. Apelação Cível PJe nº 0800007-20.2017.9.21.0001



6. Apelação Cível PJe nº 0800008-39.2017.9.21.0001
7. Apelação Cível PJe nº 0800009-87.2017.9.21.0001
8. Apelação Cível PJe nº 0800010-72.2017.9.21.0001
9. Apelação Cível PJe nº 0800011-54.2017.9.21.0002
10. Apelação Cível PJe nº 0800012-39.2017.9.21.0002
11. Apelação Cível PJe nº 0800012-42.2017.9.21.0001
12. Apelação Cível PJe nº 0800013-27.2017.9.21.0001
13. Apelação Cível PJe nº 0800015-91.2017.9.21.0002
14. Apelação Cível PJe nº 0800018-46.2017.9.21.0002
15. Apelação Cível PJe nº 0800019-31.2017.9.21.0002
16. Apelação Cível nº 0800006-26.2017.9.21.0004
17. Apelação Cível nº 0800009-78.2017.9.21.0004
18. Apelação Cível nº 0800011-48.2017.9.21.0004
19. Apelação Cível nº 0800013-24.2017.9.21.0002
20. Apelação Cível nº 0800013-18.2017.9.21.0004
21. Apelação Cível nº 0800015-85.2017.9.21.0004
22. Apelação Cível nº 0800001-76.2018.9.21.0001
23. Apelação Cível nº 1000003-65.2018.9.21.0000
24. Apelação Cível nº 1000029-63.2018.9.21.0000
25. Apelação Cível nº 1000025-26.2018.9.21.0000
26. Apelação Cível nº 1000033-03.2018.9.21.0000
27. Apelação Cível nº 1000048-69.2018.9.21.0000
28. Apelação Cível nº 1000078-07.2018.9.21.0000
29. Apelação Cível nº 1000101-50.2018.9.21.0000
30. Apelação Cível nº 1000110-12.2018.9.21.0000
31. Apelação Cível nº 1000111-94.2018.9.21.0000
32. Apelação Cível nº 1000129-18.2018.9.21.0000
33. Apelação Cível nº 1000145-69.2018.9.21.0000
34. Apelação Cível nº 1000146-54.2018.9.21.0000
35. Apelação Cível nº 1000167-30.2018.9.21.0000

19. Conselho de Justificação: 2



1. Conselho de Justificação nº 1000218-12.2016.9.21.0000
2. Conselho de Justificação nº 0900024-33.2018.9.21.0000

Graduação	Tipo Penal	Acolhida	Rejeitada	Total
Major	Art. 24, inc. I, art. 25, <i>caput</i> , e incisos I, II, V, VIII, XII, XIII, XV, XVI e XVII e art. 29, <i>caput</i> e incisos II, III, IV e V, todos da Lei Estadual nº 10.990/97 (Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul)	1		
Tenente	Art. 2º, inciso, I, letra a, b e c do Decreto nº 71.500/72, art. 1º “ <i>caput</i> ” e parágrafo 1º do Decreto nº 71.500/72 e art. 13 letra a inciso V da Lei nº 5.836/72		1	
Total		1	1	2

20. Reexame Necessário: 2

1. Reexame Necessário nº 1000147-54.2018.9.21.0000
2. Reexame Necessário nº 1000168-30.2018.9.21.0000

21. Reexame Necessário Crime: 2



1. Reexame Necessário Crime PJe nº 0800006-66.2016.9.21.0002
2. Reexame Necessário Crime nº 1000090-21.2018.9.21.0000

22. Agravo em Execução: 11

1. Agravo em Execução nº 1000040-92.2018.9.21.0000
2. Agravo em Execução nº 1000055-61.2018.9.21.0000
3. Agravo em Execução nº 1000074-67.2018.9.21.0000
4. Agravo em Execução nº 1000082-44.2018.9.21.0000
5. Agravo em Execução nº 1000083-29.2018.9.21.0000
6. Agravo em Execução nº 1000094-58.2018.9.21.0000
7. Agravo em Execução nº 1000099-80.2018.9.21.0000
8. Agravo em Execução nº 1000126-63.2018.9.21.0000
9. Agravo em Execução nº 1000127-48.2018.9.21.0000
10. Agravo em Execução nº 1000137-92.2018.9.21.0000
11. Agravo em Execução nº 1000170-82.2018.9.21.0000

23. Agravo Regimental Cível: 2

1. Agravo Regimental nº 1000196-17.2017.9.21.0000
2. Agravo Regimental nº 1000197-02.2017.9.21.0000

24. Agravo Regimental Crime: 0

25. Agravo de Instrumento: 11

1. Agravo de Instrumento PJe nº 0900016-90.2017.9.21.0000
2. Agravo de Instrumento PJe nº 0900017-75.2017.9.21.0000
3. Agravo de Instrumento PJe nº 0900001-87.2018.9.21.0000
4. Agravo de Instrumento PJe nº 0900018-60.2017.9.21.0000
5. Agravo de Instrumento PJe nº 0900019-45.2017.9.21.0000
6. Agravo de Instrumento PJe nº 0900005-27.2018.9.21.0000
7. Agravo de Instrumento nº 0090015-45.2018.9.21.0000
8. Agravo de Instrumento nº 0090009-38.2018.9.21.0000
9. Agravo de Instrumento PJe nº 0900016-56.2018.9.21.0000
10. Agravo de Instrumento PJe nº 0900018-26.2018.9.21.0000



11. Agravo de Instrumento nº 0900028-70.2018.9.21.0000

26. Ação Cautelar: 0

27. Ação Rescisória: 0

28. Cautelar Inominada: 0

29. Mandado de Segurança: 1

1. Mandado de Segurança nº 0900022-63.2018.9.21.0000

30. Processos Administrativos: 102

1. Processo Administrativo nº 89.0700/11-7
2. Processo Administrativo nº 485.0700/06-2
3. Processo Administrativo nº 908-0700/07-5
4. Processo Administrativo nº 25-0700/00-0
5. Processo Administrativo nº 671-0700/18-0
6. Processo Administrativo nº 26-0700/00-2
7. Processo Administrativo nº 316-0700/18-8
8. Processo Administrativo nº 217-0700/01-8
9. Processo Administrativo nº 26-0700/00-2
10. Processo Administrativo nº 25-0700/00-0
11. Processo Administrativo nº 333-0700/18-3
12. Processo Administrativo nº 000299-0700/18-2
13. Processo Administrativo nº 000298-0700/18-0
14. Processo Administrativo nº 000760-0700/07-80
15. Processo Administrativo nº 000308-0700/18-1
16. Processo Administrativo nº 705-0700/05-4
17. Processo Administrativo nº 705-0700/05-4
18. Processo Administrativo nº 582-0700/17-8
19. Processo Administrativo nº 300-0700/06-6
20. Processo Administrativo nº 000282-0700/18-1
21. Processo Administrativo nº 000283-0700/18-4



22. Processo Administrativo nº 000121-0700/18-0
23. Processo Administrativo nº 000244-0700/18-0
24. Processo Administrativo nº 301-0700/18-2
25. Processo Administrativo nº 301-0700/18-2
26. Processo Administrativo nº 000267-0700/02-5
27. Processo Administrativo nº 00615-0700/17-1
28. Processo Administrativo nº 000123-0700/18-5
29. Processo Administrativo nº 000120-0700/18-7
30. Processo Administrativo nº 000124-0700/18-8
31. Processo Administrativo nº 000125-0700/18-0
32. Processo Administrativo nº 000265-0700/14-3
33. Processo Administrativo nº 327-0700/18-2
34. Processo Administrativo nº 291-0700/18-0
35. Processo Administrativo nº 760-0700/07-8
36. Processo Administrativo nº 000472-0700/17-8
37. Processo Administrativo nº 622-0700/18-3
38. Processo Administrativo nº 310-0700/18-1
39. Processo Administrativo nº 310-0700/18-1
40. Processo Administrativo nº 000122-0700/18-2
41. Processo Administrativo nº 331-0700/18-8
42. Processo Administrativo nº 404-0700/12-0
43. Processo Administrativo nº 522-0700/18-5
44. Processo Administrativo nº 334-0700/18-6
45. Processo Administrativo nº 336 -0700/18-1
46. Processo Administrativo nº 000760-0700/07-8
47. Processo Administrativo nº 280-0700/18-6
48. Processo Administrativo nº 280-0700/18-6
49. Processo Administrativo nº 310-0700/18-1
50. Processo Administrativo nº 000451-0700/16-3
51. SPI nº 366-0700/11-0
52. SEI nº 18.0.000000946-2
53. SEI nº 18.0.000000871-7



54. SEI nº 18.0.000000836-9
55. SEI nº 18.0.000000841-5
56. SEI nº 18.0.000000970-5
57. SEI nº 18.0.000000962-4
58. SEI nº 18.0.000000872-5
59. SEI nº 18.0.000001001-0
60. SEI nº 18.0.000001003-7
61. SEI nº 18.0.000001004-5
62. SEI nº 18.0.000001004-5
63. SEI nº 18.0.000000964-0
64. SEI nº 18.0.000001035-5
65. SEI nº 18.0.000001030-4
66. SEI nº 18.0.000000957-8
67. SEI nº 18.0.00000957-8
68. SEI nº 18.0.0000001080-0
69. SEI nº 18.0.0000001094-0
70. SEI nº 18.0.0000001077-0
71. SEI nº 18.0.0000001033-9
72. SEI nº 18.0.000001135-1
73. SEI nº 18.0.000001125-4
74. SEI nº 18.0.000001143-2
75. SEI nº 18.0.000001091-6
76. SEI 18.0000000957-8
77. SEI nº 18.0.000001143-2
78. SEI nº 18.0000000404-5
79. SEI nº 18.000001035-5
80. SEI nº 18.0.000001182-3
81. SEI nº 18.0.000001183-1
82. SEI nº 18.0.000001144-0
83. SEI nº 18.0.000001142-4
84. SEI nº 18.0.000001179-3
85. SEI nº 18.0.000001185-8



- 86. SEI nº 18.0.000001203-0
- 87. SEI nº 18.0.000000836-9
- 88. SEI nº 18.0.000001144-0
- 89. SEI nº 18.0.000001232-3
- 90. SEI nº 18.0.000001259-5
- 91. SEI nº 18.0.000001258-7
- 92. SEI nº 18.0.000001241-2
- 93. SEI nº 18.0.000001203-0
- 94. SEI nº 18.0.000001317-6
- 95. SEI nº 18.0.000001341-9
- 96. SEI nº 18.0.000001344-3
- 97. SEI nº 18.0.000001335-4
- 98. SEI nº 18.0.000001346-0
- 99. SEI nº 18.0.000001144-0
- 100. SEI nº 18.0.000001370-2
- 101. SEI nº 18.0.000001386-9
- 102. SEI nº 18.0.000001389-3

Apresentamos abaixo os seguintes quadros quantitativos:

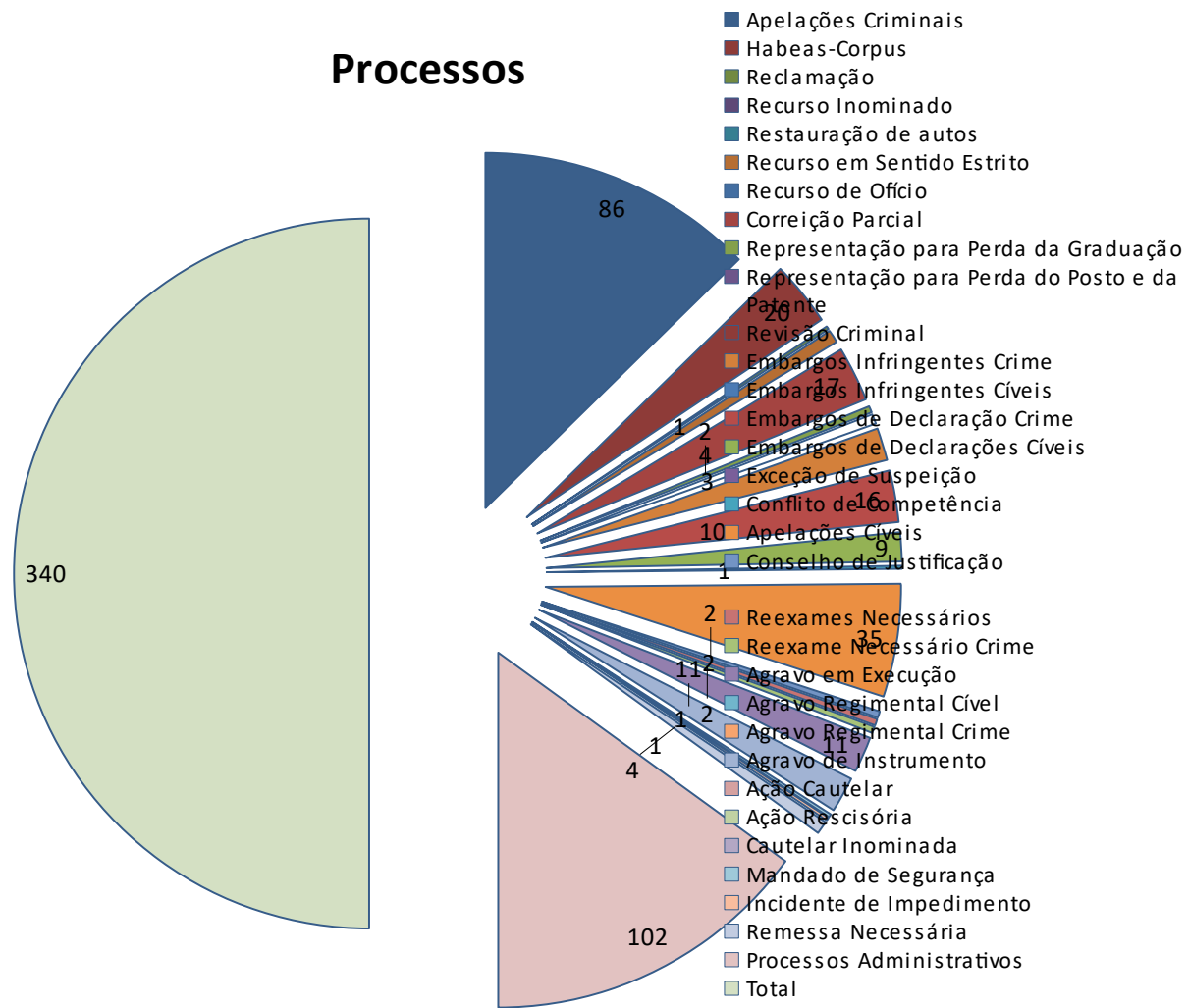
Processos	Quantidade
Apelações Criminais	86
Habeas-Corpus	20
Reclamação	1
Recurso Inominado	0
Restauração de autos	0
Recurso em Sentido Estrito	4
Recurso de Ofício	0
Correição Parcial	17
Representação para Perda da Graduação	2
Representação para Perda do Posto e	0



da Patente	
Revisão Criminal	3
Embargos Infringentes Crime	10
Embargos Infringentes Cíveis	0
Embargos de Declaração Crime	16
Embargos de Declarações Cíveis	9
Exceção de Suspeição	0
Conflito de Competência	1
Apelações Cíveis	35
Conselho de Justificação	2
Reexames Necessários	2
Reexame Necessário Crime	2
Agravo em Execução	11
Agravo Regimental Cível	0
Agravo Regimental Crime	0
Agravo de Instrumento	11
Ação Cautelar	0
Ação Rescisória	0
Cautelar Inominada	0
Mandado de Segurança	1
Incidente de Impedimento	1
Remessa Necessária	4
Processos Administrativos	102
Total	340



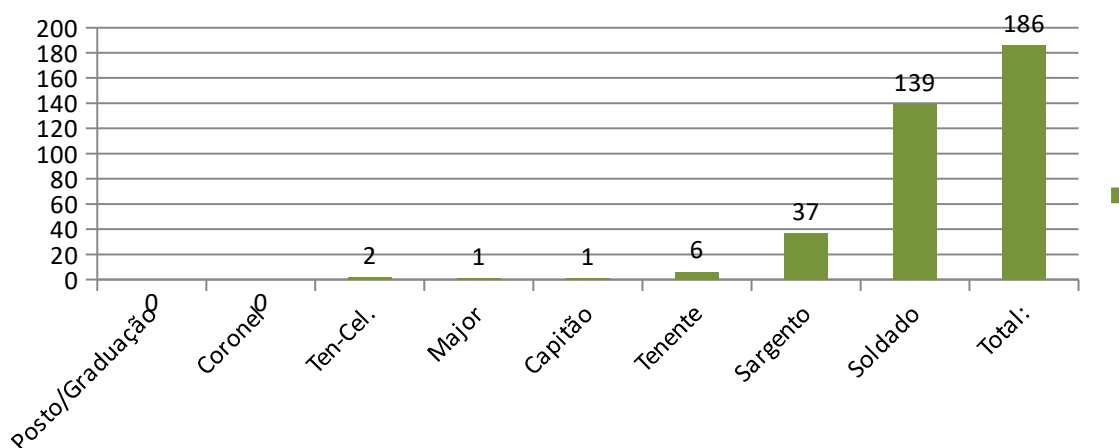
Processos



Nível hierárquico dos militares estaduais julgados referentes a Apelações Criminais, Revisões Criminais, Representações Para a Perda do Posto e da Patente, Perda da Graduação, Conselhos de Justificação e Hábeas-cópus.

Posto/Graduação	Quantidade
Coronel	0
Ten-Cel.	2
Major	1
Capitão	1
Tenente	6
Sargento	37
Soldado	139
Total:	186

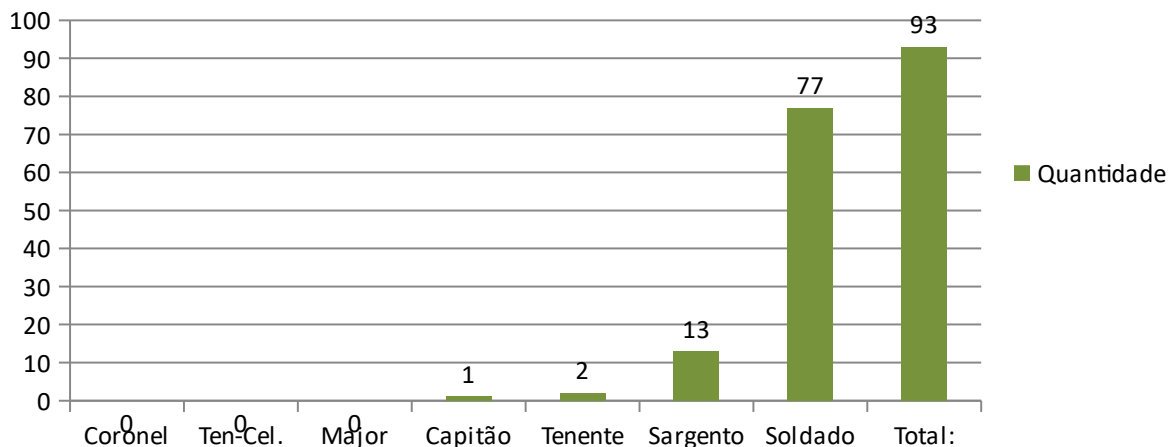
Chart Title



Nível hierárquico dos militares estaduais julgados (Recurso Inominado, Recurso em Sentido Estrito, Embargos de Declaração Crime e Cível, Apelações Cíveis, Reexame Necessário, Agravo em Execução, Agravo Regimental, Agravo de Instrumento, Ação Rescisória, Mandado de Segurança).

Posto/Graduação	Quantidade
Coronel	0
Ten-Cel.	0
Major	0
Capitão	1
Tenente	2
Sargento	13
Soldado	77
Total:	93

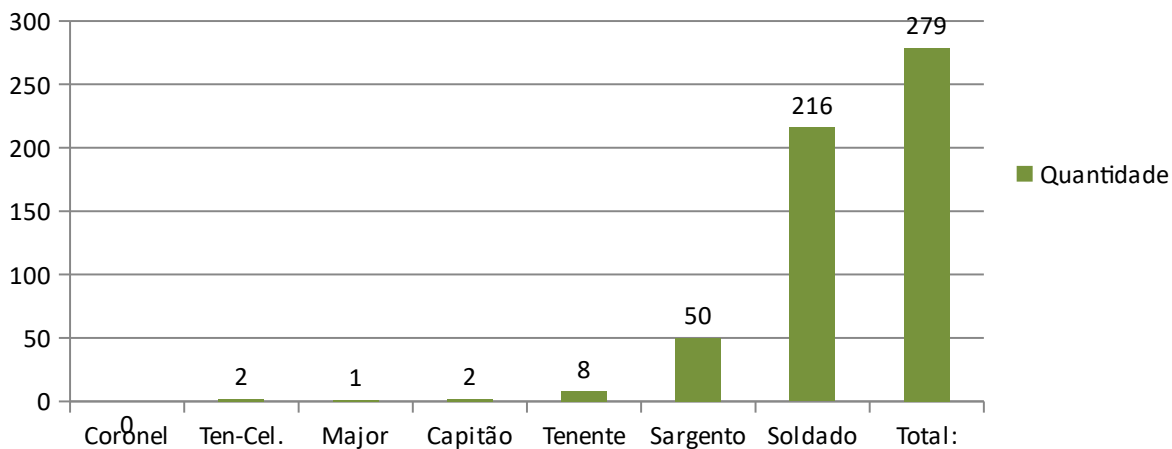
Posto/Graduação



Militares Estaduais Julgados

Posto/Graduação	Quantidade
Coronel	0
Ten-Cel.	2
Major	1
Capitão	2
Tenente	8
Sargento	50
Soldado	216
Total	279

Militares Estaduais Julgados



7 Relatório das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Gestão Estratégica no ano de 2017

SIGLAS

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

JMERS – Justiça Militar Estadual do Rio Grande do Sul

NGE – Núcleo de Gestão Estratégica

SEGA – Sistema Eletrônico de Gerenciamento Administrativo

STM – Superior Tribunal Militar

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

TJMMG – Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais

TJMRS – Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul

TJMSP – Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo

7.1 COMPOSIÇÃO

O Núcleo de Gestão Estratégica e Estatística, setor de assessoria à Presidência, é composto pelos servidores Dionês Gabana de Souza, 1º Tenente da Reserva da Brigada Militar, Bacharel em Administração e cursando Bacharelado em Direito (incluída em 20 de fevereiro de 2014), servidora função gratificada especial, responsável pelo Núcleo de Gestão Estratégica, Tiago Lopes Schiffner, servidor efetivo, doutor em Letras (relocado no setor desde 05/03/2018), responsável pelo Escritório de Projetos, Marlon Grandini Porte, 1º Tenente da Reserva da Brigada Militar, Licenciado em Ciências da Matemática e Pós-graduado em Finanças e Estatística (incluído em 08 de junho de 2015), responsável pelo Setor de Estatística, e Ricardo Rosa Soares Filho, 1º Tenente da Reserva da Brigada Militar, Bacharel em Psicologia e Licenciado em História (relocado no setor desde 27/02/2018).

A Lei Estadual nº 7487/1981 regula o quadro dos servidores efetivos do TJMRS, e a Lei Estadual nº 7315, de 17 de dezembro de 1979, regula os servidores de função gratificada e reconhecida pelos processos nº 9410-02-00/09-3 e 006719-020012-0 TCE.

7.2 FINALIDADE

O Núcleo de Gestão Estratégica é orientado pelos dispositivos legais abaixo citados:

- 1) O Núcleo foi criado pela Resolução N.º **126 do TJMRS** em 27 de novembro de 2013, com a finalidade de fomentar o planejamento estratégico e supervisionar, coordenar e orientar a sua execução, visando à modernização administrativa e à melhoria contínua do desempenho institucional – tendo como base legal as Resoluções do CNJ abaixo descritas.
- 2) Em 21 de julho de 2014 ocorreram alterações por meio da Resolução N.º **139 do TJMRS**, publicada no DJE de 8/8/2014, que ao dispor sobre a criação do Núcleo de Gestão Estratégica da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul instituiu suas competências, salientando que a partir de então o setor passou também a ser responsável pelas funções estatísticas da JMERS, com base nas resoluções do CNJ , e na Resolução do TJMRS N.º **131**, de 7 de março de 2014:
- 3) Resolução CNJ N° 49 de 18 de dezembro de 2007 - Dispõe sobre a organização de Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica nos órgãos do Poder Judiciário relacionado no Art. 92 incisos II ao VII da Constituição da República Federativa do Brasil;
- 4) Resolução CNJ N° 198 de 1º de julho de 2014, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências, que revogou a Resolução N° 70, de 18 de março de 2009, e Resolução CNJ N° 204 de 26/08/2015, revoga os §§ 4º e 5º do artigo 12 da Resolução CNJ 198, de 1º de julho de 2014.
- 5) Resolução CNJ N° 4, de 16 de agosto de 2005, que Cria o Sistema de Estatística do Poder Judiciário e dá outras providências;
- 6) Resolução CNJ N° 76 de 12 de maio de 2009, que dispõe sobre os princípios do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, estabelece seus indicadores, fixa prazos, determina penalidades e dá outras providências;

- 7) Resolução CNJ nº 221, de 10 de maio de 2016 - Institui princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas judiciárias do Conselho Nacional de Justiça.
- 8) E Portarias do CNJ:
 - ✓ Portaria CNJ nº 114, de 6 de setembro de 2016 - Estabelece as diretrizes do processo participativo na formulação das metas nacionais do Poder Judiciário, nos termos da Resolução CNJ 221, de 10 de maio de 2016.
 - ✓ Portaria CNJ nº 138, de 23 de agosto de 2013 - Institui a Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário. é composta por: Comitê Gestor Nacional, Comitês Gestores dos Segmentos de Justiça e Subcomitês Gestores
 - ✓ Portaria CNJ nº 167, de 15 de dezembro de 2015 - Institui o Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2015-2020.
- 9) RESOLUÇÃO do TJMRS N.º 149, de 20 de agosto de 2015. Aprova o Planejamento Estratégico da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul para o período de 2015 a 2020, ficando revogada a Resolução N.º 71, do TJMRS, de 15 de dezembro de 2009, e demais disposições em contrário; e PORTARIA N.º 15/2015 que designou, sob a presidência do Dr. Fábio Duarte Fernandes, os membros que elaboraram, implementaram e monitoram o Planejamento Estratégico da JMERS para o sexênio 2015-2020, estratégia judiciária 2020, em alinhamento ao Plano Estratégico Nacional do CNJ.
- 10) PORTARIA N.º 179/2018 revoga a Portaria 202/2015. O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o artigo 241, inciso XIV, da Lei N.º 7.356, de 1º/2/1980, artigo 9.º, incisos XXXIII e XXXIV, do Regimento Interno desta Corte e o que consta nas **Resoluções N.º 198/2014 e 204/2015, 49/2007, 76/2009 e 04/2005 do CNJ** e nas Resoluções N.º 149/2015, 139/2014, 131/2014 e 126/2013 desta Corte, que estabelecem a composição e a competência do Núcleo de Gestão Estratégica no âmbito da Justiça Militar do Estado, DESIGNA: a servidora DIONÊS GABANA DE SOUZA, como responsável pelo Núcleo de Gestão Estratégica, o servidor TIAGO LOPES SCHIFFNER como responsável Escritório de Projetos e o servidor MARLON GRANDINI PORTE, como servidor responsável pelo Setor de Estatística.
- 11) **PORTARIA DA PRESIDÊNCIA N.º 06/2015.** Dispõe sobre a composição e o funcionamento do Núcleo de Gestão Estratégica da Justiça Militar do Estado do

Rio Grande do Sul e dos setores de Estatística e Escritório de Projetos que lhe são vinculados, alterada pela PORTARIA nr 178/2018 que altera a redação do artigo 12, inciso I da Portaria da Presidência nº 06/2015/TJMRS .

- 12) RESOLUÇÃO N.º 143/2014. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR, de acordo com o que consta na Resolução N.º 76, de 12/5/2009, do Conselho Nacional de Justiça e na Resolução N.º 139, de 21/7/2014, do TJMRS, dispõe sobre os dados estatísticos da JMERS, que serão anualmente compilados pelo CNJ no relatório do Justiça em Números (providenciando no exaurimento em parte).
- 13) RESOLUÇÃO N.º 133, DE 2 DE ABRIL DE 2014. Regula a aplicação da Meta Específica de 2014 – segmento Justiça Militar –, referente ao prazo de julgamento de processos originários e recursos cíveis, criminais e de natureza especial, nos Primeiro e Segundo Graus de Jurisdição da Justiça Militar do Estado (providenciando no exaurimento).
- 14) RESOLUÇÃO N.º 131, DE 07 DE MARÇO DE 2014. Dispõe sobre a criação do Escritório de Projetos da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, vinculado ao Núcleo de Gestão Estratégica da Justiça Militar do Estado;
- 15) RESOLUÇÃO TJMRS N.º 201, de 6 de junho de 2018, que dispõe acerca da extração analítica dos dados para o Selo Justiça em número anual.

Considerando a complexidade das atribuições, o Núcleo busca integrar e organizar o setor conforme a legislação, a doutrina, a estrutura física e material e os recursos humanos disponíveis, de forma a se estabelecer para melhor desempenhar as funções a ele atribuídas.

7.3 DESENVOLVIMENTO

Para melhor explanação das atividades desenvolvidas, dividimos em três subitens, em relação aos documentos produzidos: Gestão Estratégica, Escritório de Projetos e Setor de Estatística, sendo que em alguns momentos a Gestão Estratégica se une nos dados com a estatística, as duas se complementam, e outros dados trabalhados no setor.

E o acompanhamento e controle dos procedimentos e sistemas do CNJ. Resultados das metas nacionais se encontram nos anexos.

Seguimos a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015–2020, formulada com a contribuição de magistrados e servidores e instituída pela [Resolução n. 198/2014, de](#)

[1º de julho de 2014](#), reflete premissas importantes para o processo estratégico de todo o Poder Judiciário. A qual tem como seus componentes:

Missão do Poder Judiciário – Realizar Justiça.

Visão do Poder Judiciário – Ser reconhecido pela sociedade como instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social.

E atributos de valor para a sociedade: Credibilidade, Celeridade, Modernidade, Acessibilidade, Transparência e Controle Social, Responsabilidade Social e Ambiental, Imparcialidade, Ética, Probidade.

E os [Macrodesafios do Poder Judiciário](#): Efetividade na prestação jurisdicional; Garantia dos direitos de cidadania; Combate à corrupção e à improbidade administrativa; Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional; Adoção de soluções alternativas de conflito; Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes; Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas; Aprimoramento da gestão da justiça criminal; Fortalecimento da segurança do processo eleitoral; Melhoria da Gestão de Pessoas; Aperfeiçoamento da Gestão de Custos; Instituição da Governança Judiciária; Melhoria da Infraestrutura e Governança de TI.

De acordo com o art. 12 da Resolução CNJ n. 198/2014, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é responsável pela coordenação dos encontros nacionais anuais do Judiciário, com o objetivo de avaliar a estratégia nacional; divulgar e premiar o desempenho de tribunais, unidades e servidores no cumprimento das Metas Nacionais (MN); aprovar metas nacionais, diretrizes e iniciativas estratégicas para o biênio subsequente; e ajustar, quando necessário, as metas nacionais, as diretrizes e as iniciativas estratégicas previamente aprovadas no encontro do ano anterior.

7.4 Gestão Estratégica

Mês	Descrição atividades desenvolvidas
Janeiro	Questionário da Avaliação da Estratégia do CNJ, manifestação através de relatório ao TJMSP sobre minuta glossário Metas Nacionais e Especifica, Relatório Anual NGE (Sistema de Planejamento Estratégico – SPE, indicadores), Metas do Poder Judiciária Revisão de NOV e Dez 2017, Metas Específicas 3º quadrimestre 2017.
Fevereiro	Posse da nova Gestão de Presidência do TJMRS e envio Metas correção CNJ
Março	Reunião da Análise Estratégica PLS e Reunião da Análise Estratégica Comitê Governança de TIC
Abril	Entrevista jornalista Rosane de Oliveira 17Abril2018.
Maior	Dia 24/05/2018 – envio dos dados das metas de Jan, Fev, Mar e Abr, Formulação do PIME/CNJ (Proposta Inicial de Metas Nacionais e Específicas). Aplicação pelos integrantes do NGE dos questionários e consulta pública da Resolução 221 do CNJ para o PIME.

	Reunião da Análise da Estratégica comitê de governança TIC e do Planejamento Estratégico
Junho	Consolidação da proposta inicial do segmento metas 2019 enviado ao TJMSP. Participação na ação coordenada de auditoria CNJ/NCI/TIC.
Agosto	Envio da finalização PIME (proposta Inicial Metas 2019) para o TJMSP Participação do Encontro preparatório em Brasília do XII Encontro Nacional do Poder Judiciário
Outubro	Plano de Férias 2019
Novembro	Consulta Pública CNJ Metas 2019 abertura 12Nov2018
Dezembro	XII Encontro Nacional do Poder Judiciário dias 3,4 e 5 Envio de recurso ao CNJ sobre a pontuação do Selo JN

Mensalmente	Efetividade NGE, dados Selo JN sistema SEGA, Produtividade Mensal, PLS, Metas Nacionais
Quadrimestralment e	Metas Específicas do Segmento Militar (janeiro/2018, maio/2018, setembro/2018 e janeiro/2019)
Semestralmente	Justiça em Números

7.5 Escritório de Projetos

É regulamentado pela Resolução N.º 131, de 7 de março de 2014, que dispõe sobre a criação do Escritório de Projetos da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, vinculado ao Núcleo de Gestão Estratégica da Justiça Militar do Estado, e Portaria N.º 60/2014, de 18 de março de 2014, disponibilizado no DJE de 13/03/2014, onde designa a Coordenadora dos Serviços Administrativos Bel. Margarte Simon, e as servidores *Simone Maria Picoral Dal Molin (deve ser substituída pediu exoneração)* e Dionês Gabana de Souza, para comporem o Escritório de Projetos da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos da Resolução do TJM nº 131/2014.

Somente foram trabalhadas junto ao Planejamento Estratégico da JMERS 2015-2020 propostas de projetos, até o momento nenhum foi implementado, mesmo previsto no Planejamento, existia a expectativa de em 2016 começar a colocar em prática e regular o escritório de projetos, mas devido à demanda de serviço do setor não foi possível trabalhar neste sentido.

O único projeto trabalhado até é o descrito abaixo:

	Descrição
	Programa de Plano de Logística Sustentável 2016-2020 JMERS

7.6 Estatística

Mês	Descrição
Janeiro	SPE 2017
Fevereiro	Envio do Justiça em Números – base ano 2017
Março	Abertura retificação dos dados do PLS, envio dos dados de lotação de pessoal TLP Resolução 219/CNJ e dados para o SISPLAG – orçamento do Estado,

	relatório do PLS , Retificação do JN ano base 2017
Maio	Retificação dos dados da RES 201/CNJ
Agosto	Envio dos dados JN 1º semestre litigiosidade
Setembro	Envio documentos comprobatórios Selo JN – 06 a 10/09/2018 TLP Resolução nr 219/CNJ

Mensalmente	Dados do sistema PLS participação nas reuniões do GISA
Anualmente	Relatório PLS
Semestralmente	Tabela de Lotação de Pessoal, SISPLAG (orçamento)

7.6.1 Sistemas alimentados pelo NGE e Estatística

Sistema	Sigla	Perfil
Estatística da Conciliação	SISEC	TRI- Tribunal
Justiça em Números	JUSNUM	Representante do tribunal
Mediação Digital 2.0	Medig2	Consultivo
Metas Nacionais do Poder Judiciário	MNAC-NEW	Operador Autorizado
Metas Nacionais do Poder Judiciário (2009 a 2013)	MNAC-OLD	Gestor estratégico
Módulo de Produtividade Mensal	MODULOXML	Acesso ao sistema
Sistema de Controle de Acesso	SCA	Administrador Regional
PLS – Plano de Logística Sustentável		Operador autorizado
Sistema de Questionário do CNJ	SQCNJ	Saúde
Selo Justiça em Números		
SISPLAN – Orçamento do Estado		

Obs: Os Sistemas serão explicados no Anexo I deste Relatório, e o relatório do PLS – Plano de Logística Sustentável no Anexo II deste relatório.

7.7 CAPACITAÇÃO E CURSOS

Mês	Servidores	Descrição
Abril	(Dionês, Marlon)	Treinamento Tiro dia 05Abr2018
Maio	Dionês	Seminário Gestão de riscos e controle interno como instrumento de governança 25/05/2018
Junho	Dionês	Curso IBGP – de governança de TI – lideranças para assegurar as transformações no setor público - 4 a 6/6/2018 Oficina Método Expresso de Avaliação de Governança de TI – 05/06/2018 Curso Mapeamento de Processos 18 a 22/06/2018
Julho	Tiago e Ricardo	Excel Fundamental SENAC – 23/07/2018 a 01/08/2018
Julho	Dionês	4º Encontro de Trabalho do Sistema Prisional - Brigada

		Militar 24/07/2018
Setembro	Marlon	Capacitação e treinamento BNMP 2.0
Outubro	Dionês	1º Seminário Nacional das Justiças Militares 1 e 2/10/2018
Novembro	Marlon	Curso de Planejamento estratégico aplicado ao Setor Público – 05/11/2018 a 30/11/2018 – EAD 1º Workshop Socioambiental do Poder Judiciário – CNJ – 08/11/2018
Novembro	Dionês	Curso de Planejamento estratégico aplicado ao Setor Público – 05/11/2018 a 30/11/2018 – EAD
Dezembro	Dionês	XII Encontro Nacional do Poder Judiciário – 3 e 4/12/2018

7.8 WORKSHOPS, OFICINAS, GRUPOS DE TRABALHO (PORTARIAS) E OUTROS

Mês	Servidores	Descrição
Fevereiro	Marlon	GISA visita a reciclagem Restinga para doação papéis
Março	Marlon	GISA câmara municipal palestra sobre água
Abril	NGE: Tiago, Marlon, Ricardo e Dionês	Palestra sobre a água (PLS) – NGE 10/04/2018 Palestra sobre o IPE (PLS) – NGE 12/04/2018 Alunos UNISC questionário 19/04/2018 Alunos Faculdade Estácio de Sá – questionário 25/04/2018
Maio	NGE: Tiago, Marlon, Ricardo e Dionês	Alunos Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos da Brigada Militar – questionário 08/05/2018 _ NGE Marlon Reunião GISA na OAB – 14/05/2018 Questionário alunos Soldados da Brigada Militar – 14/05/2018 Vacinação H1N1 – 17/05/2018 Questionário alunos faculdade UNISC - 17/05/2018 Questionário alunos do CBA – Curso Básico de Administração – Brigada Militar – Academia de Polícia Militar – 18/05/2018 Palestra Saúde Mental Gestão de Pessoas Res 240/2018 – 21/05/2018 Marlon – reunião GISA DNIT convênio – 22/05/2018 Questionário alunos faculdade plenário IPA – 23/05/2018 Questionário alunos da EsFAS Brigada Militar - 24/05/2018 Seminário TCE – Gestão de Riscos de Controle Interno – Dionês Palestra Psicóloga Erminda Sônia Torres – Ansiedade Social e Tipos de Violência na Atualidade – 29/05/2018
Junho	NGE	TREINAMENTO Fórum Internacional GISA –

	<p>Tiago, Marlon, Ricardo e Dionês</p>	<p>Marlon e Michelle – PLS – 13/14/15 de junho de 2018 Dia 13/06/2018 Presidente do TJMRS estava presente no Fórum GISA para assinar convênios dos Tribunais Integrantes NGE – Sessão solene Assembleia Legislativa TJMRS – 14/06/2018 Integrantes NGE – Sessão Solene Câmara dos Vereadores de Porto Alegre</p>
<p>Julho</p>	<p>NGE Tiago, Marlon, Ricardo e Dionês</p>	<p>Integrantes NGE – sessão solene Bombeiros TJMRS – 04/07/2018 Marlon Participação Fórum Internacional GISA – 09/07/2018</p>
<p>Agosto</p>	<p>NGE Tiago, Marlon, Ricardo e Dionês</p>	<p>Homenagem 170 anos JME – 01/08/2018 Palestra Resíduos Sólidos DMLU - 07/08/2018 Marlon – reunião da GISA – 13/08/2018 Tiago e Marlon – palestra 9º BPM suicídio – 16/08/2018 Corrida do Fogo Simbólico – 17/08/2018</p>
<p>Setembro</p>	<p>NGE Tiago, Marlon, Ricardo e Dionês</p>	<p>Questionário Alunos Passo Fundo IMED – 5/09/2018 Evento TJMRS sessão solene homenagem aos 100 anos do TJM – 10/09/2018 Marlon – reunião do GISA – 10/09/2018 Café com inteligência – 11/09/2018 Homenagem ao jubilados do TJMRS – 19/09/2018 Desfile semana da pátria - 20/09/2018 Marlon – Treinamento BNMP 2.0 ministrante – 21/09/2018 Questionários alunos IPA - 26/09/2018 Prestação de contas Dionês – Verba Diárias</p>
<p>Outubro</p>	<p>NGE Tiago, Marlon, Ricardo e Dionês</p>	<p>Seminário Justiça Militar do Brasil – PUC RS 1 e 2/10/2018 Marlon – reunião GISA no MP – 08/10/2018 Almoço homenagem colaboradores Seminário – 10/10/2018 Palestra Saúde Campanha Prevenção Câncer Mama – 29/10/2018</p>
<p>Novembro</p>	<p>NGE Tiago, Marlon, Ricardo e Dionês</p>	<p>Palestra Urologia – 13/11/2018 Homenagem aniversário da Brigada Militar – 14/11/2018 Homenagem ao Vice-presidente eleito Mourão – 23/11/2018</p>
<p>Dezembro</p>	<p>NGE Tiago, Marlon, Ricardo e Dionês</p>	<p>Palestra Ficha Limpa – 06/12/2018</p>

7.9 Reuniões que o NGE participou e Comissões não permanentes.

Mês	Descrição
Janeiro	

Fevereiro	<p>06/02/2018 – Reunião com o Presidente para apresentação das atividades de cada setor do TJM e reunião com o Diretor-Geral.</p> <p>09/02/2018 – Reunião Coordenadoria Administrativa – Justiça em Números.</p> <p>19/02/2018 – Reunião com Presidente.</p> <p>21/02/2018 – Reunião sobre o PLS – Res 201/CNJ</p> <p>23/02/2018 – Reunião de TIC.</p> <p>23/02/2018 – Reunião geral com os servidores em regime de gratificação especial.</p> <p>26/02/2018 – Reunião a respeito do Selo JN.</p>
Março	<p>01/03/2018 – Reunião de Análise Estratégica PLS</p> <p>05/03/2018 – Reunião com Presidente relativo a definições sobre ações necessárias para o Selo Justiça em Números.</p> <p>07/03/2018 – reunião com o NGE/TIC e NCI auditoria do CNJ</p> <p>12/03/2018 – Reunião com Presidente sobre o GISA</p> <p>16/03/2018 – reunião sobre a Resolução nr 219/CNJ</p> <p>19/03/2018 – Reunião com Presidente</p> <p>22/03/2018 – Reunião com Presidente relativo a definições sobre ações necessárias para o Selo Justiça em Números.</p> <p>23/03/2018 – reunião sobre o Selo JN e com o Presidente</p> <p>26/03/2018 – Reunião para tratar das definições governança de TIC e com o Presidente.</p>
Abril	<p>02/04/2018 – Reunião com o Presidente.</p> <p>04/04/2018 – Reunião Comitê de Segurança da Informação.</p> <p>09/04/2018 – Reunião com o Presidente.</p> <p>10/04/2018 – Reunião Comitê de Segurança da Informação.</p> <p>13/04/2018 – Reunião sobre as definições de parametrização de produtividade.</p> <p>16/04/2018 – Reunião de TIC.</p> <p>23/04/2018 – Reunião Presidente</p> <p>19/04/2018 – Reunião com o NCI e TIC.</p> <p>30/04/2018 – Reunião com o Presidente</p>
Maio	<p>03/05/2018 – 12 – Reunião dos Estudos Continuados</p> <p>08/05/2018 – 13 – Reunião dos Estudos Continuados</p> <p>11/05/2018 – Reunião de TCI, NCI e NGE.</p> <p>14/05/2018 – 14 – Reunião dos Estudos Continuados</p> <p>18/05/2018 – reunião Cel Mendes – Assessoria Falconi Mapeamento de Processos</p> <p>22/05/2018 – Reunião SPE – RAE/ Reunião com Presidente / Reunião NCI e TCI.</p> <p>22/05/2018 – 15 – Reunião dos Estudos Continuados</p> <p>22/05/2018 – Marlon – reunião GISA DNIT convênio</p> <p>24/05/2018 – Reunião RES 221 – magistrados e servidores.</p> <p>25/05/2018 – Reunião RES 194/CNJ – Política de 1º grau.</p> <p>26/05/2018 – Reunião dos Estudos Continuados.</p> <p>30/05/2018 – Reunião sobre Plano Estratégico TIC.</p>
Junho	<p>04/06/2018 – 17 – Reunião dos Estudos Continuados.</p> <p>11/06/2018 – 18 – Reunião dos Estudos Continuados.</p> <p>12 e 13/06/2018 – Reunião Auditoria de TIC e NCI.</p> <p>18/06/2018 – 19 – Reunião dos Estudos Continuados.</p> <p>25/06/2018 – 20 – Reunião dos Estudos Continuados.</p> <p>26 e 27 /06/2018 – Reunião com NCI e TIC.</p>
Julho	<p>02/07/2018 – 21 – Reunião dos Estudos Continuados.</p> <p>19/07/2018 – 23 – Reunião dos Estudos Continuados.</p> <p>23/07/2018 – 24 – Reunião dos Estudos Continuados.</p> <p>30/07/2018 – 25 – Reunião dos Estudos Continuados.</p>
Agosto	<p>06/08/2018 – 26 – Reunião dos Estudos Continuados.</p> <p>13/08/2018 – 27 – Reunião dos Estudos Continuados.</p> <p>16/08/2018 – Reunião com o Presidente.</p>

	16/08/2018 – Reunião Selo. 20/08/2018 – 28 – Reunião dos Estudos Continuados. 23/08/2018 – Reunião PIME / Res 211. 27/08/2018 – 29 – Reunião dos Estudos Continuados. 30/08/2018 – Reunião PLS / Res 221.
Setembro	03/09/2018 – 30 - Reunião dos Estudos Continuados e 06/09/2018 – Reunião sobre o evento Seminário da Justiça Militar. 10/09/2018 – 31 – Reunião dos Estudos Continuados. 12/09/2018 – Reunião com o Presidente 17/09/2018 – 32 – Reunião dos Estudos Continuados. 24/09/2018 – 33 – Reunião dos Estudos Continuados. 27/09/2018 – Reunião sobre o orçamento de 1º e 2º grau. 28/09/2018 – Reunião sobre o evento Seminário da Justiça Militar.
Outubro	04/10/2018 – Reunião sobre a Resolução 195/2009 CNJ. 08/10/2018 – 35 – Reunião dos Estudos Continuados e Marlon GISA no MP. 15/10/2018 – 36 – Reunião dos Estudos Continuados. 22/10/2018 – 37 – Reunião dos Estudos Continuados. 23/10/2018 – Reunião sobre as Resoluções 215, 260 e 265/15 CNJ. 29/10/2018 – 38 – Reunião dos Estudos Continuados, e reunião Res 215 CNJ
Novembro	01/11/2018 – Reunião TIC/NGE tema transparência 05/11/2018 – 39 – Reunião dos Estudos Continuados e resolução 215. 07/11/2018 - Palestra 1º e 2º Auditorias – Res 194/CNJ 12/11/2018 – 40 – Reunião dos Estudos Continuado 19/11/2018 - 41- Reunião dos Estudos Continuado 26/11/2018 – 42 – Reunião dos Estudos Continuados
Dezembro	10/12/2018 - 43 – Reunião dos Estudos Continuados

7.10 VIAGENS

Mês	Descrição
Maio	Marlon, Tiago e Ricardo – Escola Brigada Militar Montenegro aplicar questionário Res 221/CNJ – 17/05/2018 Marlon, Tiago e Ricardo – Escola EsFAS Brigada Militar Santa Maria – 24/05/2018
Junho	Dionês – Viagem a Brasília 03/06/2018 a 06/06/2018, curso IBGP e visita ao CNJ Dionês – Viagem Belém do Pará de 17/06/2018 a 23/06/2018 – Curso Mapeamento de Processos
Agosto	Dionês e Marlon – participação em reunião em Brasília do Encontro Preparatório do XII Encontro Nacional do Poder Judiciário – 27 e 28/08/2018
Setembro	Marlon – Brasília treinamento CNJ BNMP 2.0 – 4 e 5/09/2018
Novembro	Marlon – Wokshop ambiental Brasília – 1 e 8/11/2018
Dezembro	Dionês – XII Encontro do Poder Judiciário Nacional – Foz do Iguaçu -3 a 5 de dezembro de 2018

7.11 PLS Resolução 201/CNJ - participações

Mês	Descrição
Janeiro	Campanha de Doação de Sangue – GISA - 30/01/2018 – servidores JME doação no Hemocentro do RS
Fevereiro	Reunião de Análise Estratégica PLS – 21/02/2018
Março	Definição Plano Logístico sustentável biênio 2018/2020 pelos integrantes do GISA, JMEco e comissão PLS– 01/03/2018 Descarte de (papeis) feitos do arquivo judicial da 1º Auditoria de Porto Alegre

	e feito doação e entidade recicladora de Porto Alegre - Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem Sepe Tiaraju – 22/03/2018
Abril	Palestra do DMAE – saneamento público e saúde Pública e ambiental – palestrante Gustavo Falcão – 10/04/2018
Maio	Continuidade de descarte de (papéis) feitos judiciais de 1971 a 1979 - 640 Kg doados a Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem Sepe Tiaraju de Porto Alegre Palestra de “Gestão de Pessoas” ministrada pela Dra Maj Denise Riambau Gomes, psiquiatra atuante na Brigada Militar e pelo Sd Alexandro da Silva Tavares – dinâmicas de grupo, e convívio no ambiente de trabalho – 21/05/2018 Vacinação para magistrados e servidores – imunização ao vírus da gripe H1N1 – 17/05/2018 Campanha do Agasalho 2018 - 29/05/2018 Palestra Fobia Social – psicóloga Erminda Torres 29/05/2018
Junho	Assinatura do Termo Aditivo do Grupo Interinstitucional de Cooperação Socioambiental – GISA – 13/06/2018
Julho	Ação de doação de sangue pelos integrantes da JME – 03/07/2018 Entrega de 40 kg de roupa ao Centro de Referência da Assistência Social na Vila Bom Jesus em Porto Alegre recolhidos na campanha do agasalho de 2018 – 12/07/2018 Descarte de (papeis) feitos do arquivo judicial da Auditoria Militar de Passo Fundo – 1400 KG, e feito doação e entidade recicladora de Porto Alegre - Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem Sepe Tiaraju – 10/07/2018
Agosto	Palestra sobre resíduos sólidos – descarte – DMLU – 07/08/2018 Descarte de (papeis) feitos do arquivo judicial da JME, sendo 5 editais total de papel 2.680 KG, e feito doação e entidade recicladora de Porto Alegre - Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem Sepe Tiaraju – 20/08/2018

7.12 OUTROS DADOS

O NGE é responsável pelas **Metas Nacionais e Específicas** da JME/RS, portanto coleta e organiza os dados, encaminha-os ao CNJ mensalmente (as metas nacionais até o 20º dia útil do mês) ou ao TJMSP quadrimestralmente (metas específicas do segmento da Justiça Militar Estadual), além de elaborar gráficos para acompanhamento e relatório anual de cumprimento.

O Módulo de **Produtividade Mensal** pelo Provimento N.º 49 da Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ, de 18 de agosto de 2015 da Corregedoria Nacional de Justiça, que passou a integrar o Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ), na forma estabelecida pela Resolução CNJ nr 76, de 12 de maio de 2009. Os dados são definidos no glossário do segmento militar da **Justiça em Números** (Anexo I e II da Resolução CNJ nº 76), de acordo com as classes e movimentos das Tabelas Processuais Unificadas (TPUs), instituídas pela Resolução Nº 46/2007, alteração ocorrida em janeiro de 2016, incluindo no 2º grau os Inquéritos Policiais Militares para o Corregedor Geral, incluiu a produtividade dos magistrados e serventias (gabinetes 2º grau e

Auditorias 1º grau). Foi integrado ao Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) por meio de decisão publicada no DJe/CNJ em 06/11/2015 e Conforme Diário da Justiça do Conselho Nacional de Justiça, edição nr 47/2018, de 21 de março de 2018, e deliberação na Reunião da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, realizada no dia 07 de março de 2018, os Anexos da Resolução 76/2009, referente ao módulo de produtividade mensal para cada segmento da Justiça nos processos de Comissão - , procedimento de competência de comissão -0004035-08.2015.2.00.0000 e 0000821-09.2015.2.00.0000, foi determinado a inserção até a data de 20 de julho de 2018, com dados retroativos desde janeiro/2018 das alterações sofridas, sendo que várias variáveis foram alteradas e algumas introduzidas, ocorreu reuniões por parte do NGE junto as auditorias militares da JMERS, onde foi modificada as planilhas de remessa de dados mensais enviadas pelas mesmas, e SEI nr 8.0.000001325-7, solicitando aos Gabinetes de Juízes de 2º grau, para enviarem Relatórios Gerais de Processos relativos ao sistema e-proc, pois este novo sistema não permite acesso global para extração de relatórios que devem ser enviados mensalmente ao CNJ, relativo ao Provimento nº 49/CNJ/2015, à Produtividade Mensal das serventias e magistrados, bem como todas às decisões monocráticas e interlocutórias. Estes dados devem ser entregues no Núcleo de Gestão Estratégica até o dia 10 do mês subsequente, para o NGE poder compilar e encaminhar os dados solicitados.

Em 2015, foram instruídos os indicadores mínimos para avaliação do desempenho ambiental e econômico do **Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário** do Anexo I da Resolução CNJ nº 201 de 03 de março de 2015, tendo seu Anexo I alterado pela Resolução nr 249/CNJ, de 31 de agosto de 2018. A Comissão do PLS, elaborou o Plano de Logística Sustentável da JMERS para 2016-2020.

Gestão Ambiental possui as seguintes, **Boletins, Resoluções e Portarias do TJMRS**: Boletim nr 111/2009 – Ato do TJM Dispõe sobre o logo da Gestão Ambiental da JMERS, Boletim nr 110/2009 – Ato do TJM – Recomenda a utilização de papel reciclado nos impressos de natureza administrativa ou judicial no âmbito do TJMRS, Boletim nº 109/2009 – Ato do TJM – recomenda a implementação de ações na área da gestão ambiental da JMERS, Resolução nr 63 /2009/TJMRS, dispõe sobre o “programa de Gestão Ambiental” da JMERS, Resolução nr 106 /2012/TJMRS, da nova redação aos art 2º e 3º da Resolução nr 63/2009, que dispõe sobre o Programa de Gestão Ambiental da JMERS, Portaria nr 26, de 12 de fevereiro de 2016, transforma a Comissão Permanente de Gestão Ambiental (JMECO) da JMERS constituída pelo artigo 1º da

Portaria nr 73/2009/TJMRS transforma a “JMECO – Unidade socioambiental nos termos da Resolução nr 201/2015 do CNJ, Portaria nº 27 ,de 8 de março de 2018 (nomeia integrantes da Unidade Socioambiental da JMERS junto A GISA – Grupo Interinstitucional de Cooperação Socioambiental – Marlon e Guilherme), Portaria nr 151, de 04 de setembro de 2018, altera o art. 1º da Portaria nr 29/2018, disponibilizada no DJE nr 6.221 de 14/03/2018, quanto a composição da Unidade Socioambiental da JMERS, nos termos da Resolução nº 201/2015 do CNJ (André, Robinson, Willian e Marlon), Portaria nº 152, de 04 de setembro de 2018, designa a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ) da JMERS nos termos da Resolução nº 201/2015 do CNJ (Robison, Angela, Marlon, Arbogast e Lucas).

O sistema **SPE (Sistema de Planejamento Estratégico da JMRES)** foi desenvolvido pelo próprio NGE em Excel, e funciona por meio de arquivos interligados e dados que alimentam as sinaleiras do mapa BSC do Planejamento Estratégico da JMERS 2015-2020. Além de possibilitar a todos o acompanhamento da execução da estratégia, é pelo sistema que os responsáveis pelos indicadores encaminham os dados previstos anualmente, os quais podemos fazer a avaliação e comparação das metas e indicadores previstos, que vai ser discutido em reunião específica denominada Reunião de Análise Estratégica - RAE.

Justiça em Números – principal fonte das estatísticas do Poder Judiciário, anualmente, desde 2004, o Relatório Justiça em Números divulga os dados com muito detalhamentos da estrutura e litigiosidade, além de indicadores e das análises essenciais para subsidiar a Gestão Judiciária brasileira

7.13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatórios específicos detalhados de cumprimento das Metas Nacionais, serão encaminhados para Presidência, bem como o relatório do PLS será revisto no mês de março.

Um dos focos nas atividades do ano, a produtividade dos juízes disponibilizada no site, referentes e à LOMAN, não foi plenamente atendida até o momento, sendo que sob a responsabilidade do TIC faltaram alterações em relação ao Corregedor-Geral e o sistema SesPlenário, conforme o NGE registrou nos Chamados de suporte ao TIC números 388 e 390 (7/10/2015).

Ressaltamos ainda os seguintes itens:

- Necessidade da revisão da Resolução N.º 143/2014: “O TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR, de acordo com o que consta na Resolução n. 76, de 12/5/2009, do Conselho Nacional de Justiça e na Resolução N. 139, de 21/7/2014, do TJMRS, dispõe sobre os dados estatísticos da JMERS, que serão anualmente compilados pelo CNJ no relatório do Justiça em Números”;

- Revogar a Resolução N.º 133, de 2 de abril de 2014: “Regula a aplicação da Meta Específica de 2014 – segmento Justiça Militar –, referente ao prazo de julgamento de processos originários e recursos cíveis, criminais e de natureza especial, nos Primeiro e Segundo Graus de Jurisdição da Justiça Militar do Estado”;

- Definição dos Planos de Ação vinculados ao Planejamento Estratégico, de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, Comunicação e Logística, Formação e aperfeiçoamento de servidores art. 19 (indicadores, metas e ações) da Resolução N.º 192/CNJ/2014, bem como o plano da Resolução 240/CNJ;

- Acompanhar a extração automática de todos os dados necessários em consonância com as Tabelas Unificadas do CNJ, e enviado mensalmente a relação de processos movimentados XML do Selo Justiça em Números.

- Importante incentivar a cultura de registro de dados no âmbito da JMERS, que já melhorou consideravelmente com as instruções presenciais na Coordenadoria Judiciária e Auditorias.

- Importante um servidor com formação em estatística no NGE.

- Criar uma rede de consonância com a TIC e o NGE, visto que o CNJ, pois a extração dos dados deve no máximo possível serem extraídos automaticamente, para isso priorizar o atendimento das demandas dos sistemas do CNJ é importante, os quais a maioria e responsabilidade do NGE, como exemplificado no Anexo I, salientando que hoje todos os dados informados ao CNJ são feitos análises de inconsistências através de programas específicos, devendo obrigatoriamente serem o mais fidedignos possíveis;

Ainda podemos citar a Portaria nº 146/2018/TJMRS, que designa os integrantes do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, representante do NGE - Dionês. E dentre deste Comitê precisamos agendar para 2018 algumas reuniões principais nos temas:

- Comitê de Governança;
- Comitê Gestor;
- Comitê de Segurança da Informação;
- Acompanhamento do Plano de Trabalho da Res. 211.

- E todas as comissões que não são permanentes da JMERS, a qual cabe ao NGE o acompanhamento estatístico e de registro de presença e atas.

- O Planejamento Estratégico da JMERS 2015 e 2020, deve se adequar a Gestão de riscos, conforme orientação do CNJ, curso que foi solicitado para 2017 para os integrantes do NGE, e não foi disponibilizado;

- Revisão do Planejamento Estratégico da JMERS 2015-2020, e os Planos correlatos como o de TIC, através das Reuniões de Análise Estratégica, bem como criação de agenda de reuniões da presidência para cumprir determinações do CNJ;

- Possibilidade de extrair relatórios para solicitações dos sistemas do CNJ, principalmente em função do aumento de competência (Lei Federal nº 13.491 de 13 de outubro de 2017, que altera o decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar), pois alguns glossários de metas do poder judiciário, já foram alteradas para informar sobre os novos processos (casos novos);

- Para cumprimento das metas o termo de cooperação com o TJRS de utilização de equipamento de videoconferências da justiça, vai ser importante para superar a demanda de cartas precatórias, que dificultam o cumprimento da meta 2 e 4 das metas do poder judiciário.

- Rever o PJE- Corregedoria que se encontra suspenso pelo CNJ;

- Verificar a funcionalidade do E-PROC para a JMERS, se vai agilizar as coletas de dados para alimentar os sistemas do CNJ;

- Regular dentro do âmbito da JMERS a Resolução nº 240/2016/CNJ, que dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário. Art. 4º São diretrizes para o planejamento das ações relacionadas à gestão de pessoas: I – instituir e executar plano estratégico de gestão de pessoas, alinhado ao planejamento estratégico nacional do Poder Judiciário e institucional do órgão, bem como às diretrizes desta Política, com objetivos, indicadores, metas e planos de ação específicos; II – garantir que os responsáveis pela área de gestão de pessoas participem efetivamente do planejamento, da execução e do aprimoramento da estratégia do órgão;

- Verificar se nos enquadrados na Resolução nº 223/2016/CNJ – que Institui o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais relativos à execução penal e dá outras providências;

- Controle mais rígido no cumprimento das Metas Nacionais e Específicas do Segmento Justiça Militar Estadual, devido as novos critérios de avaliação do Selo Justiça em Número que vai premiar o cumprimento das Metas.

- Interagir com todas as Comissões existentes no TJMRS não permanentes para registro das reuniões, visto o CNJ definir o acompanhamento das Comissões não permanentes ao NGE.

Anexo I - Relatório das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Gestão Estratégica e Estatística no ano de 2018 – Dados que devem ser informados ao CNJ - Sistemas

Anexo II – Dados gerais de Desempenho do Plano de Logística Sustentável - 2018

Anexo I - Relatório das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Gestão Estratégica e Estatística no ano de 2018 – Dados que devem ser informados ao CNJ - Sistemas

Introdução

O Núcleo de Gestão Estratégica trabalha com as determinações e orientações do CNJ, e considerando que o CNJ possui os seguintes Atos Normativos: Enunciado Administrativos, Provimento, Instrução Normativa, Recomendação, Portaria e Resoluções, uma parte significativa das demandas do setor são relativos a estes cumprimentos dos atos normativos do CNJ.

Com isto existindo a necessidade de aprimoramento de algumas máscaras de inserção de dados no SEGA (Sistema Eletrônico de Gerenciamento Administrativo) e criação de planilhas de extração de dados no E-PROC (Processo Judicial Eletrônico) e PEC (Processos de Execução Judicial – SEGA) para:

- Justiça em Números (indicadores do Anexo I e II da Resolução Nr 76, CNJ de 12 de maio de 2009, que dispõe sobre os princípios do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, estabelece seus indicadores, fixa prazos, determina penalidades e dá outras providências);

- Selo Justiça em Números;

- Produtividade (Provimento nr 49-CNJ);

- Metas Nacionais e Específicas;

- Indicadores PLS (Plano de Logística Sustentável, Resolução 201 do CNJ).

- Outros sistemas não informas pelo NGE (saúde, PJE corregedoria – implantação 31/10/2017, auditorias, arquivo, outros)

Cito a Resolução CNJ 04 que instituiu o Sistema de Estatística do Poder Judiciário e a Resolução nº 76, CNJ de 12 de maio de 2009, define que:

- Os dados devem ser obrigatoriamente informados pela **Presidência dos Tribunais**; o qual é **responsável pela fidedignidade da informação apresentada ao Conselho Nacional de Justiça**; **poderá a Presidência delegar a magistrado ou serventário especializado integrante do Núcleo de Estatística definido pela Resolução CNJ nº 49/2007, a função de gerar, conferir e transmitir os dados estatísticos, credenciando (podendo ser mais de um) junto ao Conselho Nacional de Justiça.**

- Os **dados estatísticos dos Tribunais serão informados ao Conselho Nacional de Justiça, por meio de transmissão eletrônica** (Lei nº 11.419/2006), conforme calendário (dados anuais de 10 de janeiro a 28 de fevereiro do ano seguinte(todos) e dados semestrais (litigiosidade) de 10 de julho a 31 de agosto – primeiro semestre e de 10 de janeiro a 28 de fevereiro – segundo semestre); o Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ **poderá solicitar** dados estatísticos aos Tribunais além dos citados;

- Os **tribunais manterão espaço permanente e de fácil acesso, em seus sítios eletrônicos na rede mundial de computadores**, para divulgação dos dados estatísticos alusivos à sua atuação administrativa e jurisdicional, inclusive produtividade de magistrados, sendo regulamentada a divulgação mensal dos dados estatísticos alusivos à produtividade dos magistrados.

- A comissão de Estatística e Gestão Estratégica poderá criar, alterar e extinguir indicadores; poderá recomendar inspeções técnicas com o **propósito de verificar, in loco**, a consistência metodológica da geração dos dados estatísticos pelos tribunais; Nas inspeções nas instituições judiciárias, a Corregedoria Geral de Justiça, fiscalizará a efetividade da utilização das tabelas processuais aprovadas pelo CNJ, com a finalidade de garantir a padronização de estatísticas processuais e a gestão de pauta.

- Os dados estatísticos fundamentais estão dispostos nas seguintes categorias: I – Insumos, dotações e graus de utilização; II – Litigiosidade e III – Recorribilidade e reforma de decisões. O Conselho Nacional de Justiça poderá solicitar aos tribunais relatórios estatísticos da Tramitação processual provenientes dos descritivos e códigos de assuntos, classes e eventos das Tabelas Processuais Unificadas de classes, Assuntos e de Movimentação Processuais aprovadas pela Resolução CNJ nº 46/2007;

Abaixo será explanado sobre os sistemas mais importantes definindo os itens:

- 1) fonte dos dados
- 2) dados enviados ao CNJ
- 3) publicidade dos dados

1. 1. Módulo de Produtividade Mensal

Anexo II da Resolução CNJ nº 76.

CNJ – março 2016 -1ª Edição, atualizada em 2018.

O **módulo de produtividade mensal**, regulamentado pela resolução CNJ nº 76/2009, nos Anexos II, é o sistema utilizado para o envio mensal de informações dos tribunais e suas respectivas unidades judiciárias, cujo o objetivo é mensurar a produtividade individual, dos magistrados e dos órgãos do judiciário.

Seu acesso será por meio do sistema corporativo do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. E dividido em quatro passos 1(dados do Tribunal), 2 (dados magistrados), 3 (Produção da serventia- gabinetes e auditorias), 4 (produção magistrados)

IMPORTANTE: Todas informações contidas nos formulários são de responsabilidade do Tribunal.

1.1 - Fonte dos dados

Passo 3 e 4 do módulo Produtividade, são informados no 1º grau pelas Auditorias mensalmente até o dia 10 de cada mês, definido em reunião realizada em janeiro de 2016, e retificado em 2018, com os juízes de Primeiro Grau e Auditorias onde ficou definido movimentos do SEGA e planilha a ser enviada mensalmente para o NGE para informação de dados. Relativo ao 2º grau – o NGE tabula os dados conforme Atas da secretaria de Plenário e informações dos gabinetes relativo ao e-proc.

Para complementar citamos o Ofício nº 34/2014-NGE, Ofício nº 36/2014-NGE e Ofício no 24/2015-NGE, que foram definidas em reunião realizada em 2 de abril de 2015, para revisão e atualização da tabela atual de produtividade dos magistrados de 1º grau publicada no site do TJMRS, para o 1º grau, para estar em plena conformidade com o Glossário da **Meta 7/2010** - “Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal, em especial a quantidade de julgamentos com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordos, subdivididos por competência”, seguindo a legislação e a orientação do CNJ. E dados da LOMAN a tabela do 1º grau da Meta 7/2010 que está publicada hoje traz os dados do mês anterior zerados e algumas inconsistências e equívocos que o Corregedor Geral solicitou correção.

Mas ainda a necessidade de **Alterações no SesPlenário**, que devem ser realizadas junto com a Secretaria de Plenário, também precisa ser feita, e estão relacionadas abaixo:

- Inclusão da informação do nome do juiz que é o Relator e o nome do juiz Revisor (quando houver), através de lista suspensa nominal;
- os votos proferidos solicitados pela LOMAN art. 37, também serão coletados através dos dados alimentados diretamente no SesPlenário. Será definida com o TIC a forma como os dados serão inseridos no SesPlenário.

Ressalto ainda que já houve revisão nas tabelas da LOMAN e da Meta 7/2010/CNJ relativas à **Produtividade do 2º grau**, mas alguns itens continuam zerados.

Para também preencher os dados da produtividade outros dados são buscados na:

Coordenadoria Administrativa – Direção Geral – o mesmo envia e-mail mensal com as indisponibilidades dos magistrados e substituições que são inseridas no passo 4.

- Corregedoria-Geral – SEGA sistema arquivos – não temos acesso- solicitado mensalmente a corregedoria Geral, enviado via e-mail para o NGE.

1.2 - Dados enviados ao CNJ

Após as coletas de dados das auditorias (1º grau), NGE, órgão julgados – secretaria do plenário e gabinetes (2º grau), direção Geral coordenadoria Administrativa e Corregedoria-Geral, o NGE confecciona as tabelas em Excel XML, que são enviados ao CNJ via sistema.

1.3 Publicidade dos dados

Através do site do CNJ e existe um espaço com os dados de todo o poder judiciário e possuímos no **site do TJMRS – Transparência**, espaço produtividade provimento nr 49 do CNJ.

Dados numéricos totais das Auditorias Militares de 1º Grau da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul das serventias (auditorias)

Produtividade das serventias judiciárias do 1º grau (auditorias militares estaduais e os Conselhos de Justiça)						
Abreviaturas	Perguntas CNJ	1º Auditoria	2º Auditoria	Auditoria SM	Auditoria PF	Total 2018
CartaD1º	Cartas precatórias, rogatórias e de ordem devolvidas pelo 1º grau	6	12	4	5	27
CartaN1º	Cartas precatórias, rogatórias e de ordem novas (ingressadas) no 1º grau	10	15	7	8	40
CnCCrim 1º	Casos Novos de conhecimento no 1º Grau Criminais	79	79	54	64	276
CnCNCrim 1º	Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	20	20	31	6	77
CpCCrim 1º	Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	96	131	103	68	398
CpCNCrim 1º	Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não - Criminais	20	5	39	2	66
ExeJudCrim 1º	Execuções Penais no 1º Grau	23	17	25	26	91
ExeJudNCrim 1º	Execuções Judiciais no 1ºGrau, exceto execuções penais	2	4	0	1	7

ExeJudPCrim 1º	Execuções Penais Pendentes no 1º Grau	60	69	59	41	229
ExeJudPNCrim 1º	Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais	3	2	1	2	8
PRedCCrim1º	Processos de conhecimento no 1º Grau Criminais encaminhados a outra unidade judiciária por motivo de Redistribuição	0	0	0	0	0
PRedCNCrim1º	Processos de Conhecimento no 1º Grau Não-criminais encaminhados a outra unidade judiciária por motivo de Redistribuição	1	2	0	0	3
PRedRCCrim1º	PRedRCCrim1º - Processos de Conhecimento no 1º Grau Criminais recebidos de outra unidade judiciária por motivo de Redistribuição	0	0	0	0	0
PRedRCNCrim1º	PRedRCNCrim1º - Processos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais recebidos de outra unidade judiciária por motivo de Redistribuição	0	0	0	0	0
ProclnvArq1º	Procedimentos Investigatórios Arquivados no 1º Grau	631	671	125	319	1.746
ProclnvN1º	Procedimentos Investigatórios Novos no 1º Grau	739	750	542	316	2.347
ProclnvP1º	Procedimento Investigatórios Pendentes no 1º Grau	164	146	600	68	978
RIntC1º	Recursos Internos no 1º Grau na fase de conhecimento	1	0	2	0	3

JUSTIÇA EM NÚMEROS

3. Abaixo um quadro explicando sobre as resoluções que definem o Justiça em Números, e o que cabe a JMERS, explicando que até o dia 28 de fevereiro será enviado os dados relativos ao ano base 2018.

Nr da resolução	Data resolução	status	Exige ação	Cabe ao JME	Setor envolvido	Ementa
76	12/05/2009	Vigente	SIM legislação correlata: Resolução nº 4, de 16 de agosto de 2005, Resolução CNJ nº 46, de 18 de dezembro de 2007	<p>SIM:</p> <p>art. 3º- Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário - SIESPJ, Os dados do SIESPJ devem ser obrigatoriamente informados pela Presidência dos Tribunais.</p> <p>Prazos: Os dados estatísticos dos Tribunais serão informados ao Conselho Nacional de Justiça, por meio de transmissão eletrônica, observado o seguinte calendário:</p> <p>I - os dados estatísticos anuais serão transmitidos no período de 10 de janeiro a 28 de fevereiro do ano seguinte;</p> <p>II - os dados estatísticos semestrais serão transmitidos respectivamente no período de 10 de julho a 31 de agosto (primeiro semestre) e no período de 10 de janeiro a 28 de fevereiro do ano seguinte (segundo semestre).</p> <p>III - as retificações porventura existentes poderão ser transmitidas no período de 15 de março a 15 de abril e no período de 15 de setembro a 15 de outubro;</p> <p>IV - as falhas de fornecimento de dados deverão ser corrigidas pelos tribunais no prazo de dez dias, a contar da notificação.</p> <p>Parágrafo Único. Os dados referentes à litigiosidade serão informados semestralmente e os demais informados anualmente.</p> <p>A Presidência de cada Tribunal poderá delegar a magistrado ou a serventuário especializado integrante do Núcleo de Estatística definido pela Resolução CNJ nº 49, de 18 de dezembro de 2007, a função de gerar, conferir e transmitir os dados estatísticos, credenciando-os junto ao Conselho Nacional de Justiça.</p> <p>As comunicações entre o Conselho Nacional de Justiça, seus órgãos competentes e os Tribunais far-se-ão por meio eletrônico de acordo com a Lei nº 11. 419, de 19 de</p>	Presidência a NCI e NGE	Dispõe sobre os princípios do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, estabelece seus indicadores, fixa prazos, determina penalidades e dá outras providências.

			<p>dezembro de 2006.</p> <p>Os dados estatísticos serão apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio da Comissão de Estatística e Gestão Estratégica, em forma de relatório, abrangendo:</p> <p>I - os dados estatísticos sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação ou Tribunal, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário, a cada semestre, conforme o disposto no art. 103-B, § 4º, VI;</p> <p>II - a consolidação anual, abrangendo os dados estatísticos coletados no ano imediatamente anterior;</p> <p>III - a série histórica consolidada, abrangendo, no máximo, os dez anos anteriores, se disponíveis.</p> <p>§ 1º. A análise crítica e as tendências dos dados estatísticos serão apresentadas em relatório consolidado, pela Comissão de Estatística e Gestão Estratégica, em seminário a realizar-se no segundo semestre de cada ano civil.</p> <p>Os tribunais manterão espaço permanente e de fácil acesso, em seus sítios eletrônicos na rede mundial de computadores, para divulgação dos dados estatísticos alusivos à sua atuação administrativa e jurisdicional, inclusive produtividade (Anexo II) dos magistrados.</p> <p>A Comissão poderá recomendar inspeções técnicas com o propósito de verificar, in loco, a consistência metodológica da geração dos dados estatísticos pelos Tribunais.</p> <p>O Conselho Nacional de Justiça poderá solicitar aos tribunais relatórios estatísticos da tramitação processual provenientes dos descritivos e códigos de assuntos, classes e eventos das Tabelas Processuais Unificadas de Classes, Assuntos e de Movimentação Processuais aprovadas pela Resolução CNJ nº 46, de 18 de dezembro de 2007.</p> <p>O Tribunal deverá fornecer o planejamento detalhado das ações estratégicas e providências técnicas adotadas para suprir as respectivas deficiências no prazo de 90 dias.</p> <p>Justiça em Números (Anexo I)</p>	
--	--	--	--	--

2.1 - Fonte dos dados

A Justiça em Números se divide em quatro módulos: insumos e dotações, litigiosidade, acesso a justiça e tempo do processo, e mais duas planilhas das classes e assuntos em quantitativos dos dados ocorridos, abaixo origem dos dados de cada módulo e planilha.

Módulo 1 - Insumos e dotações – fonte dos dados - Coordenadoria Administrativa – Direção Geral, solicitado anualmente no mês de janeiro.

Módulo 2 - Litigiosidade - fonte de dados Módulo Produtividade, enviado mensalmente pelas Auditorias 1º grau e NGE 2º grau e se necessário e solicitado a TIC (e-proc, SEGA, PJE e PEC) e as Auditorias dados complementares, principalmente sobre. recorribilidade e Coordenadoria judiciária.

Divide-se em: **casos novos, casos pendentes, processos baixados, decisões e sentenças, suspensão e sobrestamentos, recorribilidade, incidentes em execução, recursos internos.**

O CNJ confronta com os dados enviados no sistema produtividade mensalmente.

Módulo 3 – Acesso à Justiça – fonte de dados e solicitado no mês de janeiro anualmente as Auditorias, Coordenadoria Judiciária e TIC (SEGA,PJE e PEC).

Módulo 4 – Tempo do Processo - fonte de dados módulo Produtividade Auditorias 1º grau e 1º e 2º grau TIC (SEGA, PJE e PEC), sendo que o PJE tem de ser visto um a um no sistema, e composto dos seguintes temas: arquivados definitivamente, casos pendentes, decisões e sentenças, suspensão e sobrestamento, processos baixados do 2º e 1º grau e processos de execução - **Neste caso todos os processos devem ser lançados um a um.**

Planilhas de Tabela de Assuntos e Classes TJMRS - fonte de dados abaixo:

a) PEC e PJE – busca dos dados muitas vezes individualmente, relações não fornecem todos os dados necessários.

b) TIC – solicitado anualmente em janeiro.

2.2 - Dados enviados ao CNJ

Os dados tem os seguintes prazos de envio: Os dados estatísticos dos Tribunais serão informados ao Conselho Nacional de Justiça, por meio de **transmissão eletrônica**, observado o seguinte calendário:

I - os dados estatísticos anuais serão transmitidos no período de **10 de janeiro a 28 de fevereiro do ano seguinte;**

II - os dados estatísticos semestrais serão transmitidos respectivamente no período de **10 de julho a 31 de agosto (primeiro semestre)** e no período de **10 de janeiro a 28 de fevereiro do ano seguinte (segundo semestre)**.

III - as retificações porventura existentes poderão ser transmitidas no período de **15 de março a 15 de abril e no período de 15 de setembro a 15 de outubro**;

IV - as falhas de fornecimento de dados deverão ser corrigidas pelos tribunais no **prazo de dez dias, a contar da notificação**.

Parágrafo Único. **Os dados referentes à litigiosidade serão informados semestralmente e os demais informados anualmente.**

2.3 Publicidade dos dados

Os dados estatísticos serão apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio da Comissão de Estatística e Gestão Estratégica, em forma de relatório, abrangendo:

I - os dados estatísticos sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação ou Tribunal, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário, a cada semestre, conforme o disposto no art. 103-B, § 4º, VI;

II - a consolidação anual, abrangendo os dados estatísticos coletados no ano imediatamente anterior;

III - a série histórica consolidada, abrangendo, no máximo, os dez anos anteriores, se disponíveis.

§ 1º. **A análise crítica e as tendências dos dados estatísticos serão apresentadas em relatório consolidado, pela Comissão de Estatística e Gestão Estratégica, em seminário a realizar-se no segundo semestre de cada ano civil.**

No CNJ no [Portal CNJ - Justiça em Números](http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/pj-justica-em-numeros): www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/pj-justica-em-numeros - Principal fonte das estatísticas oficiais do Poder Judiciário, anualmente, desde 2004, o Relatório **Justiça em Números** divulga a realidade dos tribunais como exemplo abaixo:

Relatórios publicados

Justiça em Números 2016 – Volume 1 –
Relatório Analítico ...

Selo Justiça em Números

O Selo Justiça em Números visa ao
reconhecimento dos ...

Principal fonte das estatísticas oficiais do Poder Judiciário, anualmente, desde 2004, o Relatório Justiça em Números divulga a realidade dos tribunais brasileiros, com muitos detalhamentos da estrutura e litigiosidade, além dos indicadores e das análises essenciais para subsidiar a Gestão Judiciária brasileira.

Justiça em Números Digital

Módulo de Produtividade Mensal

3. Selo Justiça em Números

A cada ano é editada uma nova PORTARIA revogando a última no ano anterior, e ficam revogadas as [Portarias anteriores](#).

Art. 1º O Selo Justiça em Números visa ao reconhecimento da **excelência na produção, gestão, organização e disseminação das informações administrativas e processuais** dos tribunais brasileiros.

Parágrafo único. **Somente concorrem ao Selo os tribunais que encaminham os dados estatísticos** constantes no Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) **dentro dos prazos** previstos no art. 3º da Resolução CNJ 76, de 12 de maio de 2009, e nos Procedimentos de Competência da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento 000082109.2015.2.00.0000 e 000403508.2015.2.00.0000.

PONTOS NEGATIVOS

A cada falha/inconsistência dos dados recebidos, identificada e notificada pelo CNJ (ex.: auditoria do Justiça em Números), poderá ser atribuída penalidade de 2 (dois) pontos, a critério da análise da Comissão avaliadora do Selo Justiça em Números.

PONTUAÇÃO

Art. Desde que tenha cumprido com o disposto no art. 4º, o Selo Justiça em Números será concedido de acordo com a obtenção das seguintes faixas de pontuações:

Art. . Caberá à Comissão avaliadora do Selo Justiça em Números:

I – definir e divulgar os prazos referentes ao processo de outorga do Selo Justiça em Números a cada ano;

II – receber as inscrições dos tribunais interessados na outorga do Selo Justiça em Números e os **documentos que comprovem o cumprimento dos requisitos do art. 5º, II, III, IV, V e XV;**

3.1 - Fonte dos dados: Toda a JMERS, durante todo o ano.

3.2 - Dados enviados ao CNJ: o CNJ pesquisa no site do TJMRS e abre um canal para comprovação dos dados conforme artigo da Portaria editada no ano e mensalmente enviado pela TIC/NGE dados analíticos da movimentação processual.

3.3 Publicidade dos dados

No Encontro Nacional anual do Poder Judiciário e após remetida avaliação para cada tribunal dos pontos,

Abaixo quadro comparativo das edições do selo

AVALIAÇÃO DO SELO JUSTIÇA EM NÚMEROS						
1. REQUISITOS MÍNIMOS		2014	2015	2016	2017	2018
Art. 4º Para fazer jus às categorias do Selo, os tribunais deverão preencher o formulário de inscrição, nos prazos e termos definidos pelo CNJ. Parágrafo único. Somente concorrem ao Selo os tribunais que encaminharam os dados estatísticos constantes no SIESPJ dentro dos prazos previstos no art. 3º da Resolução CNJ 76, de 12 de maio de 2009				Atende	Obrigatório	Obrigatório
CNJ PONTUAÇÃO		2014	2015	2016	2017	2018
Requisitos a serem considerados para a pontuação do Selo Justiça em Números				Pontos Alcançados		
<p>2014 - Art 3º I - requisitos mínimos: a) ter encaminhado todos os dados estatísticos anuais dentro do período de 10 de janeiro a 28 de fevereiro do ano seguinte; b) ter encaminhado todos os dados estatísticos semestrais referentes ao primeiro semestre no período de 10 de julho a 31 de agosto, e os referentes ao segundo semestre no período de 10 de janeiro a 28 de fevereiro do ano seguinte. c) ter encaminhado as retificações ou justificativas, porventura existentes, no período de 15 de março a 15 de abril para dados anuais e do segundo semestre, ou, de 15 de setembro a 15 de outubro, para dados do primeiro semestre; e, d) ter realizado, no prazo de 10 dias, a correção de todas as falhas/inconsistências identificadas pelo CNJ no fornecimento dos dados. II - requisitos de Gestão da Informação: a) ter implantado integralmente a Tabela Processual Unificada (TPU) nos termos da Resolução CNJ nº 46, de 18 de dezembro de 2007; b) ter organizado Núcleo de Estatística no âmbito do Tribunal, nos termos do art. 1º da Resolução CNJ nº 49, de 18 de dezembro de 2007; c) elaborar relatórios gerenciais periódicos sobre o uso dos</p>		Art 4º os requisitos de que trata o art 3º serão pontuados da seguinte forma: I 10 pontos pelo cumprimento integral dos requisitos do inciso I; II 5 pontos para cada requisito do inciso I, totalizando 15 pontos; III 5 pontos para cada requisito do inciso III, totalizando 15 pontos. parágrafo único As boas práticas que visem ao aperfeiçoamento do sistema de	10 pontos	mudou os requisitos de avaliação	mudou os requisitos de avaliação	mudou os requisitos de avaliação

<p>dados produzidos pelo Núcleo de Estatística. III - requisitos de Extração de dados: a) extrair por sistema automatizado os dados de litigiosidade do Tribunal; b) extrair por sistema unificado os dados de litigiosidade de todas as unidades judiciárias c) extrair por sistema automatizado e unificado a movimentação analítica processual, contendo os dados de número do processo, unidade judiciária vinculada, código de classe, código de assunto e código de movimento, segundo as tabelas processuais Unificadas.</p>	<p>gestão da informação e que não estejam contempladas nos requisitos deste artigo, atribuir-se-á o total de 5 pontos.</p>					
<p>I – cumprir com o disposto no art. 3º da Resolução CNJ 76, de 12 de maio de 2009, a ser atestado pelo CNJ, de acordo com os requisitos das alíneas a seguir. Na hipótese de inexistência de questionamentos, os pontos serão integralmente concedidos: a) ter encaminhado, dentro dos prazos previstos na resolução, as retificações ou justificativas de questionamentos porventura existentes. A validade da justificativa ou da retificação será avaliada pela Comissão avaliadora; b) ter realizado, no prazo de 10 dias, a correção de todas as falhas/inconsistências identificadas pelo CNJ no fornecimento dos dados. (texto de 2015) (100 pontos) retificações e justificativas de questionamentos porventura existentes ano de 2016 (80 pontos). Ano de 2017 (100pontos) perdemos 5 pontos penalidade ano de 2018 (100 pontos-divididos em Justiça em numeros JN 50 pontos e modulo produtividade mensal 50 pontos)</p>	<p>100 pontos nos anos de 2015,2017 e 2018, 80 pontos no ano de 2016</p>	<p>não tinha</p>	<p>100</p>	<p>80</p>	<p>95 Não corrigiu nem justificou 1 de 10 (10%) variáveis auditadas no sistema justiça em números: DecCrim2. Recebe 45/50 pontos. MP (produtividade -OK 50 pontos)</p>	<p>100</p>
<p>II – ser capaz de extrair a movimentação analítica processual, contendo os dados de número do processo, unidade judiciária, nome, CPF ou CNPJ das partes, código de classe, código de assunto e código de movimento, segundo as Tabelas Processuais Unificadas (Resolução CNJ 46, de 18 de dezembro de 2007), entre outros dados processuais. A comprovação será feita por intermédio de transmissão de</p>	<p>200</p>	<p>não tinha</p>	<p>200</p>	<p>200</p>	<p>200</p>	<p>14,6 análise de dados relativo ao 1 semestre 2018 - 0,6 % dos processos com classes inválidas e 0% com classes pai</p>

<p>arquivos no formato "XML", que terão por base o Modelo nacional de interoperabilidade (MNI) do CNJ. Os modelos de arquivo e as regras de transmissão dos dados estarão disponíveis no sítio eletrônico do CNJ. O conteúdo dos dados encaminhados será validado pelo CNJ, de acordo com as regras definidas e as informações constantes no Sistema de Estatística do Poder Judiciário (200 pontos) formato "XML", de acordo com o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) (200 pontos)</p>						<p>perde 1,2 pontos; 05 dos processos com assuntos inválidos e 74,9 % com assuntos pai. Perde 104,2 pontos; 0% de processos com números incorretos. perde 0 ponto; 100,6% do quantitativo de casos novos de 1 grau em comparação JN .perde 0 pontos, 20,8% do quantitativo de casos novos de 2 grau em comparação ao JN. perde 80 pontos</p>
<p>III – ter implantado e manter em funcionamento o Núcleo de Estatística (NE) no âmbito do Tribunal, nos termos do art. 1º da Resolução CNJ 49 de 18 de dezembro de 2007, a serem comprovados pela apresentação da norma que instituiu o NE e de listas com servidores que o compõe, contendo as seguintes informações: cargo, função e formação (10 pontos).</p>	<p>10</p>	<p>não tinha</p>	<p>concederam os 10 pontos foi enviado o certificado da servidora Diones com curso de 60 horas de estatística</p>	<p>0 Não há servidor com formação em estatística no NE</p>	<p>0 Possui o núcleo de estatística mas não possui estatísticos no núcleo. O servidor tem um certificado de 60 horas de um curso de estatística feito pelo Portal</p>	<p>0 possuímos Núcleo de Estatística mas não temos o estatístico</p>

Relatório Anual Núcleo de Gestão Estratégica e Estatística do TJMRS - 2018

					Educação.	
IV – ter utilizado os dados produzidos pelo Núcleo de Estatística nas Reuniões de Análise da Estratégia - RAE , a ser comprovada pela apresentação dos documentos utilizados e produzidos pela RAE (10 pontos) .	10	não tinha		10	10	10
V – ter implantado e manter em funcionamento o Comitê Gestor Regional no âmbito do tribunal, nos termos dos arts. 4º e 5º da Resolução CNJ Primeiro Grau de Jurisdição (10 pontos) .	10	não tinha		10	10	0 A composição do Comitê não consta (obs foi enviado podemos solicitar retificação)
VI – ter disponibilizado nos respectivos sítio eletrônicos do tribunal, na rede mundial de computadores, a Tabela de Lotação de Pessoal (TLP) de todas as unidades de apoio direto e indireto à atividade judicante, na forma e prazos estabelecidos no art. 15, caput e parágrafo único, da Resolução CNJ 219, de 26 de abril de 2016 (10 pontos) .	20	não tinha		10 Em razão da publicação da Resolução CNJ nº 243/2016, os pontos foram concedidos à todos os tribunais	4 TLP publicada: 4pts. Pelos dados informados constata-se que ainda é necessário migrar mais de 1% dos servidores para o 1º grau. O tribunal possui mais de 30% dos servidores da área de apoio indireto: Opts Pelos dados informados constata-se que ainda é necessário migrar mais de 1% dos	4 excedido o limite de 305 na área administrativa na distribuição de servidores. Perde 4 pontos. Falta migrar mais 15 dos cargos em comissão para o 1º grau; excedido o limite de 30% na área administrativa nos cargos em comissão. Perde 4 pontos; excedido o limite na área administrativa nas funções de confiança . perde 4 pontos . avaliação do CNJ pelos autos

					<p>valores dos cargos em comissão para o 1º grau. O tribunal possui mais de 30% dos valores dos cargos em comissão alocados da área de apoio indireto: Opts• Pelos dados informados constata-se que ainda é necessário migrar mais de 1% dos valores das funções de confiança para o 1º grau. O tribunal possui mais de 30% dos valores das funções de confiança alocados da área de apoio indireto: Opts• Avaliação constante no CUMPRDEC n. 2210-92, Id 2276702: Não implantou 0 pontos</p>	<p>do cumpredec não implantada. perdeu 4 pontos. publicou TLP</p>
--	--	--	--	--	---	---

Relatório Anual Núcleo de Gestão Estratégica e Estatística do TJMRS - 2018

VII – possuir casos novos eletrônicos, a ser atestado pelo CNJ por intermédio do indicador do Índice de Processos Eletrônicos (ProcEI), constante nos anexos da Resolução CNJ 76/2009 (25 pontos) .	25	não tinha		0 percentual de casos eletrônicos menos de 10%	0 percentual de casos eletrônicos menos de 10%	0 o percentual de casos eletrônicos e menor que 10%
VIII – ter disponibilizado nos respectivos sítios da rede mundial de computadores, dentro dos prazos, as informações a que aludem a Resolução CNJ 102, de 15 de dezembro de 2009, nos Anexos I e II, Transparência da gestão orçamentária e financeira (5 pontos) .	5	não tinha		4 Não publicou nos prazos os anexos I nos meses de: RP/2015, Não publicou nos prazos os anexos II nos meses de: Jun/2016, Mai/2016, Jun/2016	4 Não publicou nos prazos os anexos I em: Jul /2016, RP/2016. • Não publicou nos prazos os anexos II em: Jul/2016.	0 não publicou no prazo o anexo I em Set/2018; RP/2017 . Não publicou no prazo o anexo II em Set/2018
IX – ter disponibilizado nos respectivos sítios da rede mundial de computadores as informações elencadas à Resolução CNJ 102, de 15 de dezembro de 2009, nos Anexos III a VIII, Quadros de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias (5 pontos) .	5	não tinha		1 Não disponibilizou os seguintes anexos no período adequado: Anexo IV.a; Anexo IV.b; Anexo IV.c; Anexo IV.d; Anexo IV.e; Anexo IV.f; Anexo IV.g; Anexo V; Anexo VII;	4 O ANEXO VII não foi disponibilizado	5

Relatório Anual Núcleo de Gestão Estratégica e Estatística do TJMRS - 2018

X – ter disponibilizado no respectivo sítio eletrônico do tribunal na redemundial de computadores, dentro dos prazos previstos, os documentos relacionados nos arts. 4º e 9º da Resolução CNJ 195, de 3 de junho de 2014, Distribuição do orçamento entre primeiro e segundo graus (10 pontos) .	10	não tinha		6 Não publicou a MDEO 2015 - Art 9º no prazo correto	0 Não publicou a PLOA 2017 - Inciso I Art. 4º no prazo correto. • Não publicou a LOA 2017 - Inciso II Art. 4º no prazo correto. • Não publicou a MDEO 2016 - Art. 9º no prazo correto	10
XI – no último questionário de TIC publicado pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ, ter alcançado as classificações "aprimorado" ou "excelência" (25 pontos) .	25	não tinha		0 Não atingiu as classificações 'Aprimorado' ou 'Excelência'	0 O tribunal não atingiu as classificações 'Aprimorado' ou 'Excelência' no questionário TIC.	0 o Tribunal não foi avaliado no Questionario de TC 2018 com o nivel Aprimorado ou Escelete
XII – ter enviado ao CNJ todos os relatórios previstos no art. 2º, VIII, da Resolução CNJ 160, de 19 de outubro de 2012, Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (10 pontos) .	não se aplica	não tinha		10	Não se aplica	Não se aplica
XIII – ter enviado ao CNJ os dados estatísticos previstos na Resolução CNJ 201, de 3 de março de 2015, Gestão Socioambiental 2017 e 2016 (10 pontos) . Em 2018 começou a valer ate 20 pontos	20	não tinha		10	10	20

Relatório Anual Núcleo de Gestão Estratégica e Estatística do TJMRS - 2018

XIV – ter enviado ao CNJ os dados estatísticos previstos na Resolução CNJ 207, de 15 de outubro de 2015, Atenção à Saúde de Magistrados e Servidores (10 pontos) .	10	não tinha		10	5 Não respondeu todas as perguntas referentes ao CID das doenças	10
XV – ter realizado atividades, com ampla participação de magistrados e de servidores de todos os graus de jurisdição, de forma a contribuir para uma gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas judiciárias do CNJ (30 pontos) 2017 e 2018 passou a ser 50 pontos	50	não tinha		30 Conforme relatório apresentado, o tribunal realizou 5 atividades. Apenas duas de pouca abrangência, as outras atividades foram consideradas de ampla abrangência (15 pontos cada), ultrapassando a pontuação máxima.	50 Apresentou 5 atividades válidas. Duas das atividades trataram de modalidades diversas das previstas no regulamento do Selo. Ambas foram pontuadas como modalidade de audiência pública, com valor reduzido pela abrangência do público.	50
XVI alcançar o IPC-Jus (indicador de produtividade comparado do poder judicial) conforme as faixas dos quantis de cada segmento de justiça (ate 90 pontos)		não tinha		não existia este critério	não se aplica	não se aplica
XVII -ter enviado ao CNJ os dados estatísticos previstos na Portaria CNJ nr 15/2017 (Enfrentamento a Violencia contra as mulheres (ate 15 pontos)		não tinha		não existia este critério	não existia este critério	não se aplica

Relatório Anual Núcleo de Gestão Estratégica e Estatística do TJMRS - 2018

XVIII -ter enviado ao CNJ os dados estatísticos previstos na Portaria 69/2017 (mês nacional do júri) 10 pontos		não tinha		não existia este critério	não existia este critério	não se aplica
XIX -ter enviado ao CNJ os dados estatísticos previstos na Portaria 63/2017 (remuneração dos magistrados) 10 pontos 2018		não tinha		não existia este critério	não existia este critério	10
Art 7º - A cada falha/inconsistência dos dados recebidos, identificada e notificada pelo CNJ (ex: auditoria do Justiça em Números), poderá ser atribuída penalidade de 2 pontos.	0	não tinha		Não foram feitas auditorias no SIESPJ.0	- 5 pontos Diferença dos casos pendentes entre os sistemas Justiça em Números e Módulo de Produtividade Mensal: 3,0%. (Critério: diferença entre 1,01% a 5% perde 5 pontos)	0
Resultado Final	PONTOS			381	387	233,6
		2014 – Selo Bronze	2015 – Selo Ouro	2016 - Selo Ouro	2017 - Selo Ouro	2018 - Selo Bronze

4. CNJ - METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO

As metas nacionais do Poder Judiciário, inicialmente metas de nivelamento, em 2009. Onde foi traçado 10 metas de nivelamento para o Judiciário no ano de 2009. O Poder Judiciário começou a se alinhar com o direito constitucional de todos os cidadãos brasileiros que estabelece a duração razoável do processo na Justiça. Estoque de processos causadores de altas taxas de congestionamento nos tribunais. Também foram definidas outras metas importantes para organizar o trabalho nas varas de Justiça, informatizar o Judiciário e proporcionar mais transparência à sociedade.

Em 2010, foram definidas novas metas para aquele ano, então definidas como metas prioritárias.

Em 2011, foram escolhidas quatro metas aplicáveis a todos os segmentos e uma meta específica para cada segmento de Justiça – Trabalhista, Federal, Militar e Eleitoral -, com exceção da Justiça Estadual. As iniciativas assumidas destacaram-se a meta de responsabilidade social, que consistiu em implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

Em 2012 criaram-se metas relativas à disponibilização, pelos tribunais, de informações processuais na internet, com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça; a criação do Núcleo de Cooperação Judiciária, com a instituição do juiz de cooperação; a implantação de sistema eletrônico para consulta à tabelas de custas e emissão de guia de recolhimento, entre outras iniciativas voltadas à modernização, celeridade e efetivação da justiça.

Em 2013 primordial importância para os objetivos de proteção dos direitos do cidadão e da probidade administrativa, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2011.

Essa meta, que envolve o STJ, as Justiças Estadual, Federal, Militar Estadual e Militar da União, evidenciou a necessidade de priorizar o processo e julgamento de ações relativas a práticas lesivas ao patrimônio público e aos princípios da administração pública.

Em 2014 foram definidos os Macrodesafios do Poder Judiciário para o período 2015-2020, bem como metas específicas aplicáveis a determinados segmentos de justiça.

Em 2014, no qual foram aprovadas sete metas nacionais, metas específicas dos segmentos e uma diretriz estratégica nacional.

Em 2015 têm como temas "Julgar mais processos que os distribuídos", "Julgar processos mais antigos", "Aumentar os casos solucionados por conciliação", "Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa", "Impulsionar processos à execução", "Priorizar o julgamento das ações coletivas" e "Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos".

Em 2016 foi instituída a Resolução 221/2016 – Institui princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas judiciárias do Conselho Nacional de Justiça. Relatório **enviado até 30 de junho do ano em curso.**

Atualmente se divide em: **Metas Nacionais do Poder Judiciário e Metas Específicas do segmento Justiça Militar**, o coordenador atual do segmento é o TJMS, aprovadas pelo CNJ.

METAS NACIONAIS de 2018 Aprovadas no XI Encontro Nacional do Poder Judiciário

META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos (Todos os segmentos)

Tribunais de Justiça Militar Estaduais: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente;

META 2 – Julgar processos mais antigos (Todos os segmentos)

Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos:

Nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais: 95% dos processos distribuídos até 31/12/2016 nas Auditorias Militares, e 95% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 2º grau;

META 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça Militar da União e dos Estados)

Identificar e julgar até 31/12/2018:

Nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais: 95% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau, e 95% das distribuídas no 2º grau até 31/12/2017.

Metas Específicas do segmento JUSTIÇA MILITAR

Meta 1 - CELERIDADE

• JMU: Julgar, em até 150 dias, 90% dos processos originários no 1º grau, e em até 120 dias, 90% dos processos originários e recursos no STM, na Justiça Militar da União; • JME: Julgar, em até 150 dias, 90% no 1º grau e, em até 120 dias, 95% no 2º grau, dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais e os processos de natureza especial.

Meta 2 - DIVULGAÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR

Realizar ações de divulgação à sociedade referentes às funções e às atividades da Justiça Militar no ano de 2018, sendo, no mínimo, 5 ações em cada Justiça Militar Estadual; e na Justiça Militar da União, 2 ações por Circunscrição Judiciária e 3 ações no Superior Tribunal Militar.

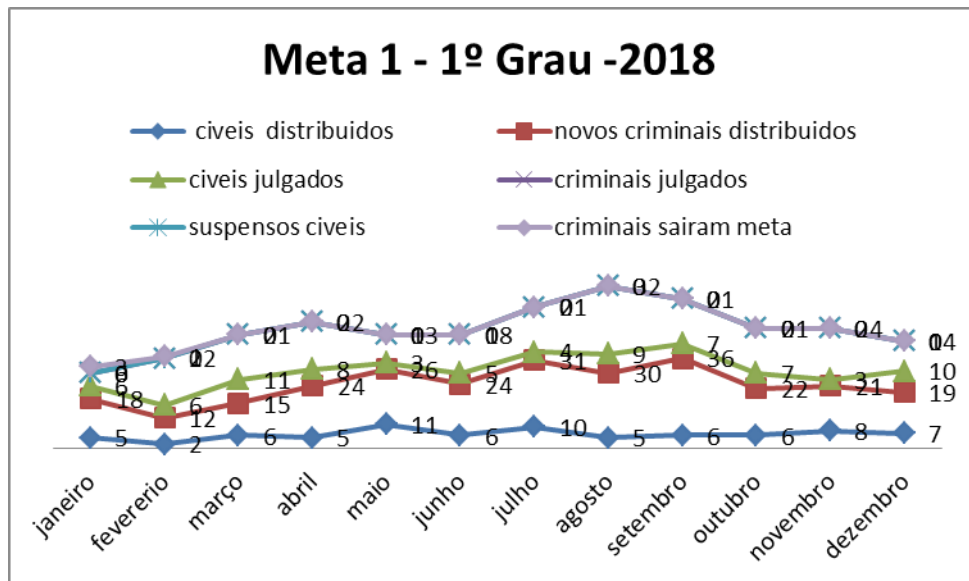
Meta 3 - PRIORIZAR O JULGAMENTO DOS PROCESSOS RELATIVOS AOS CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE

• JMU: Identificar e julgar, até 31/12/2018, 90% das ações penais relacionadas aos crimes de abuso de autoridade, distribuídas até 31/12/2017. • JME: Identificar e julgar, até 31/12/2018, 95% das ações penais relacionadas aos crimes de abuso de autoridade, distribuídas até 31/12/2017, no 1º e 2º graus.

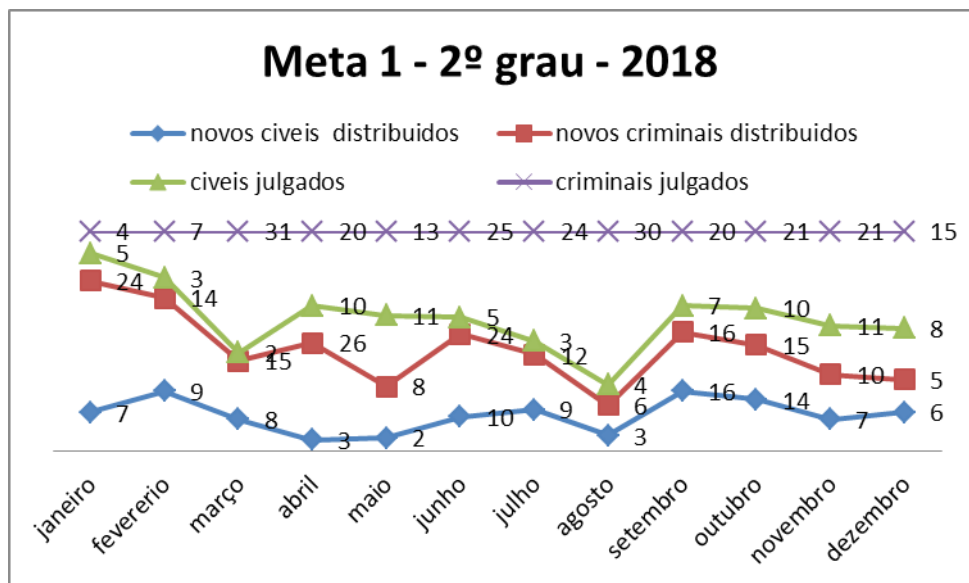
4.1 - Fonte dos dados: TIC e controle do NGE com base nos glossários das metas nacionais(CNJ) e metas específicas do segmento (TJMSP), que são alteradas anualmente pelo CNJ.

4.2 - Dados enviados ao CNJ: Os dados estatísticos dos Tribunais serão informados ao Conselho Nacional de Justiça, por meio de **transmissão eletrônica, sistema específico, e servidor credenciado**

4.3 - Publicidade dos dados: Portal do CNJ e Intranet JMERS.

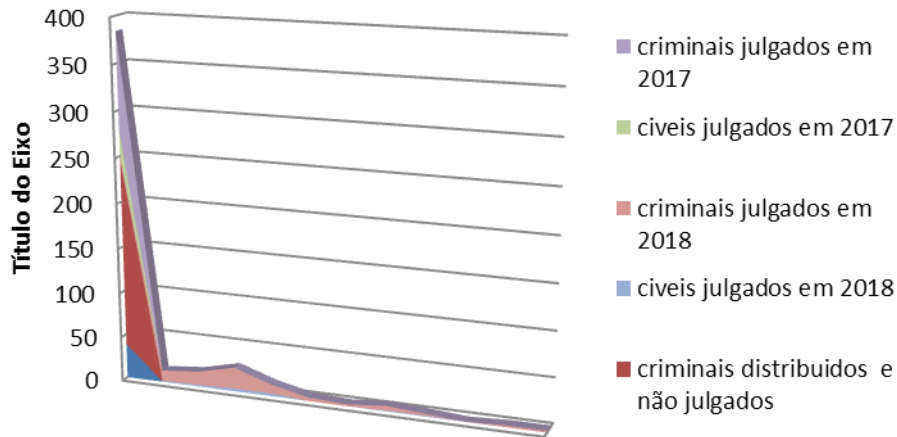


89,57 % cumprimento da meta 1 pelo 1º Grau



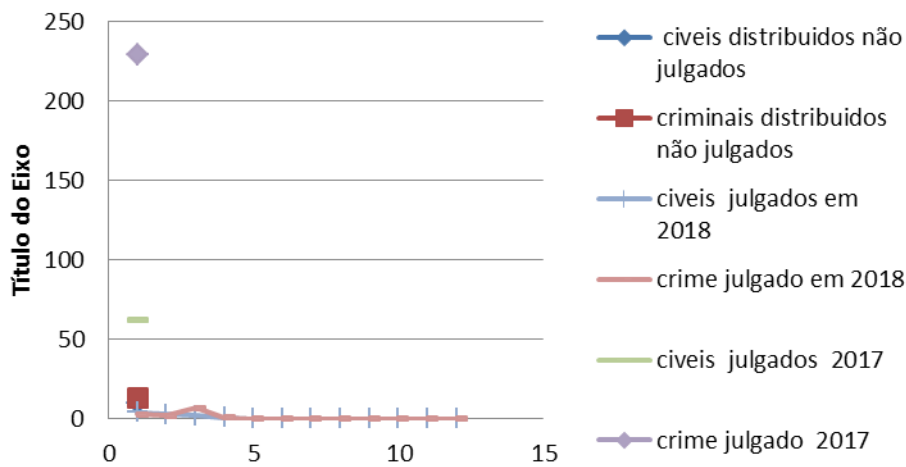
115% cumprimento da meta 1 pelo 2º grau

Meta 2 - 1º Grau - 2018



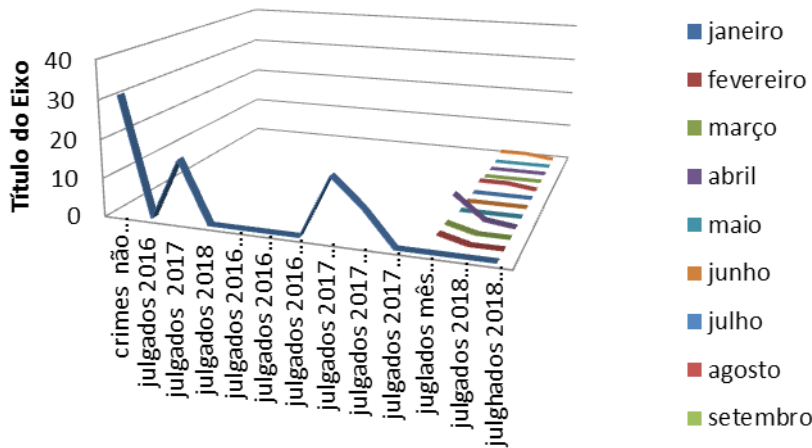
92,99 % de cumprimento Meta 2 pelo 1º grau

Meta 2 - 2º Grau 2018



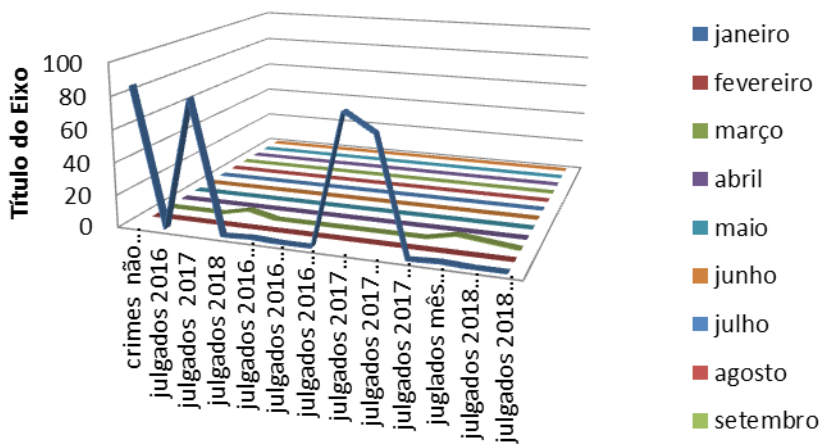
100% de cumprimento Meta 2 pelo 2º grau

Meta 4 - 1º Grau 2018



93,75 % de cumprimento Meta 4 no 1º Grau

Meta 4 - 2º Grau 2018



100% cumprimento meta 4 - 2º grau

XMeta Específica 1 de 2018: Celeridade - Justiça Militar

1º grau da JME: Julgar, em até 150 dias, 90% processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais.

2º grau da JME: Julgar, em até 120 dias, 95% dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais e os processos de natureza especial.

Tribunais	Perguntas JME	Resultados - 1º Quadrimestre	Resultados - 2º Quadrimestre	Resultados - 3º Quadrimestre	Resultado Final da Meta

	% Cumprimento da meta no 1º Grau	111,11%	111,11%	111,11%	111,11%
	% Cumprimento da meta no 2º Grau	105,26%	101,27%	99,84%	101,68%

XMeta Específica 2 de 2018: Divulgação da Justiça Militar

Realizar ações de divulgação à sociedade referentes às funções e às atividades da Justiça Militar no ano de 2018, sendo, no mínimo, 5 ações em cada Justiça Militar Estadual.

Tribunais	Perguntas	Resultados - 1º Quadrimestre	Resultados - 2º Quadrimestre	Resultados - 3º Quadrimestre	Resultado Final da Meta
TJMS	Número de ações de divulgação à sociedade referentes às funções e às atividades da Justiça Militar realizadas.	Janeiro	Maio	Setembro	
		0	6	1	
		Fevereiro	junho	Outubro	
		0	2	1	
		Março	Julho	Novembro	
		2	3	0	
		Abril	Agosto	Dezembro	
6	2	0			
	PE2.1 - Total de ações de divulgação à sociedade referentes às funções e às atividades da Justiça Militar realizadas.	8	13	2	23

	% Cumprimento da meta	160,00%	260,00%	40,00%	460,00%
--	-----------------------------	---------	---------	--------	---------

XMeta Específica 3 de 2018: Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes de abuso de autoridade - Justiça Militar

1º e 2º graus da JME: Identificar e julgar, até 31/12/2018, 95% das ações penais relacionadas aos crimes de abuso de autoridade, distribuídas até 31/12/2017

Tribunal	Perguntas JME	Resultados - 1º Quadrimestre	Resultados - 2º Quadrimestre	Resultados - 3º Quadrimestre	Resultado Final da Meta
	% Cumprimento da meta no 1º Grau	0,00%	8,10%	52,63%	52,63%
	Perguntas JME	Resultados - 1º Quadrimestre	Resultados - 2º Quadrimestre	Resultados - 3º Quadrimestre	Resultado Final da Meta
	% Cumprimento da meta no 2º Grau	-	-	-	-

** Período de referência: até 31/12/2017*

5. Tabelas Unificadas

A Resolução nr 46/2007, cria as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário e dá outras providencias.

Resolução nr 65/2008, dispõe sobre a uniformização do número dos processos nos órgãos do Poder Judiciário e dá outras providências.

A tabela unificada e composta por classes, assuntos, movimentos (magistrados e serventuários), temporalidade, definidos para a JME, e utilizados para todos os sistemas do CNJ como exemplo justiça em números, PJE, E-proc, que devem ser solicitados revisão devido ao aumento de competência, bem como do arquivo judicial - definição do arquivo judiciário para os tribunais militares prazo de arquivamento, também deve ser revisto junto ao CNJ, não existem dados para a justiça militar estadual.

Abaixo quadro com dados das resoluções citadas:

Nr resolução	data	situação	JME	Situação na JMERS	Responsáveis	emenda
46	18/12/2007	Alterado (Incluído pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, na 103ª Sessão Ordinária, de 20 de abril de 2010, no julgamento do processo Ato Normativo 0002725-40.2010.2.00.0000) Emenda nº 01.	SIM	<p>SIM:</p> <p>Pendente alterado pela Emenda nr 01 CNJ</p> <p>Art 2º - § 3º Os Tribunais Eleitorais, os Tribunais de Justiça Militar Estaduais e o Superior Tribunal Militar deverão adaptar os seus sistemas internos e concluir a implantação das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário até o dia 31 de dezembro de 2010, observado o disposto na presente Resolução. (Incluído pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, na 103ª Sessão Ordinária, de 20 de abril de 2010, no julgamento do processo Ato Normativo 0002725-40.2010.2.00.0000)</p> <p>Art. 3º A partir da data da implantação, todos os processos ajuizados (processos novos), antes de distribuídos, deverão ser cadastrados de acordo com as tabelas unificadas de classes e assuntos processuais.</p> <p>Art. 6º O cadastramento de partes nos processos deverá ser realizado, prioritariamente, pelo nome ou razão social constante do cadastro de pessoas físicas ou jurídicas perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, mediante alimentação automática, observados os convênios e condições tecnológicas disponíveis</p>	TIC, Judiciária, NGE, DG, Presidência	Cria as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário e dá outras providências. Objetivando a padronização e uniformização taxonômica e terminológica de classes, assuntos e movimentação processuais no âmbito da Justiça Estadual, Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar da União, Militar dos Estados e do Superior Tribunal de Justiça, a serem empregadas em sistemas processuais,
65	16/12/2008	Vigente	SIM Resolução nº 223, de 27 de maio de 2016 (Alterado)	<p>SIM</p> <p>Fica instituída a numeração única de processos no âmbito do Poder Judiciário, observada a estrutura NNNNNNN-DD.AAAA.J.TR.OOOO, composta de 6 (seis) campos obrigatórios, nos termos da tabela padronizada.</p> <p>DD - Justiça Militar Estadual: 9 (nove).</p> <p>Implantar a numeração única dos processos até o dia 31 de dezembro de 2009,</p> <p>A administração e a gerência das ações relacionadas à uniformização dos números dos processos poderão ser feito por grupos gestores para a administração e a gerência das ações relacionadas à numeração única dos processos no âmbito de sua atuação, facultada a delegação de tais atribuições à respectivas Corregedorias.</p> <p>Os tribunais devem, até o dia 30 de junho de 2009 e, após, a cada 60 dias, informar ao Conselho Nacional de Justiça as providências adotadas para a implantação da numeração única dos processos, com encaminhamento de cronograma e descrição das etapas cumpridas.</p>	DG, Coord Judiciária, TIC	Dispõe sobre a uniformização do número dos processos nos órgãos do Poder Judiciário e dá outras providências.

SUGESTÕES

- 1) treinamento Tabelas Unificadas CNJ e adaptação aos sistemas;
- 2) E-proc como extrair dados (Produtividade, Metas, Justiça em números e Selo em Números)
- 3) padronização de inserção de dados pelos usuários após definições d a Corregedoria e Pleno e se necessário ato normativo (provimento) deliberando sobre o assunto
- 4) decisões da Presidência

Anexo II – Dados gerais de Desempenho do Plano de Logística Sustentável - 2018

Metas cumpridas

- 1- Incentivar a substituição do papel branco pelo reciclado, para que em 2020 o papel reciclado represente 50% do total consumido:**
- Meta superada em 76%
- 2- Reduzir o consumo de garrafinhas de água de 500 ml em 4% ao ano:**
- Meta superada em 8%.
- 4- Realizar pelo menos uma ação por semestre que estimule o correto descarte ou a redução de resíduos gerados:**
- Meta permanente
- 5- Aumentar em 2% ao ano a participação do corpo funcional em ações voltadas à qualidade de vida no ambiente de trabalho:**
- Meta superada em 142%
- 6- Dotar de efetivo os postos vagos de vigilância até 2018 na média de um por ano:**
- Postos preenchidos

Metas não cumpridas:

- 1- Diminuir o consumo de papel em 2% ao ano:**
- Acréscimo de 4% na Meta

2- Reduzir o consumo de copos descartáveis em 5% ao ano:

- Reduzimos 1%.

2- Reduzir o número de impressões por pessoa em 10%:

- Acréscimo de 0,04%.

3- Reduzir o consumo de energia elétrica por área construída em 2% ao ano:

- Acréscimo de 2%.

4- Reduzir, a partir de 2017, em 1% ao ano o consumo de água por área construída:

- Acréscimo de 2%.

5- Reduzir os gastos com telefonia em 2% ao ano.

- Acréscimo de 6%.

6- Reduzir o consumo de combustível na medida de 2% por ano até 2020:

- Acréscimo de 15%.

7- Reduzir a quilometragem rodada na medida de 2% ao ano até 2020:

- Acréscimo de 28%.

8 NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI

8.1 NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI

O Núcleo de Controle Interno foi criado em atendimento ao previsto na Resolução nº 171 de 01 de março de 2013, oriunda do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e, por extensão a Resolução nº 138 de 14 de julho de 2014, deste Tribunal de Justiça Militar – TJM que instituiu e delegou competências ao Núcleo de Controle Interno.

A finalidade do Núcleo de Controle Interno é propiciar ações preventivas e orientar as unidades administrativas da Justiça Militar Estadual, com o intuito de colaborar para assegurar a legalidade, a legitimidade, a economicidade, a eficiência, a publicidade e a transparência nas gestões administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial e da tecnologia da informação, proporcionando apoio para a alta administração na aplicação dos recursos públicos.

8.2 DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

As atividades realizadas pelo Núcleo de Controle Interno foram planejadas e inseridas no Plano Anual de Auditorias de 2018, levando-se em consideração os artigos dispostos na Resolução nº 138/2014 do TJM, determinações e prioridades definidas pela Presidência do Tribunal de Justiça Militar, Ação Coordenada de Auditoria na TIC em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ e, sugestões apresentadas pelos integrantes do Núcleo de Controle Interno.

8.3 ESTRUTURA FUNCIONAL

Para bem realizar esta função, quantitativa e qualitativamente, faz-se necessário dotar o Núcleo de Controle Interno com pessoal qualificado e em número correspondente às obrigações a eles inerentes, os quais permanecem a disposição da Presidência do TJM/RS, para bem realizar as atividades ordinárias e extraordinárias.

Por outro lado, é também fundamental que seus integrantes entendam seu trabalho como uma oportunidade incomum de contribuir para a evolução deste Tribunal de Justiça Militar - RS, inserindo-o em um contexto moderno, de gestão exemplar, estabelecendo parâmetros de excelência, passíveis de serem alcançados.

Diante disso, o Núcleo de Controle Interno pode e deve consolidar-se como um setor que trará para a Administração do Tribunal de Justiça Militar, o entendimento de que a base do sistema deve ser o planejamento, a boa administração e a transparência dos procedimentos, conduzidos por servidores cada vez mais qualificados.

Atualmente o Núcleo de Controle Interno é composto pelos servidores Roberto José Larrossa e Jorge Antônio de Mello Ribacki, possuidores dos conhecimentos acadêmicos necessários ao bom desempenho das atividades de controle interno.

8.4 AUDITORIAS REALIZADAS EM 2018

8.4.1 Ação de Auditoria Coordenada CNJ

Conforme Plano Anual de Auditoria, o Núcleo de Controle Interno participou de 02 de maio a 29 de junho de 2018, da Ação Coordenada de Auditoria do CNJ, registrado no Processo SEI nr 18.0.000000383-9, foram realizadas ações de auditoria na Coordenadoria de TIC/TJMRS, com a participação a campo dos servidores, Roberto Jose Larrossa e Jorge Antonio de Melo Ribacki, que se desenvolveu conforme segue:

- Recebimento da Comunicação da Ação Coordenada de Auditoria CNJ, por email em 01 fev 2018;
- Reuniões preparatórias envolvendo os servidores do NCI, NGE e o Coordenador da TIC/TJMRS: Dias 23Fev2018, 07 mar 2018 e 19 abril 2018;
- Recebimento de diversas orientações sobre a aplicação de procedimentos indicado no Programa de auditoria, entre eles o email de 17abr18, 24abr18, 04mai18, 25mai18 e 06jun18.
- Aplicação do questionário, análise das respostas da Coordenadoria de TIC/TJMRS, e busca das 42 evidencias para embasar as respostas do Setor Auditado, de 02 de maio a 29 de junho de 2018;
- Apresentação de Relatório referente a Ação Coordenada de Auditoria CNJ TIC/2018, sendo concluso com 32 recomendações do Núcleo de Controle Interno do TJM/RS.

8.4.2 Auditoria Extraordinária na Coordenadoria Administrativa

No mês de Outubro e Novembro de 2018, por determinação da Ordens de Serviço da Presidência do TJMRS nr 09 e 10/2018, foi realizada a Auditoria Extraordinária na Coordenadoria Administrativa, com o Objetivo de apurar a conformidade dos contratos realizados e em trâmite no TJM/RS, no período de 5 de fevereiro a 08 de Outubro de 2018, sendo analisados os documentos que seguem:

Processo nº:	Assunto:	Valor:	
SEI 000509 0700 15.6	Telefonia móvel	R\$ 11.254,20	
SEI 000694 0700.3	Zenitte	R\$ 12.786,00	
SEI 00698.0700.17.4	JML	R\$ 8.500,00	
SEI 000206 0700 17.0	Revista	R\$ 2.108,00	
SEI 000208 0700 17.5	Revista Tribunais e Revista de Processos	R\$ 6.600,00	
SEI 000067 0700 17.7	Revista dos Magistrados	R\$ 1.904,00	
SEI 03111 03000 15.7	Polis Informativ Suporte controle de materiais do almoxarifado		R\$
"por demanda"			
SEI 000653 0700 17.3	Disltoner Copiadoras	R\$ 1.729,00	
SEI 000393 0700 15.0	Cancian Imoveis - Loc Santa Maria	R\$ 15.268,76	
SEI 000349 0700 15.7	Cert Ltda -Manut Equip ar Condicionado	R\$ 6.496,61	

8.5 Monitoramento e recomendações quanto a publicação de informações no sítio da Justiça Militar Estadual

Ao longo do ano de 2018, o Núcleo de Controle Interno manteve monitoramento das publicações e informações disponibilizadas no sítio do Tribunal de Justiça Militar (www.tjmrs.jus.br), e orientou pessoalmente e por documentos a atualização das informações das publicações respaldadas pela gestão transparente (Resolução 48/TJMRS/2017).

8.6 OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS PELOS SERVIDORES DO NCI

1. Cumprimento de escalas de serviço, referente a motorista, segurança e plantão do TJM, ligados a Assessoria Militar;
2. Participação em eventos formais do TJM e educativos (Homenagem da Câmara de Vereadores de Porto Alegre referente ao aniversário de 100 anos do TJMRS, Evento do aniversário dos 100anos do TJMRS no Teatro São Pedro, Desfile Cívico em homenagem a passagem dos 100 anos do TJMRS em Balneário Pinhal, desfile Cívico/Militar em Porto Alegre, Seminário da Justiça Militar, Prevenção do Câncer de Mama Outubro Azul, Prevenção do Câncer da Próstata o Novembro Rosa, etc);
3. Participação como convidados em reuniões do Núcleo de Gestão Estratégica ;
4. Acompanhamento das Resoluções do CNJ e Atualização da Planilha de controle das Resoluções, e Transparência de dados em atendimento a Portaria 48/TJMRS/2017;
5. Análise e Emissão mensal de Relatório do Cálculo dos recolhimentos da folha de pagamento das empresas Terceirizadas que prestam serviço ao TJM/RS, conforme Portaria nº 122/TJMRS/2017;
6. Solicitação de demandas para as atualizações de Senhas de Magistrados no sistema Bacem-Jud, Portaria nº 54/TJMRS/2017;
7. Emissão de Parecer mensal no Sistema SEI, com controle da Efetividade da Justiça Militar, em observância a Portaria nr 181/TJMRS/2017;

8.7 CURSOS DE CAPACITAÇÃO, CONGRESSOS E SEMINÁRIOS (externo)

Título	Organizador/Data	Participantes
- IV Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle do Poder Judiciário	TRT 2 – São Paulo Dias 16, 17 e 18 de Maio de 2018	Roberto José Larrossa
4º Fórum IBGP de Governança de TI, "Método Expresso de Avaliação da Governança de TI" e "Fiscalização e Gestão de Contratos de TI"	STJ –Brasília Dias 4, 5 e 6 de junho de 2018	Roberto José Larrossa
1º Seminário Nacional das Justiças Militares Estaduais do Brasil	TJMRS / PUC Dias 01 e 02 de outubro de 2018	Roberto José Larrossa e Jorge A. M. Ribacki
Curso Introdução ao Controle Interno	De 02 de março a 01 de maio de 2018 (EAD)	Jorge A. M. Ribacki
GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO COMO INSTRUMENTO DE GOVERNANÇA	TCE/RS Dia 25 de maio 2018	Roberto José Larrossa e Jorge A. M. Ribacki

8.8 CONCLUSÃO

As atividades realizadas refere as Auditorias, acompanhamento da Gestão, ao cumprimento da Legislação e das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça foram desenvolvidas junto aos Setores Auditados com livre desempenho das funções previstas nas atribuições do Núcleo de Controle Interno e com o apoio da Alta Administração desta Corte Castrense.

Fica registrada a necessidade de Estruturação e especialização dos servidores lotados no Nucleo de Controle Interno, visto a necessidade do setor interagir com toda a estrutura organizacional da Justiça Militar / RS, por tanto para o próximo ano se faz necessária a reposição qualificada dos servidores lotados atualmente e a designação de um ou dois estagiários já solicitados no processo SEI nr 18.0.000001042-8; Recomendamos que no futuro o NCI seja estruturado conforme outros órgãos semelhantes do Poder

Judiciário, para bem assessorar a alta administração, sendo então elevando ao Status de Secretaria/Coordenadoria de Auditoria, Subdividindo-se em: Serviço de análise TIC e Obras; Serviço de Análise de Terceirizadas e Despesas; serviço de análise de atos de Pessoal e Serviço de análise Contábil/Finanças e de Prestação de contas.

Em atendimento ao disposto no artigo 9º, XXXI, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça Militar, fazemos o encaminhamento do relatório descritivo das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Controle Interno – NCI, no período de janeiro a dezembro de 2018, para fins de apreciação e avaliações de ofício.

9 CONCLUSÃO

Porto Alegre, 5 de fevereiro de 2019.

Juiz Militar PAULO ROBERTO MENDES RODRIGUES

Presidente do TJM